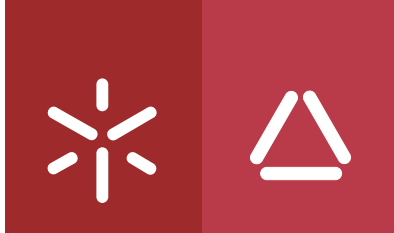


**Universidade do Minho**  
Instituto de Ciências Sociais

Mileny Reche de Oliveira Fumero

**Violência doméstica e modos de vida.  
Estudo no contexto do Município de  
São José do Rio Preto/São Paulo/Brasil**

Fevereiro de 2013



**Universidade do Minho**  
Instituto de Ciências Sociais

Mileny Reche de Oliveira Fumero

**Violência doméstica e modos de vida.  
Estudo no contexto do Município de  
São José do Rio Preto/São Paulo/Brasil**

Dissertação de Mestrado em Sociologia  
Área de Especialização em Desenvolvimento e  
Políticas Públicas

Trabalho realizado sob a orientação da  
**Professora Doutora Rita Maria Gonçalves Ribeiro**  
e da  
**Professora Doutora Onilda Alves do Carmo**

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL DESTA DISSERTAÇÃO APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE;

Universidade do Minho, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Ao meu Bem-Amado Érico,  
a minha filha Sara,  
a minha mãe Dinha pelas delicadezas,  
pelos “ais” e suspiros.  
Ao meu pai Angelo pelos auxílios.

## Agradecimentos

Esta dissertação é o resultado de muitas partilhas e esforços de pessoas muito queridas em minha vida. Gostaria de agradecer a todas as pessoas que tiveram paciência e compreensão para comigo neste percurso investigativo. O trabalho foi longo, a caminhada repleta de desafios, a todos que me auxiliariam, a minha gratidão.

A minha orientadora Doutora Rita Maria Gonçalves Ribeiro, professora em Sociologia da Universidade do Minho, a quem tive o prazer de conhecer. Agradeço por todas as apreciações e sugestões feitas nesta obra e por tornar possível este trajeto.

A professora Doutora Onilda Alves do Carmo, minha co-orientadora aqui no Brasil, exemplo de professora, de assistente social, amiga de todas as horas que sempre me ensinou a “olhar mais alto” e me mostrou que é possível romper o silêncio de toda violência. A senhora, meu “muito obrigada”!

A professora Doutora Maria Engrácia Leandro pelo incentivo, paciência na elaboração inicial do Projeto de Pesquisa, meus sinceros agradecimentos.

Aos meus pais “Dinha” e “Piau” por todos os ensinamentos transmitidos, pelos auxílios e amparos inigualáveis, a vocês minha vida!

Aos meus sogros Marilda e Eurico pelo cuidado e carinho prestados.

Ao meu cunhado Elieber que me auxiliou nas construções de gráficos e tabelas, pelas risadas, partilhas e ensinamentos, obrigada pelo ânimo oferecido.

Agradeço de maneira muito especial a Secretária de Política para Mulheres, pessoa com deficiência, Raça e Etnia - *Eni Fernandes* que me deu permissão para acessar os dados e prontuários do Centro de Referência e Atendimento à Mulher (CRAM). Pessoa a quem tenho grande admiração e respeito. Mulher de luta, garra e determinação.

Minha gratidão cotidiana aos amigos que fiz na Secretaria da Mulher, aos amigos que conheceram meus medos e angústias diárias, em especial a minha amiga Edna, Tânia, Renan, Ana Carrenho, Ana Paula, Sueli, Adriano este trabalho também é para vocês!

Aos@s meus amig@s, companheir@s que me ampararam nos momentos de fraquezas e cansaço: a Karina Gozzo, a Lidiane Caetano (Lua), July (minha irmã), Solai, Josmar, Alessandra e Marcelo, Pedro Paulo (Pepe) um abraço fraterno em vocês!

À Vera Picerni por me ensinar “a dirigir” e ser mais otimista.

Ao Kiko (Nilo Ribeiro Jr.) pela sabedoria compartilhada, pelos dias fraternos, as discussões filosóficas, por todo amparo em Portugal, muito obrigada. Você é um exemplo a seguir.

A Inez e ao Matheus casal maravilhoso e encantador que nos auxiliou em todos os instantes para conseguirmos viajar para o exterior. Agradeço pelo apoio e acolhida em seu lar.

Igualmente agradeço a todos os meus familiares que acreditaram nesta conquista!

O meu apreço a todas as pessoas que colaboraram na digitação do Banco de Dados, ao Fabinho, a Janaína Trindade, ao Solai, a Edna, Karina, Mariana e Priscila muito obrigada.

A toda Equipe do CRAM, CRAF e das Casas-Abrigo o meu respeito e carinho.

De igual modo gostaria de agradecer ao Professor Ulpiano Vasquez Moro, pela humildade, sabedoria. Por ter acreditado neste sonho. Agradeço por nos premiar com a bolsa integral da Porticus financiando os nossos estudos no exterior, sem nada cobrar em troca. A você, Professor meu eterno e terno carinho!

Agradeço por conhecer o cotidiano das mulheres que sofreram violências dentro de seus lares, pelas lutas, perdas e ganhos. A vocês minha solidariedade e comprometimento.

Por fim, agradeço ao meu marido, companheiro, bem-amado, meu “Dengo”-Érico por ter me carregado nos braços nos momentos em que mais precisei. A você meu cúmplice por termos nos permitido “sonhar mais este sonho juntos” e que se tornou realidade. *“Ex todo corde, semper, Deguinho!”*

A minha filha Sara presente de Deus, fruto do amor! Amo a ti, “meu grãozinho de ouro”. Amo você, princesa!

A Deus, pela vida e providência. Deus é sempre providencial e essencial em nossas vidas.

"Violência doméstica e modos de vida. Estudo no contexto do município de São José do Rio Preto/São Paulo".

## **Resumo:**

O fenômeno da violência contra a mulher, considerado problema de saúde pública vem sendo objeto de investigação para inúmeros pesquisadores que apontam diariamente a necessidade de se “romper o silêncio”. Com a aprovação da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e com a de Lei Maria da Penha, podemos considerar o quanto se faz necessário compreendermos que a violência se origina de uma relação desigual de poder – entre homens versus mulheres, mulheres versus mulheres e homens versus homens.

Portanto o objetivo desta pesquisa é traçar o perfil da mulher atendida na Secretaria Especial de Política para Mulheres, pessoa com Deficiência, Raça e Etnia de São José do Rio Preto/SP, ressaltamos que realizamos a leitura de 2508 prontuários pertencentes ao Centro de Referência e Atendimento à Mulher (CRAM).

A investigação foi desenvolvida através do método qualitativo e quantitativo, como fonte nos apoiamos na leitura dos prontuários existentes no período de 2006 a 2012. Elaboramos um Banco de Dados, com vários indicadores dentre eles: faixa etária, grau de instrução, renda das mulheres atendidas, tipo de ocorrência, vínculo com a mulher em situação de violência, número de filhos etc.

Somos conscientes de que a violência afeta inúmeras famílias brasileiras, portanto a necessidade de se construir uma Rede de Enfrentamento a Violência contra a Mulher a nível Nacional, Estadual e Municipal, elaborando políticas públicas que venham atender as necessidades destas mulheres.

Como resultado dos dados podemos afirmar que a faixa etária predominante da mulher atendida no CRAM é de 31 a 36 anos. O nível de escolaridade é baixo, a maioria das mulheres não chegaram a concluir o Ensino Fundamental. Podemos pontuar que assim como demonstra os teóricos da área que a violência é na maioria das vezes, praticada pelo parceiro íntimo, sendo ele companheiro, esposo, ex-companheiro, ex – esposo. Podemos tipificar que a violência predominante é a Física e Psicológica.

E finalmente, gostaríamos de elencar que os dados apresentam a realidade de inúmeras mulheres riopretenses que são atendidas pela Rede sócio-assistenciais, rede de saúde, bem como a Rede de Enfrentamento a Violência contra a Mulher (DDM, CRAM, Secretaria da Mulher etc).

Elencamos também, a complexidade da violência vivenciada por estas mulheres e apontamos a necessidade da construção e fortalecimento de uma Rede de Enfrentamento, bem como o cumprimento da Lei 11340/2006 - Lei “Maria da Penha”, da Política Nacional de Enfrentamento à Violência, do Pacto Nacional de Enfrentamento a Violência contra a mulher, bem como em um acompanhamento desta mulher após passar pelo Centro de Referência. É necessário ainda que a Secretaria de Políticas para Mulheres venha fortalecer as Políticas Públicas existentes procurando propiciar atendimento integral a mulher e toda sua família.

“Domestic violence and ways of life. Study in the context of São José do Rio Preto / São Paulo”.

### **Abstract:**

The phenomenon of violence against women, considered a public health problem and the subject of investigation by many researchers, suggest that there is a need to "break the silence" about it. With the adoption of the Universal Declaration of Human Rights (1948) and with the Maria da Penha Law, we see the need to understand that such violence stems from unequal relationships between man and woman, woman and woman and also man against man.

The objective of this research paper is to produce a profile of “the woman” as found in the registers (2493 in number) of the Centre for Reference and Assistance to Women (CRAM) of the Special Secretariat of Policies for Women, Persons with Disability, Race and Ethnicity problems, São José do Rio Preto in the State of São Paulo, Brazil. We have read through all the above mentioned 2508 records.

In our research we have given due weight to both the qualitative and the quantitative aspects of the question. We examined carefully the records of the years 2006 through 2012. We created a database with several indicators such as: age, education, income of women attended to, type of event, types of relationships of women who suffered violence, number of children etc...

We are aware that violence affects many Brazilian families; hence there is a need to build up a Network to Combat Violence against Women at the National, State and Local levels, formulating public policies that will provide protection for these women.

After classifying the data at our disposal we can state that the predominant age group of women in the records of CRAM is the one between 31 to 36 years. The education level is low; most women did not even complete the elementary school. We noted that just as the theoretical part of our study shows domestic violence is most often practiced by intimate partners such as: spouses, ex-companions or ex -husbands. We classify that violence in two types: Physical and Psychological.

Our intention is to depict the reality of the women assisted by Network of social service, health network, and the Network to Combat Violence against Women (DDM, CRAM, Ministry of Women etc.) in Rio Preto County through the highlighting of relevant data in our charts.

We also list the complexity of the violence suffered by these women to point out the importance of building and strengthening networks to enforce the Law 11340/2006 - Law "Maria da Penha" and to establish a National Policy to Combat Violence as well as a National Pact to Combat Violence against Women. There is a need to continue monitoring the women who go through the Reference Center. It is also necessary that the Secretariat of Policies for Women reinforce the existing public policies so as to provide comprehensive care for these women and their entire families.



# Índice

<b>Agradecimento .....</b>	<b>iv</b>
<b>Resumo .....</b>	<b>vi</b>
<b>Abstract .....</b>	<b>vii</b>
<b>Introdução .....</b>	<b>01</b>
<b>Objetivo do Estudo .....</b>	<b>06</b>
<b>Âmbito da Pesquisa .....</b>	<b>08</b>
<b>Quadro Metodológico .....</b>	<b>08</b>
<b>1. Primeiras palavras - breves considerações sobre o gênero .....</b>	<b>10</b>
<b>2. O Gênero e suas implicações .....</b>	<b>14</b>
<b>3. Gênero e Violência .....</b>	<b>22</b>
<b>4. As Leis de Proteção e Enfrentamento à Violência Contra a Mulher ...</b>	<b>36</b>
<b>5. Lei Maria da Penha .....</b>	<b>47</b>
<b>6. A trajetória e a construção das políticas públicas para o enfrentamento e combate a violência contra a mulher .....</b>	<b>55</b>
<b>a) Contextualizando São José do Rio Preto/ São Paulo e as políticas públicas oferecidas para as mulheres .....</b>	<b>59</b>
<b>b) Secretaria Especial de Políticas para Mulheres .....</b>	<b>62</b>
<b>c) Os Serviços Especializados Pertencentes a Secretaria da Mulher .....</b>	<b>63</b>
<b>7. Apresentação da Pesquisa .....</b>	<b>70</b>
<b>Indicador Grau de Instrução das Mulheres atendidas</b>	
<b>Indicador Renda das Mulheres atendidas</b>	
<b>Indicador Tipo de Ocorrência</b>	
<b>Indicador Vínculo com a Vítima</b>	
<b>Indicador Número de Filhos</b>	
<b>8. Considerações Finais .....</b>	<b>85</b>
<b>Referências Bibliográficas .....</b>	<b>92</b>
<b>Anexos .....</b>	<b>102</b>
<b>Anexo 1 – Lei Maria da Penha .....</b>	<b>103</b>
<b>Anexo 2 - Tabelas .....</b>	<b>112</b>

## Introdução

Este trabalho se propõe a apresentar uma primeira aproximação às questões específicas que tocam o fenômeno da violência contra a mulher a partir do levantamento de dados obtidos dos prontuários de 2006-2012 do *Centro de Referência de Atendimento à Mulher* (CRAM) do Município de São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil.

Realizamos esta investigação a partir de indagações presentes na vida de muitas mulheres que no seu cotidiano enfrentam relações calcadas de situações de violência. As indagações que faremos para compreender o fenômeno da violência ancoram-se nos referenciais teóricos dos estudos de gênero, partindo do pressuposto de que tais relações são abarcadas pelas construções das representações culturais de gênero que classificam o masculino e o feminino, estando este último em uma posição de subalternidade.

O debate sobre o gênero é complexo e necessário, pois envolve a construção do entendimento da realidade social humana, porquanto entendemos o gênero como a construção cultural das diferenças sexuais, que são situadas igualmente diante das realidades de desigualdades de classe, raça e etnia.

Essa perspectiva nos é favorável para compreender e explicar as diferenças de gênero como primeira instância de poder, “que são lugares em que primeiro se dão as relações de poder” (Scott, 1990, 17). Especificamente, buscamos compreender como a violência contra as mulheres nas relações de gênero, ao se configurarem no ambiente privado, a partir do afeto e do sexo, não exclui as relações assimétricas e violenta contra mulheres, entre homens versus homens e entre mulheres versus mulheres (Saffioti, 1987).

Para pensar de que forma são construídas as assimetrias e a violência contra a mulher, foi-nos útil a formulação de Gayle Rubín (1975, 1984), Joan Scott (1997), Heileith Saffioti (1987, 2004), segundo as quais o gênero não é oriundo da diferença sexual e, sim,

produzido historicamente a partir das relações que ganham significado pela diferença sexual.

Utilizamos o conceito de violência de gênero para pesquisar especificamente a violência presente no âmbito privado das relações íntimas, visto que, comumente, esse conceito é utilizado para analisar violências em que os homens, geralmente, figuram como agressores e as mulheres como aquelas que sofrem.

Na perspectiva aqui adotada, como foi dito, a categoria gênero serve para designar a construção discursiva das diferenças sexuais. O conceito de violência de gênero é, neste estudo utilizado para analisar as violências entre homens e mulheres, cujas ações violentas baseiam-se nas hierarquias que as construções de gênero estabelecem.

O movimento feminista no século XX começa o período de contestação das desigualdades sociais com base nas diferenças de sexo. Apesar de não figurar no âmbito acadêmico, Simone de Beauvoir, em 1940, publica a obra *O Segundo Sexo* (2009) questionando a naturalização biológica da condição da mulher a partir da identidade sexual: “Não se nasce mulher, torna-se mulher”. De fato, nas décadas de 1970 e 80, tal movimento feminista cresce e conquista espaço dentro da academia e começa a utilizar e desenvolver a categoria gênero para tratar das relações sociais, especialmente as relações entre homens e mulheres.

Passa-se a discutir de forma mais enfática a violência de gênero, especialmente, contra a mulher. Assim, a teoria e prática das feministas desconstruem o conceito essencializante da socialização da mulher a partir do corpo biológico e órgãos genitais, sublinhando a construção histórica das desigualdades entre os sexos e as representações e apontando para o imperativo das mudanças.

As relações no âmbito privado entre parceiros afetivos e sexuais aparecem mescladas por diversos significados, que ora se opõem e ora se casam, gerando uma

situação de ambivalência. Apesar das relações serem afetivas e sexuais, seu significado não se esgota nessas caracterizações, pois envolve variados sentidos que são alterados constantemente pelos indivíduos envolvidos. Neste sentido, necessitamos ultrapassar a análise simplista do senso comum, segundo a qual nas esferas privadas o índice de violência seria menor do que na esfera pública.

Conforme pesquisa de 2005 da Organização Mundial de Saúde, 75% das mulheres sofreram algum tipo de violência, psicológica, física ou sexual a partir dos 15 anos, e sofreram por parte do parceiro íntimo, isto é, dentro dos seus lares sem nenhuma pessoa externa tomar conhecimento.

Desse modo, pensando que a violência contra a mulher é uma questão de saúde pública, realizamos nossa pesquisa na Secretaria da Mulher de São José do Rio Preto, onde são encaminhados os casos de notificação pela saúde, e também os casos que passaram pela Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DDM), bem como as demandas espontâneas e encaminhamentos de outros municípios da região. Destacamos que o município de São José do Rio Preto possui uma Rede de Atendimento que comporta outros 96 municípios, porém, até o presente momento de redação, somente 11 destes municípios aderiram ao Pacto Nacional de Enfrentamento da Violência contra a Mulher.

O interesse em pesquisar esta temática deu-se após realizarmos inúmeras leituras sobre gênero e violência e também após constarmos pelos noticiários ou pelas pesquisas nacionais o quanto as mulheres estão em situação de desigualdade social, política e econômica no mundo, e especialmente no Brasil, e o quanto vêm sofrendo estigmas por serem mulheres, brasileiras, pobres, mas, sobretudo por uma questão cultural, onde ainda o homem, mesmo aqueles que pertencem a classe trabalhadora, se encontra em uma situação privilegiada de poder e de “mando”.

Assim, decidimos estudar e compreender as dissonâncias e contradições das relações de gênero, especificamente da violência no âmbito privado, buscando apreender suas dimensões.

A pesquisa tem como intencionalidade levantar um panorama da violência no município de São José do Rio Preto, buscando conhecer o perfil das mulheres que enfrentam no seu cotidiano situações de violência. A partir do levantamento de dados procuramos identificar os elementos que descortinam o fenômeno da violência nesta realidade, a partir do estudo de casos.

Retornando ao Brasil, após ter o projeto de pesquisa submetido a avaliação do Comitê de Ética em Pesquisas Humanas da Unesp/Franca em parceria e com permissão da Universidade do Minho, iniciamos a pesquisa de campo.

Destacamos que a pesquisa se fez resguardando total sigilo dos casos atendidos para que se garanta os direitos da pessoa humana assegurados pela ética profissional.

No mês de Dezembro de 2011 recebemos a carta de autorização para que iniciássemos a pesquisa de campo na Secretaria da Mulher. Para fins da pesquisa, optei por construir um Banco de Dados iniciado em 2006 até o fim da realização deste trabalho (2012).

O período da nossa investigação é abarcado por um marco significativo na sociedade brasileira no que diz respeito aos direitos das mulheres. Em 2006, data dos dados levantados, foi promulgada no Brasil a Lei 11.340/06, conhecida como *Lei Maria da Penha*, que visa oferecer dispositivos de assistência e prevenção contra a violência contra a mulher, o que aumenta a importância do trabalho realizado pela Secretaria de Políticas para Mulheres do município, além de estabelecer a obrigatoriedade da criação das Casas-Abrigos. Destacamos em São José do Rio Preto a recente existência da Rede de

Atendimento do município composta pelas Casas – Abrigos<sup>1</sup> denominadas de “curta e longa” permanência.

Assim sendo, o nosso recorte temporal 2006-2012 de investigação pretende abranger um período de importante transformação na legislação brasileira, no que diz respeito a defesa dos direitos das mulheres, o que, sem dúvida, incidiu sobre as relações no âmbito privado.

A hipótese central que norteia o presente estudo é a de que há ainda alto índice de violência contra a mulher, inclusive as praticadas por maridos e/ou companheiros íntimos, por questão social devido à organização “gênero patriarcal” (Saffioti, 2004) da sociedade, que estabelece lugares e poderes distintos para cada indivíduo na trama social.

Assim, a esposa, companheira, mulher, engendrada como sujeito feminino pelas relações de gênero, classe e raça, representa a parte inferiorizada dentro do espaço privado, podendo seu corpo ser violentado pelos maridos, companheiros, namorados, desconhecidos. Sendo assim, buscando agregar esforços no sentido de ampliarmos as discussões em torno do tema, iniciamos o presente trabalho com um tópico dedicado aos estudos de gênero, pois especificamente este tópico dá sustentação teórica a compreensão dos conceitos de mulher, gênero, violência. Utilizamos para tal fundamentação a teoria e os estudos de autores consagrados, a saber, Gayle Rubin, Joan Scott e Heileith Saffioti.

Nos tópicos seguintes continuamos a fundamentação teórica conceituando violência de modo geral e especificamente a violência de gênero contra a mulher, nosso tema central de estudo. Também utilizamos para a fundamentação, alguns autores

---

<sup>1</sup> “A Casa Abrigo de São José do Rio Preto foi criada pela Lei Municipal nº 9169 de 30 de Dezembro de 2003. É um local seguro que oferece abrigo e atendimento integral a mulheres em situação de risco de morte iminente, em razão da violência doméstica. É um serviço de caráter sigiloso e temporário, onde as usuárias permanecem por um período determinado, até reunirem condições necessárias para retomar o curso de suas vidas”. Disponível em: [Acessado em 22 de novembro de 2012.](#)

consagrados no âmbito acadêmico para tratar do fenômeno, como por exemplo: Johan Galtung (2003), Ruth Chittó Gauer (2003) e Heleith Saffioti (2004).

E por fim, apresentamos os dados da nossa pesquisa e interpretação dos resultados ligados ao fenômeno da violência contra as mulheres do município de São José do Rio Preto. Optamos por casos concretos de violência conjugal atendidos no município, com diferentes gradações de violência (leve, média e de alto risco). Ainda através da interpretação procuramos identificar aspectos que contribuem para a elucidação dos nossos questionamentos sobre a violência contra a mulher.

## **Objetivo do Estudo**

- a) Mostrar o crescente índice da violência doméstica em São José do Rio Preto/SP.
- b) Apresentar dados comparativos entre os índices de violência e a aprovação da Lei Maria da Penha (Lei 11340/2006).
- c) Compreender a violência doméstica contra as mulheres, compreendendo as relações sociais de gênero.
- d) Conhecer a situação de violência que passaram as mulheres antes de serem atendidas pelo por profissionais da Secretaria Municipal dos Direitos e Políticas para Mulheres, Pessoa com Deficiência, Raça e Etnia destacando o período de 2006 a 2012. Demonstraremos a relevância da existência da Secretaria da Mulher no município.
- e) Fazer uma aproximação com os teóricos que pertencem e entender as principais bases teórico-metodológicas que norteiam a profissão do Assistente Social, sobretudo as que atuam diretamente no atendimento para com a mulher na Secretaria. Esta abordagem respalda-se pelo Código de Ética do Assistente Social e associa-se à situação ética do encontro com o destinatário da intervenção, o que permite estabelecer um diálogo fecundo

e um confronto decisivo com as problemáticas presentes na questão social da conjuntura contemporânea.

f) Por fim, analisar a dimensão operativa das Políticas Públicas deste município oferecidas e direcionadas à mulheres em situação de violência e mostrar sua abordagem de ação interventiva. Podendo contribuir para a resignificação da intervenção do Serviço Social no contexto sócio-político, priorizando uma prática reflexiva.



## **Âmbito da Pesquisa**

Esta investigação tem por base os dados colhidos e construídos através das informações sistematizadas através da pesquisa interna realizada na leitura dos prontuários de atendimento pertencentes à Secretaria da Mulher. Mais concretamente, procuraremos pesquisar as mulheres que foram atendidas por esta Secretaria, e também conhecer a intervenção do Assistente Social, que trabalha diretamente com o público alvo, com a finalidade de aprofundar mais o contexto sobre esta temática, observando quais as estratégias utilizadas para fazer o seu enfrentamento que favoreceram que as mulheres denunciassem o seu agressor.

## **Quadro Metodológico**

A investigação foi planejada em dois momentos consecutivos. No primeiro momento, realizamos pesquisa bibliográfica e documental sobre as obras publicadas com esta temática. Por quase três anos fizemos uma leitura dos materiais atuais e específicos para a nossa análise. Como critério seletivo levamos em conta pesquisas recentes sobre esta temática, dentre estas, publicações, revistas, notícias de jornais, artigos, dissertações e teses acadêmicas. A investigação ateve-se, sobretudo, em textos que abordam explicitamente a intrínseca relação entre violência no privado, violência intra familiar, violência doméstica contra a mulher praticada pelo parceiro íntimo.

O estudo procura por em evidência o conceito de violência doméstica, violência de gênero ou violência no âmbito privado. Trata-se metodologicamente de acentuar como a Violência Doméstica pode se manifestar no âmbito privado.

Dessa maneira, salientamos que a metodologia utilizada para elaboração deste trabalho, será o da pesquisa documental, onde utilizaremos as técnicas de análise de documentos e pesquisa nos documentos da Secretaria da Mulher.

Ressaltamos que esta pesquisa terá caráter qualitativo e quantitativo, uma vez, que utilizaremos os resultados estatísticos construídos em uma Base de Dados no ano de 2011-2012, fazendo referência aos prontuários de atendimentos dos anos de 2006 a 2012.

## **1. Primeiras palavras - breves considerações sobre o gênero**

Como foi dito na introdução não é nossa intenção primeira debatermos a questão de gênero, porque o objetivo desta pesquisa é outro. Apesar disso, precisamos levantar algumas considerações que julgamos importantes para determinarmos quais são nossos pressupostos de compreensão quanto ao conceito gênero, considerando que o objetivo da pesquisa é explicar a concepção da violência contra a mulher como um produto da desigualdade econômica, social, sexual e cultural entre os sexos, o que envolve uma concepção de gênero.

Trata-se de uma introdução às questões específicas que permeiam a dimensão do gênero, a sua relação com o poder e as formas de pensar o gênero na atualidade.

Reforçamos que a categoria “gênero” neste trabalho possibilita refletir sobre a diferença entre masculino e feminino, renunciando o determinismo biológico presente no uso de termos como “sexo” ou “diferença sexual”. Portanto, “gênero” reporta antes de tudo, a uma categoria de análise, e tal categoria etimologicamente origina-se da palavra “*gender*” que surge com a finalidade de discorrer sobre as identidades subjetivas de homens e mulheres (Scott, 1987).

Assim, “gênero” enquanto categoria é uma construção a partir das relações desiguais de homens e mulheres, mulheres e mulheres, homens e homens, o que acaba por destacar a dinâmica das relações sociais a partir dos contextos históricos e afirmar que as características biológicas não são definidoras das identidades sexuais por si mesmas.

De tal modo, a diferença entre gênero e sexo reside no fato de que o sexo está associado aos atributos biológicos de todo e qualquer ser humano. Cada ser humano tem a potencialidade de construir sua identidade de gênero. Porém, quando nos referimos ao sexo do indivíduo afirmamos que ou “se nasce do sexo masculino ou do sexo feminino”. Deste modo, o sexo relaciona-se as diferenças anatômicas de cada sujeito, o mesmo não se pode

dizer do gênero, pois este não é facilmente definitivo, o gênero depende das características, personalidades e papéis exercidos e desempenhados nas relações sociais da vida em sociedade. Portanto, “gênero serve, [...] para determinar tudo o que é social, cultural e historicamente determinado” (Grossi, 1995, p. 5).

Acontece que os estudos dos papéis masculinos e femininos, determinados social, cultural e historicamente, ganham significados ideológicos, servindo como instrumento de produção de desigualdades. O resgate histórico de papéis de gênero exige necessariamente uma reflexão sobre as desigualdades atribuídas a homens e mulheres e exige que explicitemos as novas configurações atribuídas à violência contra a mulher.

Durante um tempo, o conceito utilizado para fazer o resgate histórico das desigualdades entre homens e mulheres era o “patriarcado” (Saffioti, 1992, p. 193). No entanto, tal conceito era fixado pelas referências clássicas do *domus* latino e do *oikos* grego, o que acabava por ater-se e construir “um mito dos tempos imemoriais da dominação familiar e sexual que atravessaria toda a antiguidade, a idade média e a moderna, chegando à contemporaneidade<sup>2</sup>”.

O problema é que o patriarcado compreendido como espaço da dominação masculina no tempo e no espaço, através da diferença física entre homem e mulher, de modo trans-histórico, não consegue enquanto conceito se sustentar como uma explicação racional da realidade de subordinação da mulher.

---

<sup>2</sup> MACHADO, Lia Zanott (2000). “Perspectivas em Confronto: Relações de Gênero ou Patriarcado Contemporâneo?”. In: *Série Antropológica*, n 284. Brasília: UnB, Depto. De Antropologia, p. 06: “Saffioti (1985 e 1992), e Pat e Hugh Armstrong (1983), consideram que capitalismo e patriarcado se constroem simultaneamente. Para eles, os conceitos de “classe e gênero” são utilizados, um , para dar conta das relações capitalistas e outro, para dar conta das relações patriarcais. Foram muitos os teóricos, no campo intelectual brasileiro e americano que, continuando a utilizar o conceito de “patriarcado”, aderiram ao conceito de “relações de gênero”. Assim o debate sobre as diferentes formas de se utilizar o conceito de patriarcado, na sua forma adjetiva ou substantiva, e nas diferentes modalidades segundo a época histórica, não se agudizou com o emprego mais generalizado do conceito de gênero. Os debates se centraram sobre as diferentes formas de se utilizar o conceito de gênero. Assim, o uso do termo “patriarcado” pôde ter uma certa convivência pacífica com o de gênero, mas sem ter a mesma relevância anterior.”

Estamos conscientes de que não podemos reduzir a compreensão da realidade que é histórica, dinâmica e complexa a uma categoria. Assim, o conceito “patriarcado” continua sendo valioso, mesmo considerando a crítica, pois tal conceito busca como explicações a origem e as causas da subordinação feminina, ressaltando que o objetivo do conceito “patriarcado” também era demonstrar que a subordinação da mulher não é natural e que, portanto, é possível combatê-la.

Igualmente, somos da perspectiva que o conceito patriarcado não pode ser substituído pelo conceito “relações de gênero”, pois tais conceitos se situam em dimensões distintas, e por isso mesmo, não podem ser tomados como adversos. Pelo contrário, “patriarcado” se refere a uma forma, entre outras, de modos de organização social ou de dominação social. Neste trabalho, portanto, quando falo em “gênero” entendendo como uma categoria que ajuda a compreendermos as relações sociais, historicamente construídas entre mulheres e mulheres, homens e homens, mulheres e mulheres. E pretendo também assumir a semântica do conceito “patriarcado”, pois consideramos que dentro do debate sobre o “gênero” temos relações construídas de “*dominação e exploração*” (Saffiotti, 1992), ou “*sistema de opressão da mulher*” (Delphy, 1981) ou “*relações sociais de reprodução organizadas na família e que designam à mulher o trabalho reprodutivo*” (Pena, 1981), além é claro, dos significados correntes de gênero como as “condições sociais da diferença sexual”, o de relações sociais de sexo. Em suma, neste trabalho “gênero” e “patriarcado” nos ajudam a circunscrever os momentos históricos onde a diferença entre homens e mulheres assumiram formas de dominação (ou de dominação-exploração, ou de ideologia ou de opressão) o que acaba por atingir nosso tema de estudo: a violência contra a mulher.

No próximo tópico abordaremos as recorrentes diferenças entre homens e mulheres a partir da categoria “gênero”, visitaremos alguns autores clássicos desta

temática. Nossa intenção é fazer uma breve análise histórica e crítica da abordagem de gênero com a intenção de mostrar as mudanças em torno da questão, apontando as configurações da violência contra a mulher.

## 2. O Gênero e suas implicações

Para compreender o conceito de gênero é preciso se lembrar que este emerge a partir do estudo de feministas acadêmicas, uma vez que esse conceito se constituiu a partir dos ideais do movimento feminista, que se opõe ao poder e à dominação masculina. Ressalto que não temos a intenção de re-construir a história do movimento feminista e menos ainda da reconstrução histórica da construção do conceito de gênero, não é este o nosso objetivo neste trabalho. Queremos apenas contextualizar os estudos de gênero que vão nos ajudar a situar a discussão da violência contra a mulher dentro da abordagem feminista de gênero, pois nossa fundamentação teórica está alicerçada nas principais contribuições dos estudos de gênero do movimento feminista.

O movimento feminista se legitima ao buscar transformar as relações entre mulheres e mulheres e homens. O movimento produziu forte impacto e ainda continua produzindo. Muitas foram às conquistas e ainda hoje muito ainda precisa ser conquistado, as demandas permanecem, e a luta por transformar as estruturas econômicas, sociais, políticas, culturais e sexuais demonstra a vitalidade em que se encontra o movimento feminista.

Nos primórdios da segunda onda do feminismo a antropóloga estadunidense Gayle Rubin publicou em 1975 um ensaio intitulado, “*O Tráfico das Mulheres: Notas sobre a Economia Política do Sexo*”. Neste escrito pela primeira vez academicamente trabalha-se o conceito de gênero como uma ferramenta analítica, a partir do pensamento de Lévi-Strauss e de Althusser, tornando-se, portanto, um marco no pensamento feminista.

Em linhas gerais segundo Mirla Cisne (2012, p.79-80):

Gayle Rubin estabelece uma dicotomia na relação entre sexo/gênero. Gênero seria a construção social do sexo, e o sexo seria o que é determinado biologicamente, fisiologicamente, portanto, naturalmente.

Elabora-se um sistema sexo/gênero, que a autora conceitua como um conjunto de arranjos através dos quais a matéria-prima biológica do sexo humano e da procriação é modelada pela intervenção social humana.

A partir do sistema de Gayle Rubin temos a distinção entre sexo e gênero, o que fornece elementos para explicar o gênero. E tal explicação serve para as abordagens feministas, que refletem a subordinação das mulheres, uma vez que desnaturaliza a reprodução, não confundindo gênero com sexualidade.

Ao desenvolver a ideia de sistema de sexo e gênero, Gayle Rubin explica satisfatoriamente como essa relação entre reprodução sexual e gênero perpassa o pressuposto da naturalidade da heterossexualidade.

O sistema sexo/gênero explica que a sociedade se constitui a partir das relações de parentesco, logo familiares. E as famílias promovem os casamentos como o dispositivo legal para estabelecer alianças sociais. Ainda, o casamento na sociedade é assumido como algo natural, fundamental e necessário, o que institui um estado recíproco de dependência entre os sexos, gerando a divisão sexual, o que implica também a divisão sexual do trabalho.

Assim como o princípio da divisão sexual do trabalho estabelece uma dependência mútua entre os dois sexos, obrigando-os a formar uma família, a proibição do incesto, que também é uma construção social, estabelece uma mútua dependência entre famílias, obrigando-as, para se perpetuarem, à criação de novas famílias. O que dá origem à sociedade.

É esta a importância dos estudos de Gayle Rubin, ela chega a conclusão de que a diferença entre o mundo humano e o mundo animal está no fato de que humanamente uma família não pode existir sem a construção das relações sociais, isto é, a sociedade. É a pluralidade de famílias arranjadas que torna possível explicar porque existem outros laços para além dos laços de sangue, e que o processo natural de descendência só pode ser levado a cabo através do processo social de parentesco: o casamento.



Segundo Piscitelli (2002, p. 17) comentando a teoria de Gayle Rubin:

Os sistemas de parentesco envolveriam a criação social de dois gêneros dicotômicos, a partir do sexo biológico, uma particular divisão sexual do trabalho, provocando a interdependência entre homens e mulheres, e a regulação social da sexualidade, prescrevendo ou reprimindo arranjos divergentes dos heterossexuais.

Fazendo um paralelo com Marx, para quem um negro só se torna escravo dentro de relações subscritas pela lógica do capital, Gayle Rubin explica quais são as relações que tornam uma fêmea da espécie humana em uma mulher domesticada. Repare-se que Gayle Rubin está trabalhando com a separação entre a esfera da natureza (a fêmea) e a esfera cultural (a mulher domesticada). O aparato social sistemático, que toma uma matéria-prima (o sexo: a fêmea), transformando-a em um produto (o gênero: a mulher domesticada).

Assim, a supressão do componente homossexual da sexualidade humana e, segundo Gayle Rubin, a opressão dos homossexuais, são produtos do mesmo sistema cujas regras e relações oprimem as mulheres.

A perspectiva de Gayle Rubin enfatiza a dualidade ou distinção entre sexo e gênero, respectivamente natureza e cultura. A historiadora estadunidense Joan Scott, escreve em 1986 um artigo intitulado “*Gênero: uma categoria útil de análise histórica*” (1995), que inaugura um modo diferente de compreender o gênero.

Joan Scott, como historiadora, assume a influência de dois filósofos estruturalistas, Michel de Foucault e Jacques Derrida, e propõe uma nova perspectiva teórica, pós-estruturalista, que busca desconstruir os paradigmas dominantes do pensamento ocidental. Desconstruir significa indagar novas questões, testar novas hipóteses, a partir de um novo método e assumir que a história é uma construção, na qual muitos elementos estão inter-relacionados, e assume tal tarefa epistemológica a partir da categoria de gênero.

Gênero como categoria não é um conceito descritivo, mas uma ferramenta de análise, capaz de fornecer um saber, e como não há separação entre saber e poder, nesta categoria estaria imbricado a relações de poder, sendo uma primeira forma de dar sentido a estas relações. É clara a influência de Foucault nesta compreensão, Joan Scott considera que o poder é relacional e não unificado, mas se encontra nas relações das organizações sociais.

Juntamente com os referenciais dos filósofos citados, também podemos perceber a influência de Pierre Bourdieu no pensamento de Joan Scott, pois a autora afirma que a categoria gênero estrutura a percepção e a organização das relações sociais, construindo e legitimando a distribuição do próprio poder. Mas afinal, qual é a definição que Scott dá à categoria gênero?

Não é uma definição fechada, mas apenas a indicação de que o gênero é uma construção, assim como também são construções as categorias de raça e classe. Scott desconstrói três visões teóricas diversas sobre o gênero: a do patriarcado, a visão das feministas marxistas e a das teorias psicanalíticas. E propõe pelo viés histórico a categoria gênero como desconstrução de diferença sexual. “O gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças que distinguem os sexos” (Scott, 1995, p.86); e também “o gênero é uma forma primária de relações significantes de poder” (idem). Como o gênero é um elemento e uma forma primária está presente nos símbolos, nas representações culturais, nas ideologias, nas normas, nas doutrinas, nas instituições e organizações sociais, enfim, nas identidades subjetivas.

Para Scott, gênero enquanto categoria é uma nova possibilidade de percepção sobre as diferenças sexuais, hierarquizado através de tudo o que é simbólico e construindo significados pela linguagem para compreender o universo, incluindo as relações sociais, inclusive entre homens e mulheres, posicionando-os dentro de relações hierárquicas.

Assim, do conceito de gênero de Joan Scott podemos considerar que a categoria gênero é um universo simbólico que organiza socialmente aquilo que podemos enxergar nos corpos, nas relações sociais etc, que a partir da percepção da diferença sexual constrói sistemas de relações de poder baseadas num conjunto de qualidades, papéis, identidades e comportamentos opostos e hierarquizados atribuídos a mulheres e homens (Scott, 1995, p. 88). Consequentemente, esta oposição é contextualmente construída, não tendo uma única origem universal capaz de explicar a dominação masculina, enfatizando a complexidade e a heterogeneidade das relações sociais.

Da categoria gênero de Joan Scott somos convidados a deixarmos de lado a descrição e adotarmos a categoria como uma analítica capaz de nos permitir investigar os significados, desigualdades e injustiças construídas sobre esse universo complexo do masculino e feminino. Para nos ajudar a levar adiante a reflexão, somos impulsionados pela socióloga brasileira Heileith Saffioti (1987, 2001, 2004) que, apesar de não inaugurar um novo conceito de gênero, trouxe importantes reflexões que ampliam e limitam a categoria.

No artigo *Ontogênese e Filogênese do Gênero*<sup>3</sup>, H. Saffioti faz uma revisitação ao conceito de gênero, analisando histórica e criticamente as contribuições e limites das feministas que fizeram uso de tal conceito. Não é nosso objetivo seguir toda a argumentação da socióloga, apenas explicitar a análise crítica que ela faz do conceito de gênero, que assumimos como fundamento teórico de nosso estudo, pois concordamos com a perspectiva ampliada e limitada de gênero elaborada por Saffioti.

Segundo ela, Gayle Rubin, com o conceito descritivo de gênero, consegue abrir caminho para admitir teoricamente uma alternativa à exploração-dominação masculina, ou seja, ao patriarcado. Isto é, Saffioti reconhece a importância teórica do conceito de Gayle

---

<sup>3</sup>SAFFIOTI, H. *Ontogênese e filogênese do Gênero*. (s/ano) <http://marchamargaridas.contag.org.br/imagens/f759ontogenesedogeneroHELEIETHSAFFIOTI.pdf> Acessado em 20 de dez. de 2012.

Rubin, no entanto critica-o porquê é contraditório assumir o conceito neutro na teoria, não sendo neutro na prática, pois gênero se constrói nas relações sociais. Mesmo assim, Saffioti (s/ano) reconhece que “um dos pontos importantes [dos trabalhos de Gayle Rubin] consiste em deixar mais ou menos livre o emprego simultâneo dos dois conceitos [gênero e patriarcado]” (p. 16).

De Joan Scott (1995), Saffioti (1969a, 1976, 1979 e 1977) valoriza, como já foi dito, o gênero como categoria analítica. Além disso, gênero diz respeito às imagens que a sociedade constrói do masculino e feminino. O que torna a categoria gênero uma categoria social e histórica, confirmando a mesma recusa dos trabalhos de Gayle Rubin, que também renuncia ao essencialismo biológico.

Na perspectiva de Saffioti (s/ano), sem nenhuma dúvida, tais conceitos de gênero valorizam nas análises as relações homem-mulher, enquanto categoria social, e sendo relacional no contexto cotidiano das vivências as mulheres são discriminadas, violentadas, oprimidas etc.

Assim, Saffioti (s/ano, p. 18) defende:

a idéia de que se, de uma parte, gênero não é tão-somente uma categoria analítica, mas também uma categoria histórica, de outra, sua dimensão adjetiva exige, sim, uma inflexão do pensamento, que pode, perfeitamente, se fazer presente também nos estudos sobre mulher, dos quais é extremamente precoce abrir mão. Na verdade, quando aqui se valorizam esses estudos, pensa-se em enervá-los com a perspectiva de gênero. A história das mulheres ganha muito com investigações deste tipo. A própria Scott (1988) percorreu meandros do gênero em sua forma substantiva, como categoria histórica.

Ao longo da história as relações de gênero hierarquizaram homens e mulheres, pois em tais relações estão envolvidas as relações de poder. A grande questão para Saffioti, é que Joan Scott assume a noção de poder de Michel de Foucault, e tal concepção desconstrói o poder, o que é positivo, mostrando que ele está dissolvido na sociedade, mas não segue adiante, não propõe nenhum projeto de transformação social, o que é negativo, pois nega o caráter prático da teoria, despolitizando-a.

Nas palavras de Saffioti (s/ano, p. 19):

É sabido que Foucault, embora reúna vários méritos, nunca elaborou um projeto de transformação da sociedade. Ora, quem lida com gênero de uma perspectiva feminista, contesta a exploração-dominação masculina. Por via de consequência, estrutura, bem ou mal, uma estratégia de luta para a construção de uma sociedade igualitária.

Isto é, na teoria de poder de Michel de Foucault assumida por Joan Scott, há a explicação das desigualdades e opressões dentro das relações de gênero, mas não há o apontamento de um projeto de mudança, o que, se não vai contra o movimento feminista, não o ajuda muito.

Segundo Mirla Cisne (2012, p. 86):

É neste sentido, que a categoria “mulher”, como sujeito político coletivo do movimento feminista, volta a ser defendido. Não no sentido de um simples ‘retorno’, desconsiderando os acúmulos teóricos trazidos pelos estudos de gênero, especialmente, no que diz respeito à superação do fundacionalismo biológico. [...] O problema desencadeado pelas novas abordagens dos estudos de gênero é, pois, um distanciamento entre as discussões teóricas e a luta das mulheres, o que já demonstra como essas teorias são vazias de sentido, uma vez que a teoria não pode desvincular-se da prática, mas dela emergir e a ela retornar como resposta às demandas concretas do real.

E é neste sentido que podemos falar de um radicalismo, na perspectiva da análise de Saffioti, pois ela faz uma volta às fontes e objetivos do movimento feminista, valorizando as conquistas teóricas dos estudos de gêneros, mas não esquecendo que não há igualdade nas relações de gênero e as mulheres ainda continuam subordinadas e sofrendo violências.

Assim, “a desvalorização da mulher na modernidade deriva das próprias relações sociais modernas”. Da perspectiva aqui assumida, o gênero é constitutivo das relações sociais, como afirma Scott (1983, 1988), da mesma forma que a violência é constitutiva das relações entre homens e mulheres, na fase histórica da ordem patriarcal de gênero, ainda em curso. (Saffioti, s/ano, p. 39)

É esta perspectiva que este trabalho assume: participar da discussão a partir da teoria, mas também confirmar as práticas feministas, colaborando para motivar e apoiar os movimentos de mulheres, oferecendo modos de reconhecer essas diferenças, e ao mesmo

tempo, formar uma base para a solidariedade entre as mulheres, principalmente àqueles que sofrem com a violência estrutural da sociedade hodierna.

### 3. Gênero e Violência

A violência surge como um sério problema que aflige a humanidade e uma das formas mais sutis da “questão social”. De fato esse não é um problema que surgiu apenas agora. Se analisarmos a histórias das civilizações poderemos constatar que a violência se fez presente em todas as épocas.

Desde a Antiguidade até nossos dias encontramos vários episódios de barbárie e perseguições a indivíduos, comunidades e povos. Por isso, é muito difícil oferecer uma definição de violência que seja suficientemente ampla para abarcar todas as suas manifestações e, ao mesmo tempo, a definição não pode ser suficientemente extensa, com o risco de, pretendendo abarcar tudo, não dizer nada sobre o fenômeno. (Gauer, 2003)

Contudo, ao estudar este fenômeno em um dos seus aspectos, é necessário fazer uma delimitação, procurando fugir do risco das generalizações. Neste estudo, pretendemos tratar da violência contra a mulher, não podemos nos negar a estabelecer, como forma de aproximação, uma definição de violência, procurando apresentar os conceitos com os quais nos acercamos da realidade da pesquisa. Neste sentido, temos como ponto de partida a definição de violência, trazida por Corsi & Peyrú que nos ajuda a refletir e a avançar em nossos estudos: “Violência é um comportamento, seja este um ato ou uma omissão, cujo propósito é ocasionar um dano ou lesão a outra pessoa, no qual a ação transgride o direito de outro indivíduo” (Corsi & Peyrú, 2003,p. 23).

Assim, a violência se inscreve no ordenamento da vida humana, pois se trata de um comportamento intencional. Visto que, se o ato ou a omissão fossem involuntários, de nenhuma maneira poderíamos falar de violência. De modo geral, a partir dos danos ocasionados e dos meios empregados, podemos classificar a violência em: física, psicológica, moral, sexual, social, política e econômica. Mais a frente no tópico *Lei Maria*

*da Penha*, quando tratarmos das manifestações da violência referenciados pela lei número 11.340/2006, voltaremos e conceituaremos melhor os tipos de violência. Por agora, importa-nos estabelecer a relação entre violência e gênero.

Conforme Grossi (2012, p. 61- 62):

reunir os conceitos *violência* e *gênero* para transformá-los em um terceiro conceito, *violência de gênero*, não é tarefa difícil, na medida em que o conceito gênero já pressupõe, por princípio, certa quantidade de pressão sobre os indivíduos para conformarem-se aos padrões culturais sobre o que seja ser homem ou mulher. Além disso, pressupõe relações de poder, nas quais, historicamente, existe prevalência de um sexo sobre outro.

Desta reflexão importa-nos destacar que a violência é um ato ou omissão contrário ao direito de outra pessoa. Os motivos que levam uma pessoa ou instituição a transgredir o direito de outra pessoa ou de um grupo definem as características da violência, porém, as características podem ser múltiplas. Se compreendermos que os seres humanos estão em relação, a violência tem uma finalidade que vai além da agressão ou dano, ela pode se configurar como uma forma de poder e de controle.

Exercer violência, portanto, significa impor, obrigar uma pessoa a fazer algo que ela não quer, isto é, forçá-la a realizar uma conduta sem que tenha vontade, isto é, sem o seu consentimento, obstaculizar as ações do outro, impedindo-o de realizar algo que deseja, sendo seu o direito. (Schilling 2000, p. 40)

A definição da violência recai na transgressão do direito, e não apenas do desejo; assim, as normas disciplinares dos pais que para educar os filhos os obrigam a fazer, contra a vontade, a tarefa ou os impedem de assistir televisão em horário inadequado - não são atos de violência.

Enfim, para compreender a origem, a dinâmica e as consequências da violência, não podemos nos centrar, somente, no dano produzido, este também é importante levar em consideração, mas é preciso abordar o que está por trás, isto é, investigar o porquê se



produziu a violência. Lembrando sempre o que é central nas relações humanas violentas: o poder (Izumino, 2005).

Em todas as relações humanas, incluídas as relações íntimas, há discrepâncias e conflitos, o que não significa de maneira nenhuma que exista necessariamente violência. Os conflitos, além de inevitáveis podem ser benéficos, porque nos permitem o crescimento, o amadurecimento, isto é, fortalecer a personalidade e o caráter. A forma de resolver os conflitos pode ser pelo diálogo, a negociação, a conciliação, o estabelecimento de limites precisos etc. Mas às vezes a violência se apresenta como uma alternativa para submeter e controlar a outra pessoa com a intenção de solucionar o conflito. O que só faz piorar a situação, aumentando a violência.

Quando se fala em controle, o elemento fundamental é à vontade. Por uma parte está a vontade de quem exerce a violência: impor um comportamento, isto é, obrigar alguém a fazer o que não quer ou impedir-lhe de fazer o que quer, é sempre uma ação intencional. (Gauer, 2003)

O dano que se causa de maneira involuntária, embora se constitua em violência, não pode ser tomada como uma ação voluntária, muitas vezes trata-se de um acidente. Por outra parte, está o aspecto determinante do comportamento violento, que é a imposição sobre a vontade negada de quem sofre o embate. Quem exerce violência transgride a vontade do outro, a quem se pretende submeter e controlar.

A atitude violenta busca eliminar qualquer obstáculo que impeça o exercício do poder sobre determinado poder. Para que a violência possa se efetivar é necessário um desequilíbrio prévio, isto é, um esquema de desigualdade real ou simbólica: o adulto x criança, pai x filho, homem x mulher, rico x pobre, patrão x empregado, branco x negro, nazi x judeu etc. Este esquema de desigualdade está dado na forma como a sociedade está

estruturada e estaria sancionado, pelo próprio contexto social e cultural no qual está inserido e no qual se produz o ato violento (Bourdieu 1989; Galtung, 2003; Silva, 2005).

Não sabemos se as raízes da violência humana estão inscritas biologicamente nos nossos genes, mas somos capazes de afirmar que potencialmente os seres humanos podem ser agressivos e violentos. O que significa que por trás do exercício da violência, como de muitas outras atividades humanas, está a possibilidade que é oferecida pela estrutura e pela cultura. Não apenas o que fazemos, mas o que falamos, pensamos e sentimos, de algum modo estão definidos por séculos de civilizações.

Psicologicamente, no ato violento há um mecanismo de negação do afeto e de toda compaixão ou empatia. Na relação que se estabelece pela violência sobre outra pessoa não há um espaço para a identificação, não há o reconhecimento de uma relação de iguais. A pessoa violenta não se compreende no lugar da outra pessoa, em alguns casos não considera o outro ou a outra como pessoa. Enfim, o exercício da violência é em si mesmo uma negação da humanidade do outro ou da outra. O exercício do poder sublinha a ideia, consciente ou inconsciente, de que o outro ou a outra não é uma pessoa que mereça o mesmo tratamento que o indivíduo violento considera merecer. Há um processo de coisificação que se sustenta na desigualdade de poder que não pode ser desconsiderado.

Mas não adentraremos nesta discussão psicológica e filosófica, queremos apenas ressaltar que a violência está determinada pelo meio cultural, em particular, a partir das relações sociais que estruturam a vida em sociedade.

Frequentemente, os atos violentos não ocorrem de maneira isolada, se inserem dentro de uma dinâmica de conflito entre duas ou mais pessoas, seja da mesma família, grupo ou comunidade, ou de outra família, grupo e comunidade. Neste processo, os participantes ocupam determinadas posições que são consideradas assimetricamente de modo hierárquico, o que ilustra as desigualdades, onde cada incidente de violência

reafirma ou reestrutura as desigualdades. Em geral, a conduta violenta se comete contra quem está em uma posição considerada hierarquicamente inferior (os estrangeiros, as crianças, as mulheres, os pobres, os empregados, etc) e ao oprimi-los se reforça essa posição. Por isso, algumas formas de violência são socialmente toleradas, sendo as desigualdades um terreno fértil para a violência. (Santos, 1987).

Para analisar cada relação violenta é importante olhar também a ordem social estabelecida, que marca posições diversas em função da idade, sexo, classe social, etnia, etc. Os processos de socialização, de incorporação individual a espaços onde se apreendem e se desenvolvem formas de vida, atitudes, expectativas sociais e demais, estão manifestos em variadas formas de violência. Por exemplo, a televisão e outros meios de comunicação transmitem programas nos quais a violência é apresentada como um método ágil, rápido e, sobretudo, efetivo para por fim a qualquer controvérsia. Isto não significa afirmar que os meios de comunicação sejam os criadores da cultura da violência, eles simplesmente são o reflexo de atitudes e valores existentes no imaginário social, com o qual reforçam o comportamento, cuja origem e manutenção estão na estrutura social e cultural (Foucault, 1979; Saffioti, 1987).

Em toda sociedade há atos permitidos e atos proibidos, atos aceitáveis, que gozam da aprovação do grupo, e atos proscritos, que recebem a censura social. A tolerância ou a proibição dependem sempre do contexto social.

A violência, portanto, está vinculada ao contexto social e insere-se numa cultura que permite ou restringe determinados comportamentos. As pessoas que não vivem isoladamente se relacionam entre si em diversos âmbitos cotidianos. E é nestas relações – familiares, escolares, laborais e/ou sociais mais amplas - que a violência pode ocorrer.

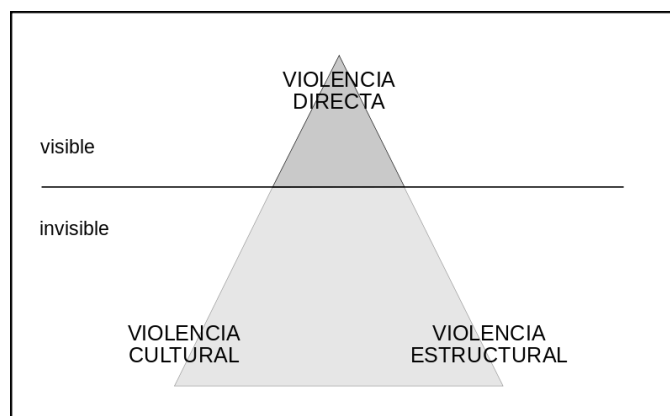
Dessa forma, para entender a violência e sua relação com o gênero precisamos aprofundar em nossa análise o fato de que a violência, assim como o gênero, se constrói a

partir das relações sociais. (Saffioti, 1979). Cada ato violento é sustentado pela estrutura social e pela força de suas instituições hierarquizadas, como também pela cultura, que molda os costumes, tradições, as crenças e os valores que estão influenciando o comportamento individual (Bourdieu, 1989).

Para compreender a relação que há entre violência e gênero, nos valem do pensamento do sociólogo norueguês Johan Galtung (2003), apesar dele não focalizar seu estudo em gênero, suas investigações sobre os conflitos sociais e a violência muito nos ajuda a pensar a relação entre violência e gênero.

Especificamente utilizamos neste trabalho, para ressaltarmos a relação que há entre violência e gênero, o famoso “triângulo da violência” de Galtung. A partir dele podemos compreender melhor em que contexto se insere a violência contra a mulher, o que muito nos auxilia a entender que a violência de gênero é uma violência além de direta, também estrutural e cultural.

Eis o triângulo da violência de Galtung:



Fonte: [http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Triangulo\\_galtung.jpg](http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Triangulo_galtung.jpg)

A violência de gênero é complexa, no sentido de que há um emaranhado de elementos que vão além da agressão e violência, propriamente dita. No caso específico da mulher que sofre violência, a parte visível do maltrato chamamos violência direta, mas na base, como confirmação dessa violência se insere a violência estrutural e cultural (Galtung,

2003). É justamente a compreensão do que está por detrás dando estrutura de forma invisível, da violência direta, que nos faz entender que a violência contra a mulher é uma violência de gênero.

É importante destacar que a violência direta se diferencia em três, dependendo contra quem atente. Se há violência contra a natureza, os danos são contra a biodiversidade, ou contra os espaços naturais. Mas há também violência contra pessoas e grupo sociais, por exemplo, violação, assassinatos, roubo, xingamentos, guerras étnicas, etc. E por último, a violência contra a coletividade, danos materiais contra edifícios, infra-estruturas e cidades como no caso de guerras. (Gauer, 2003)

A violência direta seja física ou psicológica é uma situação ou um acontecimento, onde um comportamento de agressão intencional (concretamente de uma pessoa) atinge alguém, que sofre física, psicológica e moralmente. Segundo Galtung (2003) a violência direta é a parte visível do iceberg, sendo também a menor parte, no entanto, a mais fácil de ser reconhecida, cujas origens são latentes, mas nem sempre evidentes.

Obviamente, a violência contra as mulheres é classificada como violência direta contra pessoas. Ela pode ser caracterizada como lesões corporais, traumas psicológicos que bloqueiam o desenvolvimento pessoal ou emocional, também calúnias, difamações ou injúrias que atentam contra a reputação das mulheres.

É comum pensar que a violência direta é a pior de todas as violências e a mais fácil de ser combatida, pois é única diretamente visível e sendo visível é mais fácil de ser reconhecida. Penso tratar-se de um engano. Para se combater de fato a violência direta é preciso estar consciente de que ela é a manifestação de algo e não se reduz aos próprios atos de violência (Pinheiro, 2008).

A origem da violência está na sociedade de modo estrutural e cultural, fazendo com que a violência forme parte do dia a dia. Assim, a violência contra as mulheres como

violência de gênero, não apenas como violência contra pessoas, é compreendida levando em consideração a violência estrutural e cultural.

Seguindo a linha de análise de Galtung (2003) sobre a violência, detalhamos a violência estrutural explicitando-a como a violência de gênero. Vejamos. A causa da violência direta está relacionada com situações de violência estrutural. A violência direta é um acontecimento, a violência estrutural se caracteriza por ser uma situação que pode desencadear a violência direta. Isto é, muitas situações de violência são consequências de um abuso de poder ou de injustiça que recai sobre pessoas ou sobre um grupo submisso, oprimido, explorado e maltratado.

A análise da violência estrutural não identifica um emissor pessoal, é uma violência indireta, diz respeito ao conjunto de estruturas que são agenciadas por indivíduos. Essas estruturas não permitem a satisfação das necessidades e resultam, precisamente, na negação das necessidades. Por exemplo, a pobreza, produz dor e morte prematura, mas não é uma simples “fatalidade” como um terremoto, a erupção de um vulcão, que são eventos nos quais a ação humana não intervém explicitamente. A pobreza é resultado de um determinado modo de organizar as estruturas da sociedade e de desfrutar dos recursos e oportunidades produzidos socialmente. A exploração, dominação, opressão e violência são estruturais (Foucault, 1979).

A sociedade pode ser compreendida como uma estrutura organizada de modo hierárquico, isto é, seu funcionamento se baseia em estratificar os grupos sociais impondo hierarquias. As estruturas políticas, econômicas, educacionais, religiosas, jurídicas, etc são hierarquizadas e, como tal, alguns sujeitos mandam e outros obedecem. Entre as formas hierárquicas está o patriarcalismo ainda presente nas relações familiares (Gorän, 2006; Bourdieu, 2005).

No patriarcalismo as relações humanas não são igualitárias, são relações de poder, de dominação-submissão, exploração que se dão no campo pessoal, social e econômico, político, etc. Homens e mulheres, com atributos sociais diferentes, não detém os mesmos direitos. Esta desigualdade evidente, ancorada na cultura machista, patriarcal, situa os homens com direitos e capacidade de decidir sobre a vida e os corpos das mulheres, mesmo em países ocidentais democráticos cujas leis normatizam a não discriminação pelo sexo.

Nas sociedades patriarcais existe uma primeira e básica discriminação entre os seres humanos, é a discriminação em função do sexo com o qual se nasce, e que os divide em gêneros masculino e feminino. Em torno ao gênero, socialmente e historicamente construído, atribuem-se valores e papéis que se impõem, pela cultura – às vezes pela força -, a partir da estrutura social (Bourdieu, 2005).

Há uma valorização hierárquica do masculino sobre o feminino e o modelo social estabelecido mantém por meio das relações de poder *o status quo* da dominação-exploração do gênero exercida pelo masculino. Essa discriminação de gênero é básica, anterior a outras formas de discriminação. (Saffioti, 2004)

Homens e mulheres incorporam desta maneira inconsciente as relações de domínio-exploração que se dá nas estruturas das sociedades patriarcais. Ambos assumem o modelo de relações de poder como única forma de relação e vínculos com os demais.

As relações de poder, que implicam desigualdade entre homens e mulheres, são sempre violentas porque supõe o predomínio e valorização dos desejos, necessidades, crenças do gênero masculino sobre os valores, desejos, necessidades, crenças do gênero feminino (Saffioti, 1995). A violência é aprendida socialmente, não é inata à biologia ou à genética do homem. É uma forma de exercer o poder mediante o emprego da força física, psíquica, econômica ou política. No caso da violência de gênero, o homem aprendeu social

e culturalmente a situar-se em posição de domínio, e incorporou a violência como uma forma a mais de se relacionar com as mulheres, para conseguir seus objetivos e para resolver seus conflitos (Teles, 2003).

Por outro lado, encontra-se no polo oposto: a mulher, que aprendeu social e culturalmente a situar-se na posição de submissão, incorporando a obediência a quem ama (pai, noivo, esposo e filho), a superioridade pela natureza do outro e seu direito a ser cuidado por ela. Incorpora-se a violência como uma forma de relação naturalizada, e quando esta é de intensidade tende a sentir-se culpada.

Esses valores, papéis, atitudes de gênero que formam parte do modelo social se interiorizam ao longo do processo de socialização e construção de identidade – como homem e como mulher – e se reproduzem culturalmente.

E ainda na perspectiva de Galtung (2003) podemos completar o quadro de análise da violência de gênero a partir da violência cultural. Assim como gênero é uma construção social e cultural, a violência de gênero também é fruto da sociedade que constrói culturalmente a violência.

A violência cultural atinge as pessoas causando danos, que se expressam nas mentalidades, crenças e valores, modos de pensar e de dirigir as ações que acabam por converter-se em um padrão que aliam à violência direta e legítima a violência estrutural. Ou seja, a violência cultural manifesta-se de maneira constante, porém é invisível, implica naquilo que constrói os discursos, aquilo que justifica e legitima o sentido da violência estrutural e a lógica da violência direta (Galtung, 2003).

Culturalmente, as atitudes vivenciais, a forma de pensar, sentir, entender o mundo, enfim o comportamento de cada indivíduo, homens e mulheres, são desenvolvidos durante a vida, a partir das características biológicas e genéticas, mas principalmente a partir do processo de socialização. Tal processo de interiorização da cultura tem um peso crucial na



formação da identidade e nas formas de vivenciar as relações sociais. Relações estas que têm seus próprios valores e estabelecem formas de comportamento que se consideram “normais” e aceitáveis.

Na sociedade patriarcal, a violência de gênero está presente de modo cultural. Desde o útero materno, meninos e meninas são gerados com expectativas culturais diversas. A sociedade chamada moderna, incorporou alguns valores da sociedade patriarcal e até os dias de hoje pode-se verificar que a criança ao nascer já lhe são impostas as normas de gênero. A atribuição de cores diferentes para meninos e meninas é exemplo disso e demonstra que haverá expectativas distintas para cada um. O processo de socialização da criança se responsabiliza por fazer com que ela adapte o gênero ao sexo biológico. Isto é, nos vínculos estabelecidos socialmente primariamente se ensina a ser menino e menina com toda a carga de preconceitos e submissão que isto representa ao homem e a mulher, principalmente para a mulher, por viver em uma sociedade machista e patriarcal. (Bourdieu, 2005)

O ensino da língua é feito a partir de categorias de palavras que são também divididas em gêneros, masculino e feminino. A criança ao adquirir a linguagem materna para pensar e se comunicar já apreende, juntamente com as palavras, toda a ideologia subjacente, diferenciando-as a partir das características sexuais. A construção do sentido das palavras, gradativamente, vai criando representações sobre a realidade e principalmente sobre as representações da identidade do que é ser masculino e feminino, o que contribui para a construção da subjetividade dos indivíduos.

Na escola, depois da educação familiar, as crianças já compreendem os papéis que lhes corresponde, como menino ou menina, e os representam sem consciência de que são papéis construídos socialmente. A educação formal dada pela escola acaba por confirmar a

identidade sexual e reprimir aquela que não se enquadra na normalidade cultural da sociedade patriarcal na qual as crianças estão inseridas.

Cada sociedade apresenta padrões e normas de conduta que constituem o modelo que é transmitido ao longo da história e que formam os indivíduos. Em todas as sociedades, na brasileira não é diferente, há modelos culturais femininos e masculinos. Por exemplo, as meninas são socializadas para desenvolver e apresentar comportamentos passivos, dóceis, obedientes. Faz parte do modelo de mulher saber obedecer ordens, cozinhar, cuidar da casa e dos filhos. Já os meninos são socializados para desenvolver a força, virilidade e a agressividade. O uso da razão e o exercício do poder são estimulados, enquanto que a menina é educada para desenvolver a sensibilidade e a fragilidade. Respectivamente domínio e controle, passividade e obediência. É claro que a situação é diferente, pois algumas sociedades não apresentam esses modelos rígidos, enquanto em outras a situação é mais dramática.

Assim, na sociedade brasileira patriarcal os modelos femininos e masculinos passam a ser considerados universais e essenciais, ficando os indivíduos presos a tais modelos caso queiram se enquadrar no padrão de normalidade. Permanecendo a construção das identidades simbolicamente fundamentadas em relações de dominação, na qual ao homem é delegado o poder de mando e à mulher a obediência e a submissão. Cabe destacar que a construção das identidades não acontece de modo passivo e consensual, mas a própria sociedade se encarrega, por meio das estruturas sociais, de reprimir até os indivíduos, que sendo da classe dominante, oferecem resistência.

Homens e mulheres são violentados culturalmente, pois já nascem enquadrados, engessados em modelos estereotipados de padrões aos quais devem se adaptar e reproduzir cotidianamente. A mulher, claro, é quem mais sofre com a violência cultural, pois entre as características dos papéis masculino do homem estão a agressividade, o poder, o domínio

no plano econômico, político e social, enquanto as mulheres estão destinadas a uma socialização que as qualifica negativamente ou de modo inferior. Esta socialização acaba por produzir o desequilíbrio entre as relações mais amplas entre homens e mulheres, criando antagonismos, imposições e desigualdades e a violência baseada no exercício do poder do mais forte sobre o mais fraco da estrutura social.

Assim entendemos que na raiz das relações sociais estão construções hierárquicas e assimétricas com base nos valores atribuídos aos gêneros nas estruturas simbólicas e ideológicas, o que serve para justificar as estruturas sociais e os sujeitos que se valem da violência diretamente.

Dessa maneira se pode tomar também a explicação da violência simbólica do sociólogo francês Pierre Bourdieu (2005) a partir da perspectiva da violência cultural. Segundo Bourdieu (2005), os dominantes de uma sociedade através da ideologia cultural, estabelecem vínculos de domínio e submissão fazendo com que os valores e a visão de mundo dos dominados se conforme passivamente, sem perceber que são “vítimas” de uma estrutura que os coloca numa situação de submissão a um poder simbólico.

Cabe destacar que os dominados são as primeiras “vítimas”, pois inconscientemente assumem a visão de mundo dos dominantes. A linguagem, os significados, o sistema simbólico, tudo o que determina as crenças, os valores, os hábitos e comportamentos dos dominantes se impõem para os demais como naturais. No entanto, até mesmo os dominantes também precisam obedecer a regra do simbolismo cultural, afinal, no conjunto dos dominantes não há espaço para questionamento das estruturas de dominação.

A violência simbólica difunde ideologicamente uma visão de mundo que confirma tanto os sistemas de classificação e construção de identidades sociais, quanto a naturalização dos processos sociais por ele tornado padrão.

No caso das relações de gênero, elas se constroem como um sistema simbólico que na sociedade exerce uma função política de instrumento de submissão ou de legitimação da dominação, que contribui para assegurar a superioridade de um grupo sobre o outro, num processo de violência simbólica. (Bourdieu, 2005)

É a violência simbólica de gênero que assinala para a mulher o seu papel de membro submisso na relação, desvalorizando a participação dela na sociedade, impondo-lhe papéis a desempenhar no ambiente privado e público, distinguindo-a dos homens, diminuindo suas capacidades sociais e de classe. E assim, esta violência cultural ou simbólica legitimada pela sociedade que define o masculino e o feminino de modo cultural, é uma forma de dominação que confere ao homem o direito de controlar, mandar, maltratar, abusar e cometer outras tantas violências contra a mulher, tornando-se assim a violência um elemento que compõe os relacionamentos sociais, de modo direto, estrutural e cultural.

## **4. As Leis de Proteção e Enfrentamento à Violência Contra a Mulher**

A violência contra a mulher é uma construção social, fruto da desigualdade de poder entre homem e a mulher e produto da manifestação da questão social (Netto, 2001), como abordado no capítulo anterior. Como manifestação da questão social, a violência deve ser enfrentada pelo Estado e pela sociedade como um todo.

No Brasil, a partir de 1980<sup>4</sup>, foram implantadas algumas propostas políticas como forma de fazer o enfrentamento a violência contra as mulheres, contudo, por serem pontuais, nem sempre se mostraram efetivas. Somente a partir de 2003, no início do Governo Lula, com a criação da Secretaria de Políticas para Mulheres é que as ações foram realizadas de modo coordenado e de maneira mais efetiva, estendendo-se para os estados e municípios.

Neste tópico centraremos nossa análise na rede e nas leis de enfrentamento da violência contra a mulher de modo geral, mais especificamente no município de São José do Rio Preto/SP, o que permitirá também analisarmos brevemente os serviços especializados oferecidos às mulheres que se encontram em situação de violência neste município. Assim, apresentamos neste tópico a nossa compreensão sobre a criação dos mecanismos legais e as políticas públicas em defesa dos direitos da mulher, principalmente, as Convenções da Organização das Nações Unidas (ONU), a Política Nacional de Enfrentamento da Violência contra a Mulher, implantada em 2005, a Lei Maria da Penha (2006), o Pacto Nacional de Enfrentamento da Violência contra a Mulher de 2007.

Tendo como universo da pesquisa o Município de São José do Rio Preto, destacamos também neste tópico a análise do papel da Secretaria da Mulher, da Delegacia

---

<sup>4</sup> Como exemplo temos a implantação da Delegacia da Mulher.

Especializada em Defesa da Mulher e do Centro de Referência e Atendimento a Mulher, órgãos responsáveis pela proposição e implementação das políticas de enfrentamento a violência, bem como pelo atendimento às mulheres em situação de violência neste município.

Tudo começa com um dos documentos mais influentes do século XX no que diz respeito à questão dos direitos: a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, da Organização das Nações Unidas (ONU). Este documento estabelece princípios de proteção às pessoas, atribuindo responsabilidades aos Estados-membros, e afirmando a universalidade dos direitos políticos e civis. (Piovesan, 1998)

É importante enfatizar que esta declaração nasceu no pós II Guerra Mundial e, portanto, com a função de restabelecer um patamar universal de cidadania, sobretudo pelo fato de ter sido assinada por muitos países do mundo, tendo assim um caráter de universalidade, de modo que seus governantes assumiram o compromisso de respeitá-los e contemplá-los nas suas políticas públicas e mesmo nas relações internacionais.

Mas se não podemos esquecer que a Declaração Universal dos Direitos Humanos se insere dentro da tradição de garantia de direitos civis e políticos, também não podemos esquecer que se insere dentro de uma cultura patriarcal de discriminação contra as mulheres, que ocupa uma posição secundária na vida econômica, política e legal das sociedades. De fato, os Direitos Humanos surgem a partir da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, proclamada na França em 1789, e das reivindicações ao longo do século XVI e século XVII em prol das liberdades, que ampliou o campo dos direitos humanos e definiu os direitos econômicos, civis e sociais, repetimos, do homem e do cidadão.

O artigo 1º da Declaração dos Direitos Humanos descreve expressamente os direitos inatos inalienáveis dos quais o homem não se separa:

Todos os homens nascem igualmente livres e independentes, têm direitos certos, essenciais e naturais dos quais não podem, por nenhum contrato, privar nem despojar sua posteridade: são o direito de gozar a vida e a liberdade como meios de adquirir e possuir propriedades, de procurar obter a felicidade e a segurança.

Assim a Declaração Universal dos Direitos Humanos não contempla diretamente a perspectiva de gênero (Piovesan, 2005). Os “humanos” do documento é compreendida a partir da figura abstrata do homem adulto. Apesar disso, o documento foi de fundamental importância. Em termos mundiais, a partir dele e das novas demandas encaminhadas por grupos organizados das sociedades civis, começam a surgir movimentos de busca das garantias ou complementos dos compromissos firmados com a Declaração Universal, que para de fato ser universal, precisará contemplar, a mulher, a criança, o idoso, o negro, o operário etc.

Nesta busca dos direitos universais que confirmem a Declaração Universal, em 1952 cria-se a Convenção sobre os Direitos Políticos da Mulher, que tem como objetivos o reconhecimento e a proteção dos direitos políticos das mulheres, outorgando-lhes cidadania política, por meio dos direitos de votar, concorrer às eleições e ocupar funções ou cargos públicos. (Piovesan, 2006)

Daí em diante, muitos outros documentos foram surgindo para garantir o respeito e complementar a compreensão dos direitos humanos. Como exemplo, podemos citar: a Declaração dos Direitos da Criança, em 1959; a Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação Racial, em 1963.

Apesar dos múltiplos instrumentos legais de aplicação dos Direitos Humanos, não se podia garantir que estavam sendo aplicados e respeitados em todas as suas dimensões, mas o fato de existirem as declarações e as leis significa que há espaço para que, pelo menos, a partir das demandas, ampliam-se os espaços de garantias de direitos.

Assim, a ONU escolheu o ano de 1975 como o Ano Internacional da Mulher. A ideia era chamar a atenção da comunidade internacional para a consequência da

discriminação contra as mulheres em todo o mundo, o que fortaleceu o movimento feminista e confirmou o entendimento dos problemas e dificuldades das mulheres de diferentes partes do globo.

O cume deste Ano Internacional dedicado a mulher foi a Conferência Mundial sobre as Mulheres, realizada na Cidade do México. Nesta se busca o fortalecimento da luta pela igualdade entre homens e mulheres, pondo fim à separação de oportunidades e prioridades. O resultado final da Conferência foi a elaboração de um Plano de Ação para os países e aprovou-se uma declaração chamada Declaração do México sobre a Igualdade das Mulheres e sua Contribuição para o Desenvolvimento e a Paz.

Começa-se no cenário do Direito Internacional a compreensão de que a situação da mulher no mundo precisa ser modificada para se garantir publicamente e efetivamente os direitos humanos. A Assembleia Geral da ONU proclama o período de 1976 a 1985 como a Década das Nações Unidas para as Mulheres, o que refletia a consciência da gravidade da situação da mulher no mundo e ao mesmo tempo tentava organizar e promover o movimento internacional feminista. (Barsted, 2006)

E é nesta perspectiva de ampliação e implantação dos direitos das mulheres que surgem a convenção específica sobre a discriminação e a violência contra as mulheres, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, adotada em 1979 pela Assembleia Geral das Nações Unidas. Frequentemente esta Convenção é descrita como uma Carta Internacional dos Direitos da Mulher. Em seus 30 artigos, ela define claramente a discriminação contra mulheres e estabelece uma agenda para a ação dos estados nacionais com o objetivo de acabar com as discriminações. A Convenção considera a cultura e a tradição como forças influentes para moldar os papéis de gênero e as relações familiares, e é o primeiro tratado de direitos humanos a afirmar os direitos reprodutivos das mulheres.



A finalidade principal desta Convenção estava assentada no desejo de eliminar a discriminação e assegurar a igualdade no que tange ao gênero. No conteúdo da Convenção, discriminação é entendida como:

Toda distinção, exclusão, restrição baseada no sexo e que tenha por objeto ou resultado prejudicar ou anular o reconhecimento, gozo, ou exercício pela mulher, independentemente de seu estado civil com base na igualdade do homem e da mulher, dos direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural e civil ou em qualquer outro campo. (Art. 1º)

Neste contexto, discriminação significa desigualdade social, portanto, a perspectiva da convenção não é só pela erradicação da discriminação contra as mulheres, mas também tem o objetivo de estimular estratégias de promoção de igualdade.

Apesar de o Brasil neste período inicial da ampliação dos direitos das mulheres estar sob o regime ditatorial, inicia-se um diálogo com o direito internacional, o que acabou contribuindo para legitimar o próprio regime. O Brasil assina a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, com reservas na parte relativa à família em 1981. Foi ratificada pelo Congresso Nacional, mantendo as reservas em 1984. No entanto, foi preciso o Brasil se redemocratizar com a Constituição de 1988 para em 1994 se ampliar e ratificar plenamente os tratados internacionais de Direitos Humanos que visam a eliminação da discriminação contra a Mulher, retirando as reservas especificamente quanto à igualdade entre homens e mulheres na vida pública e privada, em particular na relação conjugal. (Dias, 2004)

Assim a Constituição Federal de 1988 representa um marco fundamental na instituição da cidadania e dos direitos humanos no Brasil, consagrando-se a igualdade entre homens e mulheres como um direito fundamental.

No Capítulo I – Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, artigo 5º:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a

inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade nos termos seguintes:

I – homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição.

Além disso, a Constituição Federal situa o princípio de igualdade entre os gêneros também no âmbito da família, estabelecendo que direitos e deveres sejam desempenhados igualmente pelos homens e mulheres; no entanto no plano jurídico, o fim da disparidade ainda persistiu até 2002 quando o Novo Código Civil (Lei 10.406) foi reformado para adaptar-se aos parâmetros igualitários da Constituição Federal e da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher. Antes o Código Civil que datava de 1916 estabelecia que com o casamento, a mulher perdia a sua capacidade civil plena, tornando-se subalterna, ou seja, não poderia mais praticar, sem o consentimento do marido, muitos atos que praticaria sendo maior de idade e solteira, permitia, por exemplo, ao homem a anulação do casamento face à não-virgindade da mulher, permitia ao pai deserdar a filha de comportamento “desonesto” e a não reconhecer os filhos nascidos fora do casamento. (Dias, 2004)

Ainda na perspectiva da harmonização da legislação com os padrões internacionais dos Direitos Humanos, a Carta Magna Brasileira é inovadora, pois conforme consta no Artigo 4º, § II, há o princípio de “prevalência dos Direitos Humanos”.

A partir de 1990, nos primórdios da redemocratização do país, o governo brasileiro compromete-se a estabelecer relações internacionais e a firmar acordos, convenções, tratados e planos de ação que estabelecem parâmetros normativos e incorporam uma série de normas internacionais de direitos humanos ao código jurídico nacional.

Ainda no que diz respeito aos Direitos Humanos das mulheres, à medida que novas questões foram incorporadas à agenda dos Direitos Humanos, os movimentos de

mulheres também ampliaram as suas estratégias de lutas diante dos seus governos nacionais.

Cinco anos depois da conferência da Cidade do México, a II Conferência Mundial sobre a Mulher foi realizada em Copenhague (Dinamarca), em 1980. O evento realizado na metade da Década das Mulheres visava avaliar os progressos na implementação da Conferência do México e atualizar o plano de ação adotado em 1975. O Programa de Ação da Conferência de Copenhague clamava por medidas mais enérgicas por parte dos países no sentido de assegurar os direitos das mulheres.

A Conferência Mundial para a Revisão e Avaliação das Realizações da Década das Nações Unidas para a Mulher: Igualdade, Desenvolvimento e Paz foi realizada em Nairóbi (Quênia), em 1985. Essa Conferência confirma que o movimento de luta pela igualdade de gênero havia atingido escala global de mobilização, por isso, foi descrita como o nascimento do feminismo global.

A IV Conferência Mundial sobre as Mulheres, realizada em Pequim (Beijing - China), em 1995, deu um passo além da Conferência de Nairóbi. Ela definiu os direitos das mulheres como direitos humanos e se comprometeu com ações específicas para garantir o respeito desses direitos.

No Brasil, em 1992, confirmou-se a Convenção Americana dos Direitos Humanos, conhecido como Pacto de São José da Costa Rica, de 1969, que incentiva as “vítimas de violência”<sup>5</sup> a se encaminhar à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, quando o Estado não resolvesse as denúncias de infrações dos direitos, abrangendo casos de violência contra mulheres. (Piovesan, 2006)

Ainda na mesma década, a Conferência Mundial sobre os Direitos Humanos que aconteceu em Viena, nos anos de 1993, asseverou a responsabilidade dos Estados nos

---

<sup>5</sup> Terminologia em desuso. Atualmente afirmamos que as mulheres se encontram em situação de violência, pois se trata de um estágio/etapa passageiro em suas vidas.

problemas referentes à violência doméstica, afirmando os direitos das mulheres. Por intermédio da Declaração da Conferência ficou aprovado em seu artigo 18:

Os direitos humanos das mulheres e raparigas são uma parte inalienável, integrante e indivisível dos direitos humanos universais. A participação plena das mulheres, em condições de igualdade, na vida política, cívica, econômica, social e cultural, ao nível nacional e internacional, bem como a eliminação de todas as formas de discriminação com base no sexo, constitui objetivos prioritários da comunidade internacional.

Em 1995, o Brasil ratificou a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, conhecida como “Convenção de Belém do Pará”, quando, então, adquiriu força de lei nacional, conforme § 2º do artigo 5º, da Constituição Federal em vigor.

Mas antes, em 1994, esta Convenção já havia sido reconhecida pela Organização dos Estados Americanos. Ela inaugura o mecanismo de petição à Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Qualquer pessoa, órgão, grupo, que recorra por um problema de violência contra a mulher ao sistema judiciário de seu país de origem e não encontre solução, poderá dirigir-se à Comissão Interamericana. Contudo, isso só é possível quando todos os “recursos internos” são esgotados, ou seja, quando não há mais possibilidade de se recorrer, a partir das leis internas do país. Com isso, a comunidade internacional simbolicamente e por força da visibilidade dará publicidade e constrangimento político, o que acaba por responsabilizar o Estado que afirma garantir os direitos e não adota medidas que restaurem ou reparem os direitos violados.

A Convenção de Belém do Pará compreende a violência contra as mulheres como fenômeno geral que aflige um grande número delas independentemente de sua raça ou grupo étnico, classe, cultura, renda, idade, religião ou nível educacional. A Convenção, no artigo 1º, define como violência contra a mulher “qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto

na esfera pública como na esfera privada”. (Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher, 1994)

A violência contra as mulheres a partir da Convenção de Belém do Pará passou a ser tratada, tanto na esfera pública quanto na privada, como um problema social e político que precisa ser diagnosticado e enfrentado, o que acaba por dar visibilidades para as violências praticadas no âmbito privado.

O artigo 2º da Convenção de Belém do Pará aponta:

- a) que tenha ocorrido dentro da família ou unidade doméstica ou em qualquer outra relação interpessoal, em que o agressor conviva ou haja convivido no mesmo domicílio que a mulher e que compreende, entre outros, violação, maus-tratos e abuso sexual;
  - b) que tenha ocorrido na comunidade e seja perpetrada por qualquer pessoa e que compreende, entre outros, violação, abuso sexual, tortura, maus tratos de pessoas, tráfico de mulheres, prostituição forçada, sequestro e assédio sexual no lugar de trabalho, bem como em instituições educacionais, estabelecimentos de saúde ou qualquer outro lugar, e
  - c) que seja perpetrada ou tolerada pelo Estado ou seus agentes, onde quer que ocorra.
- (Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher, 1994)

Em 1995 o Brasil assinou a Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre as Mulheres, adotada pela ONU.

Cabe citar também que na década de 1990 o Brasil foi o primeiro país a instituir o Plano Nacional de Direitos Humanos por sugestão da Conferência de Viena, em 1993. E o Plano Nacional de Direitos Humanos, entre outros encaminhamentos, prognosticava o apoio ao Programa Nacional de Combate à Violência contra as Mulheres, à criação de centros integrados de assistência a mulheres, às políticas dos governos estaduais e municipais, e também o estímulo à pesquisa e publicação de informações sobre todos os temas relacionados com a violência doméstica e sexual contra as mulheres. A articulação foi possível porque o Brasil já vinha buscando aperfeiçoar as políticas públicas em relação às mulheres.

Em 2001, o governo brasileiro assinou o Protocolo Facultativo à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, adotado pela ONU em 1999, e tal protocolo foi ratificado pelo Congresso Nacional um ano depois, em 2002.

No Brasil, em 2007 o tema do Dia Internacional das Mulheres foi “Acabar com a impunidade da violência contra Mulheres e Meninas”. E em 2008 a ONU lançou a campanha global “Unidos pelo Fim da Violência contra as Mulheres”. Ao lançar a campanha global plurianual, considerou-se a violência contra as mulheres uma questão “que não pode esperar”.

O caminho percorrido pelas Conferências e Convenções demonstra que os movimentos, grupos e Organizações não governamentais (ONGs) de mulheres estão lutando para ampliar os direitos humanos para as mulheres e ao mesmo tempo também demonstra sua capacidade de organização. É a partir destas lutas que a violência contra as mulheres ganhou destaque e passaram a ser entendidas enquanto violação de direitos humanos. O enfoque de gênero aponta para os países que a ratificaram uma lista de direitos que precisam ser assegurados às mulheres com o intuito de permitir que tenham uma vida longe da violência.

As convenções firmadas objetivam extinguir as violências, que são decorrentes das desigualdades entre homens e mulheres e que vêm sucedendo há muito tempo, e suprimi-las não somente no espaço público, mas também e, principalmente, no espaço privado. Todas as Convenções e Declarações estabelecem leis que sustentam e garantam proteção às pessoas vítimas de violências. A intenção destas leis é amparar legalmente as mulheres, porém necessitam ser aplicadas para que obtenham resultados justos.

E é nesta perspectiva que se insere a criação da Lei Maria da Penha no Brasil, é a partir da luta do movimento feminista, dos tratados e convenções internacionais de garantia aos direitos humanos das mulheres. Ela representa um compromisso por parte do Estado

em relação às suas responsabilidades, e um compromisso perante a comunidade internacional em geral para a eliminação da violência contra as mulheres.

## 5. Lei Maria da Penha

A Lei nº 11.340/06 conhecida como “Lei Maria da Penha”, sancionada no dia 7 de agosto de 2006, pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva é o dispositivo legal mais relevante no combate, enfrentamento e erradicação da violência contra a mulher, seja no âmbito privado ou público.

Destacaremos que a lei se insere dentro de todo um movimento social e político de luta e ampliação dos direitos civis, políticos e sociais das mulheres.

No Brasil até 2003, as mulheres que sofriam agressões e violências recebiam respaldos dos governos municipais, estaduais e federal das Casas Abrigos e das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs). Mas com a criação da Secretaria de Políticas para Mulheres (2003), houve uma ampliação das políticas públicas, o que incluem ações de prevenção, garantia dos direitos e combate a violência contra as mulheres.

Podemos considerar que a criação da Secretaria de Políticas para Mulheres através do documento, Política Nacional de Enfrentamento (2005) ampliou a rede de atendimento a nível nacional, estaduais e municipais com um enfoque mais resolutivo perante as problemáticas e manifestações da questão social, aqui representada na perspectiva de gênero.

Mas essa Política Nacional de Enfrentamento a Violência contra a Mulher só foi possível, porque foi criada a Lei 11.340/06. Essa Lei é mais conhecida com o nome de “Lei Maria da Penha” em homenagem a Maria da Penha Maia Fernandes, biofarmacêutica, residente em Fortaleza, no estado do Ceará, que 1983 foi vítima de tripla tentativa de homicídio perpetrado por seu marido, o colombiano naturalizado brasileiro, Marco Antonio Heredia Viveros.



Julgado em duas oportunidades distintas, maio de 1991 e março de 1996, pelo Tribunal do Júri, Marco Antonio Heredia Viveros foi condenado a 10 anos de regime fechado, sem que, entretanto, fosse levado a execução da pena, uma vez que se valeu de diversos e sucessivos recursos presente no Judiciário brasileiro, protelando desta forma, a execução da pena.

Maria da Penha, que ficou paraplégica devido aos ferimentos à bala, indignada com a demora do judiciário brasileiro em tomar decisão definitiva no processo de que era vítima, levou, por meio do Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM), o caso à Comissão Internacional de Direitos Humanos, organismo da Organização dos Estados Americanos. Recebeu apoio e o Brasil foi condenado por negligência e omissão frente à violência doméstica, sendo ainda recomendado pelo relatório de número 4 da Comissão Interamericana, que o Estado brasileiro definisse legislação mais rápida para solucionar os casos de violência doméstica contra a mulher uma vez que estava desrespeitando os acordos firmados anteriormente. Daí foi criada a Lei. (Hermam, 2008)

Atualmente, Maria da Penha milita na defesa das mulheres vítimas da violência e é coordenadora de estudos, pesquisas e publicações da APAVV – Associação de Parentes e Amigos Vítimas da Violência – no Ceará.

A Lei Maria da Penha, como foi dito, é no Brasil o mais importante dispositivo legal de combate a violência contra a mulher. Parte de todas as conquistas dos direitos humanos nas convenções e declarações citadas anteriormente, especialmente da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (1994 – Convenção de Belém do Pará). A Lei parte da definição de que a violência contra a mulher é “qualquer ação ou conduta baseada no gênero que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no

privado” (Loureiro, 2004), e nesta perspectiva a violência contra a mulher é violência de gênero, pois viola os direitos humanos com base na diferenciação de sexo e de gênero.

A Lei Maria da Penha é importante dispositivo legal também porque:

A lei veio sanar a omissão inconstitucional do Estado Brasileiro que afrontava a Convenção Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher sobre a Eliminação de sua Recomendação Geral 19, que reconhece a natureza particular da violência dirigida contra a mulher, e a Convenção de Belém do Pará [...] diversamente de dezenas de países do mundo e de dezessete países da América Latina, até 2006 o Brasil não dispunha de legislação específica a respeito da violência contra a mulher, aplica-se a Lei 9099/95, que implicava na naturalização deste padrão de violência, reforçando a hierarquia entre os gêneros e a subsequente vulnerabilidade feminina. A “Lei Maria da Penha” é instrumento de concretização da igualdade material entre homens e mulheres, conferindo efetividade à vontade constitucional, inspirada em princípios éticos compensatórios. (Piovesan, s/ano)

Assim podemos dizer que a Lei 11340/2006 veio acolher a indicações internacionais, com o objetivo de obter uma resposta eficaz contra a violência sob a perspectiva de gênero, para promover e garantir o respeito à dignidade e à igualdade da mulher. Além disso, tornar efetivo o sistema jurídico do Estado Democrático de Direito brasileiro vigilante e em conformidade com os Direitos Humanos.

A lei em seu art. 1º dá as seguintes providências:

Esta Lei cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e de outros tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

A Lei Maria da Penha é uma lei ampla que abarca, além do caráter punitivo da Lei, o caráter educativo e pedagógico. Podemos analisar a lei a partir de três linhas.

A primeira linha, a da punição, cita os procedimentos como a retomada do Inquérito Policial, e com ele, o Boletim de Ocorrência, aplicação da pena de prisão em

caso de flagrante delito, preventivamente ou decorrente de decisão condenatória e proibição de penas alternativas.

Na segunda linha, a da proteção e assistência, encontram-se as medidas que objetivam proteger e amparar a mulher em situação de violência, por intermédio de medidas de caráter urgente em defesa da mulher e outras destinadas a seu agressor. Nesta linha se inserem os programas de políticas públicas governamentais que prestam o atendimento e auxílio às mulheres.

Na terceira linha, a da prevenção e educação, está abarcada as ações educativas, que possuem a função fundamental de refrear o comportamento violento e discriminativo baseado no gênero. É a dimensão pedagógica da lei que conjectura um novo paradigma de respeito aos direitos humanos das mulheres em substituição ao histórico patriarcalismo. (Dias, 2008)

Assim, a Lei Maria da Penha transformou o enfrentamento da violência contra a mulher e abordou a violência na perspectiva de gênero e a desigualdade de gênero como uma das causas da violência; ampliou o conceito de família, uma vez que no inciso II, artigo 5 da Lei se refere a indivíduos, em vez de homem e mulher, incluindo além do casamento, a união estável, as uniões homoafetivas, famílias monoparentais, anaparentais (formada entre irmãos) e as paralelas; além disso, a lei estimula a criação de banco de dados estatístico referentes à violência contra a mulher<sup>6</sup>.

O sujeito que a lei ampara é do gênero feminino, mulher, mulher homossexual e ao homossexual masculino que se reconhece na qualidade feminina. Implica destacar que se for criança ou adolescente até dezoito anos, incide também a legislação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA - (Lei 8069/1990), e se for idosa, o Estatuto do Idoso (Lei 10.741/2003).

---

<sup>6</sup> Sobre o conceito de Família ler: Novas Modalidades de Família da Pós-Modernidade – Tese de Doutorado – USP/SP, 2010.

O Artigo 5º da lei determina que:

Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial:

I – no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;

II – no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;

III – em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.

Parágrafo único. As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual.

O objetivo da lei é proteger contra o preconceito ou discriminação pelo fato de ser mulher tanto no espaço da habitação quanto fora do mesmo. A lei tipifica e define a violência doméstica e familiar contra a mulher, destacando a violência que acontece no espaço de coabitação, ou seja, qualquer lugar em que “a vítima” coabita, seja a casa da família, internatos, pensionatos, conventos, entre outros, assim como em ambiente público, ruas, escolas, hospitais, igrejas etc. (Dias, 2008)

Também estabelece as formas de violência contra a mulher como: física, psicológica, sexual, patrimonial e moral. Assim consta no Capítulo II:

Art. 7º São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras:

I – a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

II – a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;

III – a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

IV – a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos,

instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;  
V – a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

Nos casos de violência, antes da Lei Maria da Penha, aplicava-se a Lei 9.099/95, que criava os Juizados Especiais Criminais, onde só se julgavam crimes de “menor potencial ofensivo” que significava pena máxima de 2 anos, na prática o crime não era julgado com o rigor que a gravidade do mesmo exige. A violência doméstica e familiar, conforme o artigo 61º do Código Penal, não era considerada agravante de pena.

A Lei Maria da Penha retira dos Juizados Especiais Criminais a competência para julgar crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher. E também proíbe a aplicação de penas pecuniárias, como multas e fianças. Ficando a violência doméstica e familiar contra a mulher prevista, no Código Penal, como agravante de pena. Sendo a pena mínima reduzida para 3 meses e a máxima aumentada para 3 anos, acrescentando-se mais 1/3 no caso de a vítima ser portadora de deficiência.

No Capítulo III da Lei Maria da Penha está estabelecida os procedimentos da autoridade policial, no que se refere às medidas protetivas para as mulheres que sofreram violência doméstica e familiar. Tais procedimentos visam por fim ao procedimento padrão da autoridade policial que geralmente fazia um resumo dos fatos e registro igual para todos os casos atendidos, ficando a violência banalizada e a mulher desamparada.

A mulher que sofria a violência, como se encontrava desamparada, geralmente desistia da denúncia na delegacia e retornava para casa. Agora com as medidas protetivas presentes no Capítulo III a mulher que denuncia só pode desistir do processo perante o Juiz. Entre as medidas protetivas estão a proibição de a mulher entregar a intimação ao agressor. Neste capítulo está explicitado também que a mulher tem o direito de ser acompanhada por um advogado, ou defensor, em todos os atos processuais e, ainda deve

ser notificado nos atos processuais, o ingresso e saída da prisão do agressor. O que significa que ela estará informada dos seus direitos e do andamento do processo.

Na lei anterior à Lei Maria da Penha, o agressor não era preso, mesmo em flagrante e, juiz nenhum podia decretar prisão preventiva, pois a violência contra a mulher não constava na Legislação Penal. Com a Lei Maria da Penha, o juiz pode decretar prisão preventiva e, mesmo a autoridade policial pode efetuar a prisão diante do flagrante do agressor, além disso, a prisão pode ser efetuada levando em consideração os riscos que a mulher corre. (Dias, 2008)

Levando em consideração o risco que a mulher corre, o Juiz pode fixar o limite mínimo de distância entre o autor da violência e a mulher em situação de violência seus familiares e testemunhas. Pode também proibir qualquer tipo de contato do agressor com a agredida, seus familiares e testemunhas. O que não figurava na legislação anterior. O juiz pode determinar o comparecimento obrigatório do agressor a programas de recuperação e reeducação.

A Lei Maria da Penha levantou inúmeros debates e até recusas porque rompeu com a relação histórica de poder do homem, de usar da violência contra a mulher e companheira, como se a violência fosse mais um elemento que compunha a relação entre homem-mulher.

Apesar de entender que a Lei Maria da Penha é um avanço, o desafio de implementá-la é enorme e o envolvimento dos homens (adultos e crianças) nesta discussão é fundamental para refrear, restringir e prevenir, inclusive no sentido educativo, a violência estrutural da própria sociedade.

Por isso, não podemos pensar que a Lei Maria da Penha é suficiente para por fim a violência contra a mulher. A lei é uma medida auxiliar, é um instrumento, quando

corretamente aplicada, para sustentar e garantir os direitos. Mas aliada à lei, temos necessidade de produzir relações de igualdade de gênero.

## **6. A trajetória e a construção das políticas públicas para o enfrentamento e combate a violência contra a mulher**

Entendendo a violência contra a mulher como uma questão pública, a sociedade brasileira como se pontuou nos tópicos anteriores, por meio das ações governamentais, criou políticas públicas para seu enfrentamento<sup>7</sup> nas várias esferas de governo: federal, estadual e municipal. Vários municípios criaram secretarias ou coordenadorias para que se fizessem responsáveis pela implementação dessas políticas. São José do Rio Preto criou uma Secretaria Especial. Essa secretaria se constituiu no universo de nossa pesquisa.

Este capítulo tem por objetivo trazer as peculiaridades de nosso universo de pesquisa: a Secretaria de Direitos e Políticas para as Mulheres, Pessoa com Deficiência, Raça e Etnia de São José do Rio Preto/SP/Brasil, onde traçaremos o perfil das mulheres que sofreram violência e passaram por atendimento no Centro de Referência e Atendimento a Mulher (CRAM), nos anos de 2006 a 2012.

Neste ambiente de pesquisa, descobrimos o quanto se fez e faz necessário tecermos e fortalecermos a Rede de Enfrentamento a Violência contra a mulher, para que sejam efetivados os direitos civis, políticos e sociais garantidos na Constituição Federal (1988) e assegurados após a aprovação da Lei Maria da Penha<sup>8</sup> (2006).

Este panorama permitiu-nos refletir sobre as políticas oferecidas para as mulheres e analisarmos a atual conjuntura, bem como os serviços oferecidos para bem atendê-las.

---

<sup>7</sup> “O conceito de enfrentamento, adotado pela Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, diz respeito à implementação de políticas amplas e articuladas, que procurem dar conta da complexidade da violência contra as mulheres em todas as suas dimensões. O enfrentamento requer a ação conjunta dos diversos setores envolvidos com a questão (saúde, segurança pública, justiça, educação, assistência social, entre outros), no sentido de propor ações que: desconstruam as desigualdades e combatam as discriminações de gênero e a violência contra as mulheres; interfiram nos padrões sexistas/machistas ainda presentes na sociedade brasileira; promovam o empoderamento das mulheres, e garantam um atendimento qualificado e humanizado às mulheres em situação de violência. Portanto, a noção de enfrentamento não se restringe à questão do combate, mas compreende também as dimensões da prevenção, da assistência e da garantia de direitos das mulheres”. (cf. Termo de Referência de Enfrentamento da violência contra as Mulheres).

<sup>8</sup> A Lei Maria da Penha incentiva a criação dos serviços especializados de atendimento.



No nível nacional, a criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, no ano de 2003, foi um marco substancial do governo Lula que se comprometeu em implantar políticas públicas que favorecessem e combatessem todas as formas de discriminação contra as mulheres. Como lema adotou-se a ideia de que era necessário “afirmar as diferenças para promover a igualdade” (BRASIL, 2005, p. 6)

Após a I Conferência Nacional de Políticas para Mulheres (que reuniu 120 mil mulheres em julho de 2004), conseguiu-se, em termos nacionais, iniciar um trabalho pioneiro, no sentido de colocar em prática as propostas descritas no Plano Nacional de Políticas para Mulheres (2005).

A Política Nacional para Mulheres quando instituída teve por princípios contribuir para a igualdade entre homens e mulheres, o que implica a aceitação da diversidade cultural, étnica, econômica, dentre outras. Nesta Política é importante destacarmos o princípio de equidade, ou seja, de que todos devem ter as mesmas oportunidades, independente do sexo, do gênero, da cor, da classe ou do credo. Ao formular esta política houve também a preocupação em atender mulheres independentemente do seu credo religioso<sup>9</sup>.

A Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres vem trazer as diretrizes de ação de prevenção e combate à violência contra as mulheres, procurando garantir e dar o respaldo necessário para a autonomia das mulheres brasileiras.

Há que se destacar que neste ano de 2012 foi lançado o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres<sup>10</sup> (2012-2015). Após três Conferências Nacionais de Políticas

---

<sup>9</sup> GOVERNO FEDERAL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. *I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres*. Brasília, 2005.

<sup>10</sup> “Os eixos estratégicos apresentam-se no PNPM 2012 -2015 conformados em capítulos. O Capítulo 1, “Igualdade no mundo do Trabalho e Autonomia Econômica...promover a igualdade no mundo do trabalho e a autonomia econômica das mulheres, enfrentar a desigual divisão sexual do trabalho, com ênfase nas políticas de erradicação da pobreza e na garantia da participação das mulheres no desenvolvimento do país (...) visa consolidar na política educacional as perspectivas de gênero (...) tem por objetivo promover a melhoria das condições de vida e saúde das mulheres em todas as fases do seu ciclo vital, garantindo os direitos sexuais e reprodutivos (...)” (cf. BRASIL, 2012, p.15-16)

para as Mulheres (SPM-PR) se “elaborou o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) lançando agora sua versão que vigorará nos anos de 2012-2015”. (Brasil, 2012, p.14)

No processo de enfrentamento à violência contra a mulher, a Política Nacional de Enfrentamento, articula-se juntamente com a Lei Maria da Penha, o II Plano Nacional de Políticas para Mulheres (2008), bem como os documentos já existentes tais como: a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, a Convenção de Belém do Pará (1995), a Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a mulher (CEDAW, 1991) e a Convenção Internacional e Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas (Convenção de Palermo, 2000)<sup>11</sup>, dentre outros documentos oficiais.

Ao mesmo tempo em que existia a preocupação em ter uma Política Pública que de fato atendesse a realidade das mulheres brasileiras, também houve a preocupação de avaliar e rever o I Plano Nacional de Políticas para Mulheres.

Para esta (re) avaliação foi necessária uma nova reunião, em agosto de 2007 que ficou conhecida como a II Conferência de Políticas para Mulheres, o que consolidou no ano seguinte (2008) a criação do II Plano de Políticas para Mulheres, essencial para a validação dos princípios e pressupostos da Política Nacional para Mulheres<sup>12</sup>.

Portanto, o Pacto está dividido em cinco eixos estruturantes: Eixo I – Garantia de aplicabilidade da Lei Maria da Penha. Eixo 2 – Ampliação e fortalecimento da rede de serviços para mulheres em situação de violência. Eixo 3 – garantia de segurança cidadã e acesso à Justiça. Eixo 4 – Garantia de direitos sexuais, enfrentamento à exploração sexual e

---

<sup>11</sup> Cf. do Termo de Referência Enfrentamento da Violência contra a Mulher.

<sup>12</sup> GOVERNO FEDERAL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. *II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres*. Brasília, 2008, p.21.

ao tráfico de mulheres. Eixo 5 – Garantia da autonomia das mulheres em situação de violência e ampliação de seus direitos... (ver Pacto Nacional, 2007)

Ao citarmos os documentos oficiais existentes para o fortalecimento das bases de atuação e enfrentamento da violência contra as mulheres, não podemos nos esquecer da grande contribuição da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) e da criação do Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência contra a Mulher, que dentre os seus aspectos mais relevantes foi o de atuar em consonância com o governo federal, estadual e municipal.

Diante dessa configuração, São José do Rio Preto aderiu ao Pacto de Enfrentamento a Violência contra a Mulher<sup>13</sup> tornando-se o município “polo” e de referência para mais 96 municípios da micro-região<sup>14</sup>.

---

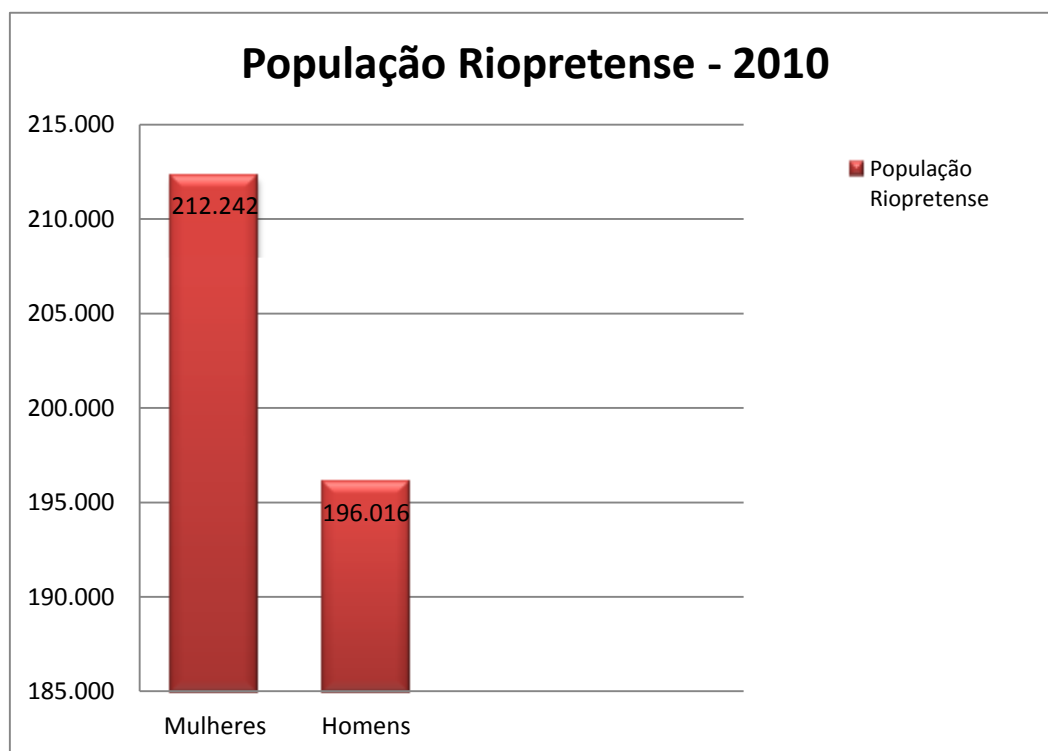
<sup>13</sup> O Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher é uma iniciativa do governo federal com o objetivo de prevenir e enfrentar toda a forma de violência contra as mulheres. Por isso, o Pacto desenvolverá políticas amplas e articuladas, direcionadas para mulheres que se encontram em situação de violência de gênero. (Brasil, 2005)

<sup>14</sup> Ressaltamos a necessidade de ampliar e fortalecer o trabalho de enfrentamento a violência contra a mulher e destacamos ser primordial a ampliação dos atendimentos e do fortalecimento de uma Rede de Enfrentamento a Violência contra a Mulher e quem sabe criar uma Política Municipal para as Mulheres como se fez no município de Londrina/PR. Pois, infelizmente, somente 11 municípios aderiram ao Pacto de Enfrentamento a Violência contra a Mulher.

### **a) Contextualizando São José do Rio Preto/ São Paulo e as políticas públicas oferecidas para as mulheres**

São José do Rio Preto/SP é uma das cidades de referência em se tratando de políticas públicas oferecidas para mulheres.

Fundada por João Bernardino de Seixas Ribeiro, São José do Rio Preto/SP é uma cidade que conta hoje com 408.258<sup>15</sup> habitantes, sendo considerada a terceira melhor cidade em qualidade de vida do Estado de São Paulo. Os dados do Censo 2010 revelam que a maioria da população é constituída em 51,09% por mulheres e 48,01% por homens.

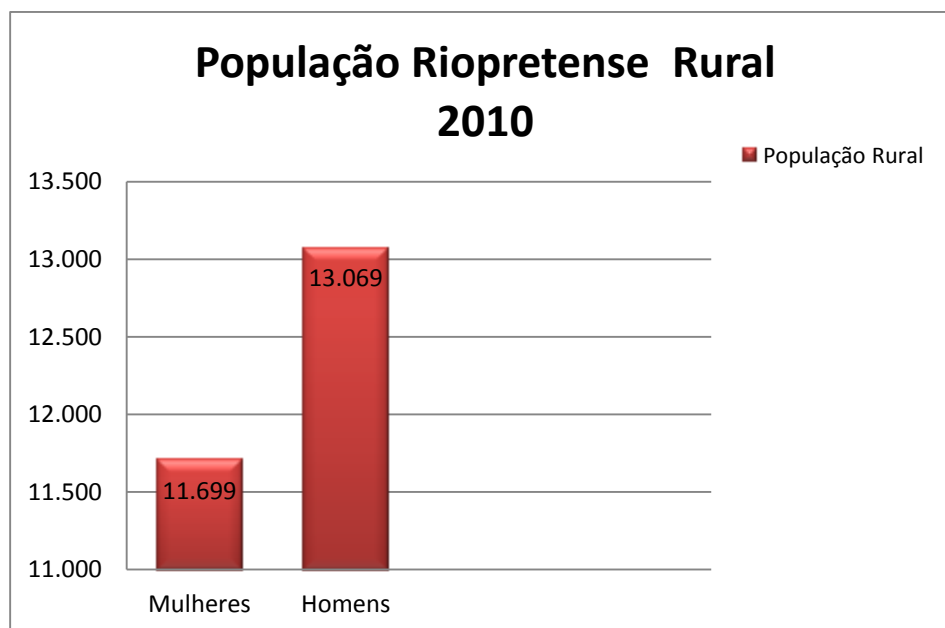


Segundo os dados do Censo IBGE 2010, a população riopretense pertencente a zona urbana soma-se o equivalente a 408.258, considerando que temos 212.242 mulheres

<sup>15</sup> Fonte: IBGE/Conjuntura Econômica 2010.

para 196.016 homens. Ressaltamos que estes valores compreendem também as áreas dos distritos de Talhados e Engenheiro Shimitt.

Em se tratando de zona rural a população total compreende 24.768, sendo 13069 mulheres para 11699 homens.



*Fonte: IBGE/Conjuntura Econômica 2010*

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da população de São José do Rio Preto é de 0,834, levando em consideração a esperança de vida ao nascer (longevidade), educação e a renda indicadores estabelecidos no Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)<sup>16</sup>

Quanto ao acolhimento e atendimento para mulheres em situação de violência, o município de São José do Rio Preto/SP conta com um Centro de Referência e Atendimento a Mulher (CRAM), duas Casas-Abrigos (uma de curta e outra de longa permanência), Delegacia da Mulher<sup>17</sup>, Defensoria Pública, onde existe uma Equipe com

<sup>16</sup> [http://www.riopreto.sp.gov.br/PortalGOV/do/subportais\\_Show?c=146](http://www.riopreto.sp.gov.br/PortalGOV/do/subportais_Show?c=146) Riopreto.sp.gov.br.

<sup>17</sup> “A Delegacia Especial de Atendimento à Mulher (DEAM) é um dispositivo da polícia judiciária (...) Trata-se de uma conquista da luta pela redemocratização do país, oriunda especialmente das pressões dos

três advogados que atendem nas repartições da própria Secretaria de Políticas para Mulher etc.

O município possui Rede Municipal de Saúde composta por 157 estabelecimentos, sendo 124 privados e 33 públicos. Dentre estes, destacamos o *Hospital de Base* que oferece atendimento a toda população riopretense, bem como procura atender pessoas da micro-região. As ações hospitalares são executadas por mais de 4300 funcionários(as) capacitados, dentre eles médicos(as), enfermeiros(as), fisioterapeutas, psicólogos etc.

Cabe ressaltar que os estabelecimentos de saúde de São José do Rio Preto atende e encaminha para as demais redes de atendimento as mulheres que se encontram em situação de violência e que passaram pelos hospitais. A Lei nº 10.778/2003, que estabelece a notificação compulsória é válida em todo território nacional, tendo por objetivo a notificação dos casos de violências em serviços de saúde público ou privado<sup>18</sup>.

As mulheres que sofreram violência também podem contar com uma rede sócio-assistencial composta por profissionais que realizam as triagens e acompanhamentos nos Centros de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS) que são unidades de proteção especial (de média complexidade), visando o atendimento de famílias e pessoas em situação de risco social<sup>19</sup>.

---

movimentos feministas e de mulheres, na década de 70 e 80, no enfrentamento à impunidade aos casos de violência doméstica e familiar e ampliação do acesso à justiça”. (BRASIL, 2012, p.52)

<sup>18</sup> Casos de violência contra a mulher são notificados e encaminhados para a Secretaria da Mulher.

<sup>19</sup> Pessoas que tiveram por algum motivo os seus direitos violados.

## **b) Secretaria Especial de Políticas para Mulheres**

A Coordenadoria dos Direitos da Mulher foi instituída pela Lei Municipal nº 8493, de 22 de novembro de 2001, passando a integrar a estrutura da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, após a sua criação pela Lei Complementar nº 202 de 03 de março de 2005.

Com a criação da Coordenadoria de Políticas Públicas para Mulheres, o município passou a contar com pessoas que pudessem pensar de maneira mais concreta as necessidades e particularidades das mulheres riopretenses, tendo por objetivo desenvolver ações de monitoramento e realizando um diagnóstico das ações integradas para mulheres.

A Secretaria Especial dos Direitos e Políticas para Mulheres tem por finalidade:

formulação, articulação, coordenação e monitoramento, em todo o Município, dos direitos da população feminina, com o intuito de assegurar a integração da mulher na vida política, econômica, social e cultural como cidadã, sob a perspectiva de gênero, classe e raça nas políticas municipais, bem como prestar apoio e assessoria aos órgãos e entidades que executem tais políticas... (Lei nº 202)

Em 2009, a Lei 11443/2009, com a aprovação do Prefeito Valdomiro Lopez da Silva Junior, criou o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDM), “... com o objetivo de promover políticas que visem coibir, reduzir e eliminar a discriminação ou violência contra a mulher (...)” (p.1).

Compete ao Conselho a promoção de políticas públicas, comprometendo-se na eliminação da violência contra a mulher, acompanhando e monitorando os abrigos de mulheres. (cf. p.1)

## **c) Os Serviços Especializados Pertencentes a Secretaria da Mulher**

### **Centro de Referência e Atendimento à Mulher (CRAM)**

O primeiro pilar da Secretaria da Mulher do Município de São José do Rio Preto é o *Centro de Referência e Atendimento à Mulher (CRAM)*. Nele segundo documento norteador da Secretaria de Política para Mulheres se encontra o “espaço estratégico da Política Nacional de Enfrentamento à violência contra as mulheres e visa à ruptura da situação de violência e à construção da cidadania das mulheres, por meio de atendimentos intersetorial e interdisciplinar (psicológico, social e jurídico)” (cf. Anexo do Termo de Referência - Enfrentamento da Violência contra a Mulher).

O CRAM é composto por uma equipe interdisciplinar, com um assistente social, um psicólogo, dois advogados e um pedagogo; contam também com duas estagiárias do Serviço Social que desenvolvem ações voltadas para o atendimento de mulheres em:

situação de violência seja por demanda espontânea ou por encaminhamento de algum serviço ou instituição; oferecendo orientações gerais sobre a Rede de Atendimento a sua disposição, bem como serviços psicológico, social e jurídico, que poderão ser individuais ou em grupo. (Norma Técnica de Uniformização,p.33)

O trabalho desenvolvido consiste no atendimento individual e em grupo, procurando propiciar apoio social, psicológico e jurídico a mulher em situação de violência, preservando sua identidade, procurando fortalecer os vínculos familiares e comunitários.

As ações do Centro de Referência devem pautar-se no questionamento das relações de gênero, base das desigualdades sociais e da violência contra as mulheres e devem voltar-se ao enfrentamento de todas as formas de violência.... (cf. Anexo do Termo de Referência de Enfrentamento a Violência contra as Mulheres, p. 01)



As profissionais procuram agir em conformidade com a *Norma Técnica de Uniformização (2006)*, com o documento referente a Rede de Enfrentamento à Violência contra a mulher, com o Termo de Referência de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, onde procuram realizar um diagnóstico e triagem anterior ao primeiro atendimento. Segue-se o prazo de sete dias úteis para efetuarem a abertura dos prontuários da mulher em situação de violência doméstica.

A equipe faz um atendimento psicossocial, jurídico e pedagógico com atividades individuais e grupais, tendo como proposta a qualidade de vida, a conscientização dos direitos civis, políticos, respaldados sempre em um atendimento ético e humanizado. Nesse sentido as profissionais se comprometem em realizar em uma primeira fase, o acolhimento da mulher em situação de violência, oferecendo informações gerais sobre a Rede de Enfrentamento, esclarecendo dúvidas e verificando o seu interesse em ter uma entrevista individual com a dupla de profissionais de atendimento inicial (BRASIL, 2006, p.33). Posteriormente realizam orientações à mulher em situação de violência – diagnosticando o caso (triagem) para realizar os encaminhamentos necessários.

Em um terceiro momento realizam o diagnóstico, aprofundamento e atendimento. (cf. BRASIL, 2006, p. 33).

Os profissionais deverão pautar-se em:

- a) manter atendimento harmonioso e estabelecer vínculos com a mulher que sofreu violência,
- b) identificar os tipos de violência tipificada como assédio moral, sexual, tráfico de pessoas, estupro, atentado violento ao pudor, etc.
- c) fornecer apoio psicológico, social e jurídico voltado para a integração desta mulher em sua comunidade,
- d) promover a capacidade de empatia para com os membros da equipe e funcionários,

e) contribuir para a formação de consciência dos direitos das mulheres, , baseada na dignidade humana,

f) garantir a segurança da mulher e dos profissionais do Centro de Referência, considerando as situações delicadas pelas quais as mulheres em situação de violência vivenciam, tais como os processos formais, separação, dentre outros.

Todos os atendimentos da equipe interdisciplinar deverão reger-se por o *Código de Ética de cada área específica*, procurando garantir a promoção da liberdade, da dignidade da igualdade e da integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam os direitos sociais e políticos.

Devem, também, atuar com responsabilidade social analisando crítica e historicamente a realidade política, econômica, social e cultural.

Assim, as profissionais procuram atuar de forma dinâmica e interventiva, procurando em um primeiro momento acolher e atender a mulher em situação de violência para posteriormente realizar uma avaliação do caso.

Procuram adotar um regime de escuta, coletando os dados pessoais da mulher em situação de violência, prestando os devidos atendimentos e esclarecimentos condizentes com a situação apresentada e/ou narrada pelo destinatário da intervenção. Por fim, fazem a triagem e encaminhamentos necessários para a rede de atendimento, pois o CRAM, como já abordado anteriormente, possui parceria com outras instituições, o que possibilita desenvolver um trabalho integrado com a Delegacia da Mulher, Conselho Tutelar, Promotoria, Projeto Semear, Projeto Apoio, Casas-Abrigo, Defensoria Pública etc.

O Centro de Referência da Mulher em como meta atender as necessidades da mulher em situação de violência, assegurando e atendendo suas necessidades e direitos fundamentais. Seus (as) profissionais devem:

- a) Conhecer a situação de violência vivenciada por mulheres nas relações familiares, mapeando a situação de cada bairro do

município de São José do Rio Preto/SP, com a finalidade de diagnosticar o contexto onde o episódio de violência se insere.

- b) Entender as principais bases teórico-metodológicas que norteiam a profissão do Assistente Social, psicólogo, advogados e/ou pedagogos, sobretudo os que atuam diretamente no atendimento para com a mulher em situação de violência de gênero. Esta abordagem deverá ser respaldada no Código de Ética destes profissionais.
  - c) Propiciar espaços de reflexão junto às famílias e mulheres em situação de violência doméstica por meio de atendimentos personalizados, descentralizados, ações em rede, que possibilitem atuar contra todos os tipos de violência, para isso o profissional deverá adotar uma postura crítica, considerando que “uma postura de neutralidade perpetua a violência<sup>20</sup>”.
  - d) Elaborar políticas públicas direcionadas ao nosso público alvo, visando a prevenção, combate e enfrentamento da violência de gênero do município de São José do Rio Preto/SP .
  - e) Formular um plano de segurança interno, definindo medidas preventivas, garantindo a segurança do profissional e da mulher atendida.
  - f) Promover a responsabilização do agressor, por meio de encaminhamento – e monitoramento – do caso para o sistema de segurança pública e de justiça e acompanhamento da mulher em situação de violência nos contatos com esses equipamentos.
- (BRASIL, 2006, p.16)

Estas instituições têm como prioridade atender as mulheres em situação de violência, mas também vem realizando projetos, campanhas em faculdades, ações de caráter preventivo, capacitações para toda a rede de profissionais. Em se tratando dos atendimentos, podemos pontuar que em São José do Rio Preto passaram 2551 mulheres no Centro de Referência a Mulher, desde o ano de 2006 e até dezembro de 2012.

Neste município se encontra ativo o serviço de Disque Denúncia que funciona da Delegacia de Polícia do município, tendo por finalidade atender as demandas e casos de anonimato do município e também casos urgentes que necessitam de um pronto-atendimento.

---

<sup>20</sup> cf. Norma Técnica de Uniformização – Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência, Brasília, 2006.

## As Casas-Abrigos<sup>21</sup>

As Casas-Abrigos são equipamentos sociais de enfrentamento a violência contra a mulher, que procuram oferecer segurança as mulheres que passaram ou se encontram em situação de violência. As abrigadas contam com uma equipe técnica especializada que contribui, através de intervenções pontuais, para que possam retomar o curso de suas vidas de uma maneira diferenciada e sem violência.

A primeira Casa-Abrigo pertencente ao município de São José do Rio Preto/SP foi criada através da Lei n.9169 de 30 de dezembro de 2003, chamada como *Rede Solidária de Abrigo para Mulheres Vítimas de Violência – Casa Abrigo* um convênio firmado com a entidade Instituto Espírita Nosso Lar (IELAR).

No Brasil, a primeira Casa – Abrigo é implantada em São Paulo, em 1986 – Centro de Convivência para Mulheres Vítimas de Violência Doméstica (Convida). Em 1990, é criada a Casa-Abrigo de Santo André/SP; em 1991, a Casa Helenira Rezende de Souza Nazareth/SP; em 1992, a Casa Abrigo Viva Maria/RS e a Casa do Caminho/CE; e em 1996, a Casa Abrigo do Distrito Federal e a Casa –Abrigo Sempre-Viva/MG (Silveira, 2006). Em 2003, segundo dados da Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM, 2009), havia um total de 42 casas-abrigo no país. (Texto-Base da Política Nacional de Abrigamento de Mulheres em situação de violência, p. 16)

Casa Abrigo de Curta Permanência conhecida também por “casa de passagem”, casa de abrigo provisório, também chamada de Casa Abrigo de Curta permanência, assim conhecida, pois “constituem serviços de abrigamento temporário de curta duração (até 15 dias), não-sigilosos, para mulheres em situação de violência, acompanhadas ou não de seus filhos, que não correm risco iminente de morte...” (Texto Base da Política Nacional de Abrigamento de Mulheres em situação de violência, p.7 )

**Tabela 1 : Diferenças entre Casa-Abrigo e Casa de Acolhimento**

<b>Características</b>	<b>“Casa-Abrigo”</b>	<b>“Casa de Acolhimento”</b>
Nomenclatura na tipificação sócio-assistencial	Serviço de acolhimento Institucional para mulheres em situação de violência (Resolução CNAS n. 109/2009)	Serviço não incorporado aos serviços sócio-assistenciais
Natureza	Serviço <i>público</i> , de longa duração (de 90 a 180 dias) e, em geral, sigiloso.	Serviço <i>público</i> , de curta duração (até 15 dias) e não-sigiloso.
Público – alvo	Mulheres em situação de violência doméstica e familiar sob risco de morte (acompanhadas ou não de seus filho/as)	Mulheres em situação de violência de gênero (em especial de doméstica e familiar e vítimas do tráfico de pessoas), que não estejam sob risco de morte (acompanhadas ou não de seus filhos/as)
Objetivo do Serviço	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Garantir a integridade física emocional das mulheres;</li> <li>- Auxiliar no processo de reorganização da vida das mulheres e no resgate de sua auto-estima.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Garantir a integridade física e emocional das mulheres</li> <li>- Realizar diagnóstico da situação da mulher para encaminhamentos necessários.</li> </ul>

*Fonte:* Texto – Base da Política Nacional de Abrigamento de Mulheres em situação de Violência.

A Casa Abrigo é um local de proteção para mulheres que vem sendo desenvolvido no município desde fevereiro de 2004, oferece moradia, alimentação, roupas de cama, mesa e banho, medicamentos e passagens, vestuários emergenciais dentre outros. As mulheres que por ali passarem realiza atividades manuais, oficinas de bijuterias, artesanatos, manicure, atividades lúdicas etc.

Esta Casa conta com uma infra-estrutura básica, acomodações necessárias contendo: sala, quartos, cozinha, banheiros com adaptação à pessoa com deficiência, também salas de atendimento individual e em grupo.

Também há Casa de Longa Permanência ou Casa Abrigo Solidária Regional de São José do Rio Preto se insere em uma parceria do município com a Cáritas Diocesana<sup>22</sup>. Fazendo parte dos programas de políticas públicas de prevenção, assistência e combate à violência doméstica e de gênero. Trata-se de um local sigiloso, que oferece abrigo protegido e atendimento integral as mulheres em situação de violência sob risco de morte iminente. As usuárias que necessitarem do serviço poderão permanecer abrigadas por um período determinado de tempo (mínimo de três meses e máxima de 180 dias) para que possam retomar as atividades e o curso de suas vidas<sup>23</sup>.

Tem por público-alvo mulheres e filhos (as) com até 17 anos e 11 meses e também podem chegar a atender mulheres moradoras de loteamentos irregulares<sup>24</sup>. Como meta procuram atender até 30 (trinta) mulheres por mês, atendendo também até 25 (vinte e cinco) pessoas, entre (mulheres, crianças e adolescentes) nas oficinas oferecidas no Projeto Semear.

---

<sup>22</sup> “A Cáritas é uma confederação de organização católicas de assistência, desenvolvimento e serviço social que atuam em mais de 200 países e territórios. Para manter-se atuando como rede, organiza-se de maneira descentralizada, por grandes regiões nos diversos continentes”. (Projeto da Casa Abrigo Regional/Junho de 2012 – consultada nos arquivos da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres).

<sup>23</sup> Cf. Projeto da Casa Abrigo Regional/Junho de 2012.

<sup>24</sup> Este serviço torna-se significativo na medida em que, pensemos que a política de abrigamento não consiste somente nas Casas-Abrigos, mas também no acolhimento de mulheres procurando assegurar o bem-estar físico, psicológico, social das mulheres em situação de violência. (Texto –Base da Política Nacional de Abrigamento de Mulheres em situação de violência, p. 4)

## 7. Apresentação da Pesquisa

A coleta de dados foi realizada no período de Janeiro à Dezembro de 2012, na própria Secretaria Especial de Política para Mulheres, universo da pesquisa. Foram consultados 2508 prontuários existentes. Ao fazer a consulta aos prontuários nos demos conta de que havia necessidade de organizá-los para facilitar a manipulação e o levantamento dos dados. Ao informar à secretária as dificuldades de fazer a coleta dos dados, ela solicitou ajuda para organizar o material da secretaria. Portanto, além de ter a possibilidade de realizar a pesquisa pudemos dar uma contribuição ao trabalho da Secretaria, tivemos a oportunidade de montar um Banco de Dados para a Secretaria Especial de Política para Mulheres que segue sendo alimentado até os dias atuais.

Conforme Minayo (2006), o pesquisador, como um ser social, participa de todo o processo da pesquisa. Como ser social procurei contribuir para criar um banco de dados com indicadores que possibilitasse a interação entre o material recolhido, favorecendo assim, a discussão e interpretação dos dados.

Os dados foram organizados de modo a permitir que a análise dos indicadores evidenciasse o perfil da mulher *riopretense* atendida no Centro de Referência e Atendimento à Mulher (CRAM) de São José do Rio Preto/SP, revelando sua realidade e as de inúmeras mulheres que vivenciaram a violência no seu cotidiano.

Observamos também através dos dados referentes à *tipificação da violência*<sup>25</sup> que ainda existe uma cultura machista, onde as mulheres não denunciam o seu companheiro e/ou marido por medo, vergonha, por falta de apoio familiar, sujeitando-se a viverem durante anos com uma pessoa sob condições de ameaças, torturas, intimidações, coerção, dependências financeiras, afetivas, por possuírem filhos (as) etc.

---

<sup>25</sup> Ver tabelas anexas referentes a tipificação da violência.

É do conhecimento de todos que a violência vivenciada traz um sério agravamento a saúde da mulher, bem como a de todos pertencentes ao lar e familiares. Fato também que a mulher em situação de violência tende a procurar cada vez mais a Rede de Saúde.

Nesta pesquisa, optamos pela utilização de alguns indicadores de análise, tais como: faixa etária, grau de instrução, tipo da ocorrência, vínculo com a mulher que sofreu violência, quantidade de filhos para que possamos apreender o perfil das mulheres que sofrem violência e compreender os desafios que enfrentam para saírem dessa situação de violência. O/a pesquisador/a inicia o processo de apreensão da realidade no momento de análise dos dados da investigação.

Quando nos propusemos a realizar um diagnóstico da violência contra as mulheres para, futuramente, elaborarmos propostas de estratégias e políticas de intervenção, combate, enfrentamento e erradicação de todas as formas de violência contra a mulher, escolhemos por base os dados estatísticos do Centro de Referência e Atendimento à mulher (CRAM) da Secretaria Especial de Política para Mulheres de São José do Rio Preto/SP.

Foram analisados em um primeiro momento 2508 casos de atendimentos de mulheres em situação de violência de gênero compreendidos e distribuídos da seguinte forma:

**Tabela 2: número de mulheres atendidas no Centro de Referência e Atendimento a Mulher**

<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>
245	332	286	186	285	317	857

*Fonte: Banco de Dados, Mileny Reche de Oliveira Fumero*



Se compararmos os dados da população total de São José do Rio Preto apontados pelo Censo de 2010<sup>26</sup> verificamos que o número de mulheres atendidas no Centro de Referência e Atendimento a Mulher (CRAM) , neste mesmo ano – 285 - equivale a 0,74% da população total.

Em termos numéricos poderia não ter significado maior, no entanto tratando-se de dados que apontam índice de violência contra mulheres este dado torna-se significativo.

No decorrer da pesquisa pudemos constatar que esse número de atendimentos, no entanto, “não condiz” com os dados apresentados pela Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher (DDM) que, no ano de 2010, chegaram a 2458 casos (referência ao documento que a DDM te mandou).

Infelizmente só contamos com dados até julho de 2012 (cerca de 3406 boletins de ocorrências), mas se considerarmos os dados fornecidos pela Delegacia no ano de 2011 podemos verificar que foram registrados 5887 casos de violência. Comparando com os atendimentos do Centro de Atendimento e Referência da Mulher (CRAM) do ano de 2011 tivemos 317 casos que, de fato, receberam atendimento especializado.

O desencontro entre os números de atendimentos do CRAM e os casos que chegaram a DDM pode ser explicado por diversos fatores, entre eles o não encaminhamento da DDM para o Centro de Atendimento por entender que o fato não requeria um acompanhamento. O que pode se constituir em um erro de avaliação, pois, em geral, a violência, muitas vezes é um fato recorrente na vida de algumas mulheres.

O recolhimento do material da pesquisa foi um processo difícil, pois tivemos que realizar uma contagem manual de todos os casos de mulheres que passaram pela Secretaria Especial de Política para Mulheres. A organização dos prontuários foi feita, por ordem

---

<sup>26</sup> Disponível em: [http://www.riopreto.sp.gov.br/PortalGOV/do/subportais\\_Show?c=146](http://www.riopreto.sp.gov.br/PortalGOV/do/subportais_Show?c=146) Riopreto.sp.gov.br. Acesso em 02 de fevereiro de 2013.

alfabética e também pelo ano da ocorrência<sup>27</sup>. Verificamos um total de 2508 casos/atendimentos.

Gostaríamos de pontuar um fato relevante e um dado a ser considerado na pesquisa - a ausência de algumas informações que dificultaram obter dados sobre o perfil dos autores da violência praticada. Apontamos também que as fichas com os dados pessoais presentes nos prontuários não estavam devidamente preenchidas, portanto criamos em nosso Banco de Dados, o “nada consta” tendo por significado a ausência de informações necessárias para realizarmos a pesquisa.

De acordo com os dados obtidos podemos inferir que a faixa etária da maioria das mulheres atendidas está entre 31 a 36 anos. O que nos chama a atenção nesse dado é que essa faixa etária se enquadra no período de maior produtividade e maturidade intelectual da mulher. Bem como, em seu período fértil e reprodutivo.

Mas também não podemos descartar a hipótese de que mulheres de outras faixas etárias não sofram violência, o que pode acontecer é terem receio de formalizar a denúncia.

Outra hipótese é de que apesar de passarem pela Delegacia Especializada da Mulher (DDM) e/ou Postos/Hospitais de Saúde, bem como serem atendidas pelas redes sócio-assistenciais, estas mulheres não estão sendo bem orientadas e informadas a procurarem atendimento especializado. A dúvida é se de fato estas mulheres não desejam contar com a Rede de Enfrentamento à Violência. Mas qual é o perfil da mulher a ser atendida em São José do Rio Preto?

A partir dos dados coletados na pesquisa decidimos apresentar o perfil das mulheres atendidas no CRAM tomando alguns indicadores que nos ajudam a conhecer quem são essas mulheres.

---

<sup>27</sup> O trabalho referido teve a duração de um ano (2011-2012), onde contamos com o auxílio das estagiárias do Centro de Referência e Atendimento a Mulher – Edna, Mariana, Priscila e Silmara.

### Faixa Etária das Mulheres Atendidas no CRAM

Um dos primeiros indicadores a ser tomado é a idade das mulheres, pois gostaríamos de saber se a violência atinge predominantemente um grupo etário de mulheres ou se ela é fenômeno que atinge igualmente todas as faixas etárias.

Os dados coletados em nossa pesquisa nos permitiu construir a tabela a seguir:

**Tabela 3 - FAIXA ETÁRIA DAS MULHERES ATENDIDAS NO CRAM ANOS 2006 A 2012<sup>28</sup>**

Idade														
	2006		2007		2008		2009		2010		2011		2012	
	N °	%	N °	%	N °	%	N °	%	N °	%	N °	%	N °	%
15 a 20	9	4%	19	6%	10	3%	17	9%	8	3%	25	8%	91	11%
21 a 25	22	9%	36	11%	24	8%	26	14%	13	5%	36	11%	114	13%
26 a 30	38	16%	45	14%	44	15%	20	11%	15	5%	43	14%	129	15%
31 a 36	46	19%	50	15%	54	19%	35	19%	23	8%	48	15%	155	18%
37 a 42	33	13%	51	15%	49	17%	20	11%	18	6%	26	8%	90	11%
43 a 48	30	12%	36	11%	41	14%	13	7%	11	4%	22	7%	94	11%
49 a 54	20	8%	21	6%	29	10%	13	7%	12	4%	20	6%	73	9%
55 a 60	13	5%	12	4%	11	4%	7	4%	5	2%	16	5%	32	4%
61 a 66	8	3%	4	1%	9	3%	0	0%	3	1%	3	1%	21	2%
67 a 72	3	1%	2	1%	1	0%	1	1%	1	0%	1	0%	5	1%
73 a 78	1	0%	2	1%	1	0%	0	0%	0	0%	2	1%	4	0%
79 a 84	2	1%	1	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	1	0%
85 e mais anos	1	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	1	0%	2	0%
Nada Consta	19	8%	53	16%	13	5%	34	18%	176	62%	74	23%	46	5%
Total	245	100%	332	100%	286	100%	186	100%	285	100%	317	100%	857	100%

Pelos dados da tabela podemos inferir que no ano de 2006 a maioria das mulheres atendidas<sup>29</sup> tem entre 31 a 36 anos, somando 19% dos casos atendidos. No ano seguinte as faixas etárias predominantes são de 37 a 42 anos e de 43 a 48 anos, ambas com 15% . De 2008 a 2012 a faixa etária predominante é de 31 a 36 anos, ficando assim distribuída: 2008 – 19%, 2009 – 19%, 2010 – 8%, 2011 – 15%, 2012 – 18% .

<sup>28</sup> Todas as tabelas foram construídas pela Mestranda *Mileny Reche de Oliveira Fumero*, portanto pode ser reproduzido este material desde que citado a fonte.

<sup>29</sup> Cabe ressaltar que estamos desconsiderando o dado “nada consta” da tabela.

Se considerarmos as duas faixas etárias 31-36 e 37 a 42 anos, podemos afirmar que o índice de mulheres que vivem em situação de violência são da faixa etária que vai de 31 a 42 anos, ou seja mulheres que estão adentrando a fase da maturidade.

### **Indicador Grau de Instrução das Mulheres atendidas**

Com relação aos dados obtidos, podemos notar e destacar as características essenciais das mulheres atendidas. Afirmamos que as mulheres que procuram o atendimento psicológico, jurídico, assistencial do Centro de Atendimento à Mulher algumas são de baixa escolaridade. Conforme podemos conferir nos anexos.

Levantamos uma questão dos motivos pelos quais estas mulheres não deram prosseguimento aos estudos. A dúvida é: se estas mulheres possuem baixa escolaridade certamente não exercerão atividades laborativas de destaque, afinal com baixa qualificação não é possível obter uma profissão de destaque. Outro indicador levantado em nossa pesquisa é a profissão/ocupação destas mulheres e constatamos que a grande maioria exerce atividades relacionadas às tarefas domésticas – historicamente destinadas às mulheres, pois são “do lar”, empregadas domésticas, faxineiras, diaristas e/ou aposentadas. Outra possível explicação para o baixo grau de escolaridade é o fato de que muitas mulheres iniciam o relacionamento afetivo ainda na adolescência, período das primeiras descobertas afetivas, dos namoros, muitas vezes faz com que elas interrompam o ensino fundamental. Vejamos a tabela a seguir:

**Tabela 4 – GRAU DE INSTRUÇÃO DAS MULHERES ATENDIDAS NO CRAM ANOS 2006 – 2012**

Grau de Instrução														
	2006		2007		2008		2009		2010		2011		2012	
	N °	%	N °	%	N °	%	N °	%	N °	%	N °	%	N °	%
Sem Alfabetização /Não Alfabetizada	2	1%	5	2%	5	2%	1	1%	1	0%	1	0%	15	2%
Semi analfabeta	3	1%	1	0%	1	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Ensino Fundamental Incompleto	62	25%	97	29%	97	34%	32	17%	27	9%	20	6%	216	25%
Ensino Fundamental Completo	18	7%	23	7%	23	8%	13	7%	17	6%	15	5%	205	24%
Ensino Médio Incompleto	40	16%	59	18%	59	21%	20	11%	23	8%	11	3%	96	11%
Ensino Médio Completo	36	15%	63	19%	63	22%	24	13%	33	12%	11	3%	56	7%
Magistério	1	0%	3	1%	3	1%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Técnico	1	0%	3	1%	3	1%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Superior Incompleto	2	1%	7	2%	7	2%	6	3%	4	1%	1	0%	28	3%
Superior Completo	12	5%	10	3%	10	3%	1	1%	2	1%	0	0%	40	5%
Mestrado	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Doutorado	1	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Nada Consta/Vazio	67	27%	61	18%	15	5%	89	48%	178	62%	258	81%	201	23%
Total	245	100%	332	100%	286	100%	186	100%	285	100%	317	100%	857	100%

Analisando os dados da tabela n.2 e tomando os dados do grau de instrução Ensino Fundamental Incompleto e Completo verificamos que, no geral, o grau de instrução das mulheres atendidas no CRAM no período de 2006 a 2012 se encontra entre os 25 a 34%, com exceção feita aos anos 2009 e 2010 que chegaram a 17 e 9%, contudo há que apontar que nestes dois anos o número de “nada consta” atinge mais de 45% do total de atendimento no ano.

Observando a tabela podemos verificar que a maioria das mulheres atendidas possuem um grau de instrução que fica entre o Ensino Fundamental completo e o Ensino Médio Completo, em 2007, 2008 e 2012, esse índice alcança mais de 40% do total de mulheres atendidas.

Esses dados poderiam levar a um entendimento equivocado de que a violência atingiria mulheres com baixo nível de escolaridade, no entanto sabemos que a violência contra a mulher não é uma questão de grau de instrução e sim a forma como a sociedade constrói as relações entre homens e mulheres, que são relações desiguais de poder. A

presença no quadro de atendimento de mulheres que possuem nível superior e até doutorado comprovariam essa afirmação.

Podemos concluir que a maioria das mulheres atendidas não chegou a concluir o Ensino Fundamental. Esse dado, no entanto, deve ser analisado tomando-se em conta as informações obtidas pela Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), realizada em 2010 e divulgada em 2011 que mostra, segundo o IBGE, embora o nível de escolaridade entre as mulheres tenha aumentado, é preciso olhar o índice de mulheres com baixa escolaridade, pois em 2000, 63,4% tinham um nível baixo de escolaridade, dez anos depois, em 2010, esse índice caiu para 47,8% entre as mulheres com mais de 25 anos.

Outro índice que nos ajuda a compreender a importância de conhecermos o grau de escolaridade das mulheres atendidas pelo Centro é a possibilidade de que as mulheres com maior grau de instrução terem mais chances de ingressar no mercado de trabalho.

Entre as mulheres mais pobres o índice de escolaridade é menor, contudo se tomarmos em conta o índice de analfabetismo, o número delas é menor do que o número de homens – 9,8% contra 10,2%. No chamado índice de analfabetismo funcional – pessoa que só sabe ler e escrever – as mulheres estão em melhor situação que os homens – 21,1% contra 22,2%.

### **Indicador Renda das Mulheres atendidas**

Fator significativo que deve ser apreciado na pesquisa é a renda média das mulheres atendidas. A maioria conta com baixos proventos, ficando em torno dos 301 a 600 reais mensais, ou seja, renda inferior ao salário mínimo brasileiro que é de R\$ 678,00<sup>30</sup>. Trata-se de mulheres de baixa renda. Podemos considerar que as mulheres atendidas são

---

<sup>30</sup> Equivalente a 260 euros (Cambio efetuado no dia 20 de fevereiro de 2013).

pobres, de baixa escolaridade e responsáveis pelas atividades domésticas, do cuidado das crianças, do esposo, enfim de todos os membros da família.

Observemos a tabela a seguir apontando o baixo índice de proventos:

**Tabela 5 – Renda das Mulheres (2006 a 2012)**

Renda														
	2006		2007		2008		2009		2010		2011		2012	
	N °	%	N °	%	N °	%	N °	%	N °	%	N °	%	N °	%
Sem Renda	31	13%	25	8%	21	7%	14	8%	207	73%	0	0%	27	3%
R\$ 1 a 300	29	12%	32	10%	40	14%	14	8%	9	3%	9	3%	8	1%
R\$ 301 a 600	91	37%	80	24%	83	29%	46	25%	35	12%	21	7%	69	8%
R\$ 601 a 900	10	4%	23	7%	23	8%	14	8%	18	6%	14	4%	18	2%
R\$ 901 a 1200	3	1%	8	2%	12	4%	7	4%	9	3%	5	2%	3	0%
R\$ 1201 a 1500	5	2%	4	1%	2	1%	1	1%	5	2%	2	1%	7	1%
R\$ 1501 a 1800	0	0%	4	1%	2	1%	1	1%	0	0%	1	0%	2	0%
R\$ 1801 a 2100	0	0%	2	1%	1	0%	3	2%	1	0%	2	1%	3	0%
R\$ 2101 a 3300	0	0%	3	1%	0	0%	1	1%	1	0%	1	0%	1	0%
R\$ 3301 a 3600	1	0%	0	0%	1	0%	1	1%	0	0%	0	0%	0	0%
R\$ 3601 a 3900	0	0%	0	0%	0	0%	1	1%	0	0%	0	0%	0	0%
R\$ 3901 a 4201 ou mais	2	1%	2	1%	1	0%	0	0%	0	0%	0	0%	2	0%
Nada Consta	73	30%	149	45%	100	35%	83	45%	0	0%	262	83%	717	84%
Total	245	100%	332	100%	286	100%	186	100%	285	100%	317	100%	857	100%

A renda predominante (301 a 600 reais) está assim distribuída: 2006 – 91 casos – totalizando (36,99%), em 2007 são 80 casos (24,09%), 2008 – 83 casos (29,02%), 2009 – 46 casos - (24,21%), 2010 – 35 casos - (12,9%), 2011 – 21 casos (6,62%), 2012 – 69 atendidas (8,03%).

Assim, como Hespanha (2001,p.31) destacamos que: “ Ao factor de risco que constitui o salário baixo e incerto, soma-se a ausência de direitos sociais garantidos por um vínculo laboral legal. O trabalho informal é bastante comum”.

O fator renda demonstra um agravante em relação ao índice de violência, pois se estas mulheres são economicamente dependentes de seus companheiros ou maridos dificilmente farão a denúncia e separarão do autor da violência. Outra questão a apontar é

que a dependência econômica interliga-se a submissão feminina e ao controle que o autor da violência exerce sobre a mulher atendida e sobre toda a sua família, incluindo aqui os filhos.

Outra questão é a ausência de formalidade nos laços matrimoniais. As relações não são formalizadas por possuírem um custo e certamente as mulheres atendidas não possuem este recurso financeiro para regularizarem a união civil. Há ainda a possibilidade de que para essas mulheres e suas famílias, a formalização não é questão essencial para o estabelecimento dos vínculos familiares. Essas respostas só poderiam ser confirmadas em uma pesquisa de campo, na qual se pudesse entrevistar essas mulheres.

Observando a tabela 03, verificamos que no período de 2006 a 2012, mulheres que vivem com até 1 salário mínimo, somam, respectivamente, 62%, 42%, 50%, 41%, 88%, 10%, 12% incluindo nessa porcentagem as “sem renda”. Se compararmos esses dados com os dados de rendimento da população brasileira, informado pelo IBGE nos Indicadores Socio-Demográfico Municipais, excetuando-se os anos 2006 e 2009, essas mulheres estariam dentro da média nacional. Em 2010, a porcentagem sobe para 88%, porque foram incluídas as “sem renda” que neste ano perfazem 73% das mulheres.

Em 2011 e 2012 o número de “nada consta” é bastante significativo, daí os percentuais tenham caído respectivamente para 10% e 12%.

Portanto esses índices não nos permitem dimensionar com clareza a situação econômicas dessas mulheres, a clareza dos dados poderia contribuir no processo de apreensão dessa realidade.

Diante disso decidimos olhar os dados encontrados para as mulheres que ganham até 1 salário mínimo a partir do conjunto de mulheres que declararam ter algum rendimento excluindo as “sem renda” e “nada consta”, só assim poderíamos analisar



melhor essa realidade. Portanto vamos tomar somente as que estão nessa faixa de rendimentos por ser esta a faixa com maior número de mulheres.

Tomando então as mulheres que recebem entre R\$1 e R\$300 reais e, R\$301 a R\$600 reais, tendo em vista que o salário mínimo vigente no país no ano de 2012 era de R\$ 678,00, portanto até 1 salário mínimo, temos a seguinte situação.

**Tabela 6 – Número de Mulheres que recebem até 1 salário mínimo**

Ano	Número de mulheres que recebem até 1 salário mínimo	%
2006	141	85,11
2007	158	70,89
2008	165	74,54
2009	89	67,42
2010	44	56,41
2011	30	54,54
2012	77	68,14

Por estes dados podemos verificar que entre 2006 e 2008 mais de 70% das mulheres atendidas que declararam ter algum rendimento recebiam até 1 salário mínimo. Em 2009 e 2012, eram mais 60% e em 2010 e 2011, mais de 50%. Como essas mulheres compõem o conjunto da população brasileira, esses números para o ano de 2010 e 2011, confirmam o dado nacional, segundo o Censo de 2010 que aponta que em torno de 50% da população vive com até 1 salário mínimo. Podemos verificar também que em 2011 e 2012, do número total das mulheres atendidas, mais de 80% não consta o rendimento, prejudicando assim a compreensão da realidade dessas mulheres, pois não se pode inferir a situação econômica delas, pois não há informações complementares nos prontuários em termos da ocupação, o dado poderia revelar tanto mulheres “do lar”, quanto mulheres “desempregadas”, portanto não há como inferir outras conclusões.

Há que apontar também que aparece nos dados apresentados na tabela 3, aparecem mulheres que declararam rendimentos entre 4 e 5 salários mínimos, confirmando que a

violência contra a mulher perpassa todas as classes sociais. Portanto a violência contra a mulher, não é nem uma questão da condição financeira e nem depende do grau de instrução. A compreensão desse fenômeno deve ser entendida a partir Pierre Bourdieu, conforme já descrito anteriormente.

## Indicador Tipo de Ocorrência

**Tabela 7 – Tipo de Ocorrência/Classificação da Violência**

Tipificação de Violência														
	2006		2007		2008		2009		2010		2011		2012	
	N °	%	N °	%	N °	%	N °	%	N °	%	N °	%	N °	%
Violência Psicológica	40	16%	111	33%	99	35%	2	1%	22	8%	12	4%	36	4%
Violência Sexual	1	0%	4	1%	1	0%	6	3%	3	1%	2	1%	8	1%
Violência Física	40	16%	40	12%	19	7%	12	6%	55	19%	98	31%	241	28%
Violência Física e Violência Psicológica	49	20%	89	27%	59	21%	75	40%	124	44%	80	25%	127	15%
Violência Física, Psicológica e	1	0%	2	1%	5	2%	19	10%	11	4%	5	2%	7	1%
Violência Moral e Violência Psicológica	0	0%	1	0%	1	0%	0	0%	8	3%	0	0%	19	2%
Não se Enquadra	1	0%	5	2%	1	0%	1	1%	0	0%	2	1%	11	1%
Orientação	84	34%	70	21%	62	22%	11	6%	0	0%	0	0%	0	0%
Violência Psicológica e Violência	1	0%	10	3%	0	0%	1	1%	0	0%	0	0%	0	0%
Violência Econômica	10	4%	0	0%	4	1%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Violência Patrimonial	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Violência Moral	0	0%	0	0%	1	0%	0	0%	0	0%	0	0%	2	0%
Demais*	18	7%	0	0%	34	12%	59	32%	62	22%	118	37%	406	47%
Total	245	100%	332	100%	286	100%	186	100%	285	100%	317	100%	857	100%

Fonte: <sup>31</sup> Ibid, Mileny Fumero.

Em nossa pesquisa podemos considerar que a maioria das mulheres que chega para ser atendida no Centro de Referência a Mulher, declara sofrer violência física e psicológica.

Mas a dúvida é: Será que a violência física não age concomitantemente a violência psicológica? Será possível esta separação? As mulheres atendidas saberão

<sup>31</sup> É importante destacarmos que nesta tabela consideramos os tipos de violência mais relevantes do Banco de Dados.

distinguir e tipificar a violência? Como será a avaliação dos profissionais na triagem e classificação desta violência? Será que para elas as humilhações, as vozes exaltadas, os xingamentos, as ofensas, a raiva que geralmente precede a violência física não deve ser considerada violência psicológica?

Vários são os tipos de violências sofridas em seu cotidiano. Conforme demonstra Lange (2004, p.117) “a violência psicológica é a mais difícil de ser provada, uma vez que suas marcas não são visíveis, por isso mesmo convencionou-se chamar de *cicatrices da alma*”.

Em se tratando de violência psicológica é uma violência silenciosa e é a que mais deixa marcas e danos na mulher. É bom sublinhar, que mulheres que passam por situação de violência em vossos cotidianos, sofrem as consequências físicas e psicológicas, deixando sérios agravantes emocionais e físicos.

#### **Indicador Vínculo com a Vítima**

**Tabela 8 – Vínculo com a Vítima (2006-2012)**

Vínculo com a Vítima														
	2006		2007		2008		2009		2010		2011		2012	
	N °	%	N °	%	N °	%	N °	%	N °	%	N °	%	N °	%
Marido	75	31%	26	8%	78	27%	75	40%	101	35%	101	32%	123	14%
Ex Marido	19	8%	33	10%	23	8%	7	4%	11	4%	36	11%	52	6%
Companheiro	70	29%	105	32%	84	29%	27	15%	45	16%	45	14%	148	17%
Ex companheiro	10	4%	21	6%	30	10%	4	2%	36	13%	2	1%	28	3%
Namorado	0	0%	4	1%	4	1%	1	1%	1	0%	12	4%	21	2%
Ex Namorado	1	0%	4	1%	0	0%	1	1%	6	2%	6	2%	23	3%
Outros	70	29%	139	42%	67	23%	71	38%	85	30%	115	36%	462	54%
Total	245	100%	332	100%	286	100%	186	100%	285	100%	317	100%	857	100%

É necessário destacarmos que a violência contra as mulheres, na maioria das vezes, é praticada por alguém muito próximo. A pesquisa apontou que na maioria dos casos, o companheiro, esposo, ex-companheiros, ex – maridos, namorados, foi o autor da violência. Observamos nos dados que em 2006: 31% das mulheres atendidas sofreram violência por parte de seu marido. Em 2007 foram a maioria do seu companheiro com

32%, no ano seguinte (2008) a violência foi praticada também pelo seu companheiro com 29%.

Já em 2010, 2011 o autor da violência foi o marido (35%), em 2011(32%). E por fim em 2012 (17%) sofreu violência do companheiro.

Se desconsiderarmos o dado “nada consta” podemos inferir que na maioria dos casos a violência foi praticada pelo marido e/ou companheiro.

### Indicador - Número de Filhos

**Tabela 9 – Número de Filhos(as) – (2006-2012)**

Número de Filhos														
	2006		2007		2008		2009		2010		2011		2012	
	N °	%	N °	%	N °	%	N °	%	N °	%	N °	%	N °	%
0 a 1	72	29%	70	21%	80	28%	49	26%	91	32%	34	11%	116	14%
2 a 3	127	52%	171	52%	87	30%	71	38%	78	27%	62	20%	169	20%
4 a 5	18	7%	20	6%	8	3%	16	9%	12	4%	10	3%	16	2%
6 ou mais	3	1%	3	1%	3	1%	1	1%	2	1%	2	1%	6	1%
Nada Consta	25	10%	68	20%	108	38%	49	26%	102	36%	209	66%	550	64%
Total	245	100%	332	100%	286	100%	186	100%	285	100%	317	100%	857	100%

Na pesquisa os dados revelaram que a família geralmente é composta por 2 a 3 filhos. Esses dados nos permitem fazer duas leituras. A primeira é que devido a existência dos filhos (as) e dependendo do número deles (as) fica mais difícil para a mulher se decidir a denunciar as agressões, pois o medo e a insegurança de não conseguir sair do relacionamento, por não ser independente economicamente e de não conseguir prover os gastos básicos para os filhos(as).

A questão que se coloca é que os filhos vivendo nessa realidade, vivendo nessa situação de violência, poderão reproduzir a violência praticada em seus próprios lares, pois o lar que teria o papel de refúgio, espaço privativo onde a violência não deveria acontecer, acaba se tornando o espaço de origem da violência contra a mulher. Momento angustiante para estas crianças que vivenciam a violência em seu cotidiano.

Em suma, os dados nos levam a algumas indagações: Será que nesta condição existe uma transmissão intergeracional da violência? Qual será a intensidade desta violência? Estas são questões que levantaremos em outro momento, e quem sabe, em outra investigação.

## Considerações Finais

Não se pretende nessas considerações finais esboçar novamente os pontos da exposição do trabalho, mas destacar algumas posições tidas como de importância à construção do estudo.

Primeiro ponto que gostaríamos de destacar é que os problemas de gênero no Brasil ainda estão presentes e se manifestam, de modo mais incisivo, na violência contra as mulheres. Não podemos deixar de reconhecer que a situação das mulheres melhorou significativamente nas últimas décadas. De esquecidas, desvalorizadas e violentadas passaram a serem vistas como pessoas portadoras de direitos e “dignas” de ter acesso aos diversos espaços sociais, igualmente como os homens, pelo menos no âmbito da lei.

As mudanças nas sociedades ocidentais trouxeram mudanças e a possibilidade de acesso das mulheres à formação acadêmica, política, social e pessoal, todavia ainda permanece o traço forte da cultura machista e patriarcal que prejudicam as conquistas das mulheres, insistindo em desvalorizá-las, explorá-las e violentá-las.

A luta dos movimentos sociais, entre eles, os movimentos feministas, responsáveis pelas conquistas dos direitos humanos das mulheres, ganhou visibilidade a partir dos Tratados Internacionais, das Convenções e, no Brasil a própria Constituição Federal e outras leis específicas o que ampliaram a busca da cidadania plena com direitos iguais e também a dignidade de uma vida sem violência.

Para pensar de que forma foram construídas as assimetrias e a violência contra a mulher, foi-nos útil a formulação de Gayle Rubín (1975, 1984), Joan Scott (1997), Heileith Saffioti (1987, 2004), segundo as quais o gênero não é oriundo da diferença sexual e, sim, produzido historicamente a partir das relações que ganham significado pela diferença sexual.

Ficou estabelecido que a categoria “gênero” neste trabalho reflete a diferença entre masculino e feminino, renunciando o determinismo biológico presente no uso de termos como “sexo” ou “diferença sexual”. O “gênero” reporta, antes de tudo, a uma categoria de análise que surge com a finalidade de discorrer sobre as identidades subjetivas de homens e mulheres (Scott, 1987), mas também como uma categoria de construção das relações desiguais de homens e mulheres, mulheres e mulheres, homens e homens, o que acaba por destacar a dinâmica das relações sociais a partir dos contextos históricos e afirmar que as características biológicas não são definidoras das identidades sexuais por si mesmas. O gênero ganha significados ideológicos, servindo como instrumento de produção de desigualdades.

No caso específico deste trabalho, esperamos ter deixado claro que os conceitos “gênero” e “patriarcado” nos ajudam a circunscrever os momentos históricos onde a diferença entre homens e mulheres assumiram formas de dominação (ou de dominação-exploração, ou de ideologia ou de opressão) o que acaba por atingir nosso tema de estudo: a violência contra a mulher.

Dessa forma, a violência e sua relação com o gênero se constrói a partir das relações sociais. (Saffioti, 1979). Cada ato violento é sustentado pela estrutura social e pela força de suas instituições hierarquizadas, como também pela cultura, que molda os costumes, tradições, as crenças e os valores que estão influenciando o comportamento individual (Bourdieu, 1989).

A violência de gênero é complexa, no sentido de que há um emaranhado de elementos que vão além da agressão e violência, propriamente dita. No caso específico da mulher que sofre violência, a parte visível do maltrato chamamos violência direta, mas na base, como confirmação dessa violência se insere a violência estrutural e cultural (Galtung, 2003). É justamente a compreensão do que está por detrás dando estrutura de forma

invisível, da violência direta, que nos faz entender que a violência contra a mulher é uma violência de gênero.

A origem da violência está na sociedade de modo estrutural e cultural, fazendo com que a violência forme parte do dia a dia. Assim, a violência contra as mulheres como violência de gênero, não apenas como violência contra pessoas, é compreendida levando em consideração a violência estrutural e cultural.

Enfim, a violência contra a mulher decorre de uma construção social, fruto da desigualdade de poder entre homem e a mulher e produto da manifestação da questão social. O que nos faz concluir que a questão da violência contra a mulher está ligada ao contexto histórico, social e cultural.

É nesta perspectiva de desamparo social que leis de proteção às mulheres são necessárias. Especificamente no Brasil, a lei de proteção à mulher somente foi promulgada no ano de 2006 – Lei 11.340, de 07 de agosto de 2006, denominada de Lei Maria da Penha. Estando o problema em amplo debate internacional e o Brasil ser signatário das principais Convenções a respeito da mulher.

Podemos destacar como os principais marcos de proteção às mulheres abordadas neste trabalho. A Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948, a Convenção sobre os Direitos Políticos da Mulher em 1952, Declaração do México sobre a Igualdade das Mulheres e sua Contribuição para o Desenvolvimento e a Paz em 1975, a Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a mulher (CEDAW, 1991), a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, a Convenção de Belém do Pará (1995) e a Convenção Internacional e Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas (Convenção de Palermo, 2000).Especificamente no contexto brasileiro, a Constituição Federal de 1988 representa um marco fundamental na instituição da cidadania e dos



direitos humanos no Brasil, consagrando-se a igualdade entre homens e mulheres como um direito fundamental, em 1994 se ampliar e ratificar plenamente os tratados internacionais de Direitos Humanos que visam a eliminação da discriminação contra a Mulher, retirando as reservas especificamente quanto à igualdade entre homens e mulheres na vida pública e privada, em particular na relação conjugal, em 2002 com o Novo Código Civil (Lei 10.406) reformado adapta-se os parâmetros igualitários da Constituição Federal e da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher e enfim, a citada Lei 11.340, denominada Lei Maria da Penha.

E é nesta perspectiva que se insere a criação da Lei Maria da Penha no Brasil, é a partir da luta do movimento feminista, dos tratados e convenções internacionais de garantia aos direitos humanos das mulheres.

A Lei Maria da Penha é o dispositivo legal mais relevante no combate, enfrentamento e erradicação da violência contra a mulher. Ela parte da definição de que a violência contra a mulher é “qualquer ação ou conduta baseada no gênero que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado” (Loureiro, 2004), e nesta perspectiva a violência contra a mulher é violência de gênero, pois viola os direitos humanos com base na diferenciação de sexo e de gênero.

No processo de enfrentamento à violência contra a mulher, a Política Nacional de Enfrentamento articula-se juntamente com a Lei Maria da Penha, e neste contexto político nacional surge as Secretaria de Política para Mulher, as Secretarias Municipais e aqui se insere nossa pesquisa.

Por isso a necessidade de se criar uma Rede de Enfrentamento a violência contra a Mulher, para que sejam efetivados os direitos civis, políticos e sociais garantidos na

Constituição Federal (1988) e assegurados após a aprovação da Lei Maria da Penha<sup>32</sup> (2006).

Nesse sentido, verificamos que São José do Rio Preto/SP conta com uma Secretaria Especial de Política para Mulheres, sendo uma das pioneiras no Estado de São Paulo, contando com duas Casas – Abrigos, um Centro de Atendimento e Referência a Mulher dentre outros equipamentos como a Delegacia da Mulher, a Defensoria Pública etc.

Observamos que ainda há muito que se construir para que sejam efetivadas e ampliadas as políticas públicas oferecidas para estas mulheres, em especial destacamos a necessidade de se fazer um acompanhamento das pessoas que passaram pelas Casas-Abrigos do município.

É sabido que as mulheres que estiveram abrigadas realizam atividades manuais, oficinas de bijuterias, artesanatos, manicure, atividades lúdicas mas observamos a necessidade de se criar um trabalho de inserção desta mulher no mercado de trabalho.

Com relação ao atendimento prestado, observamos que existe um desencontro entre os números de atendimentos do CRAM e os casos que chegaram a Delegacia da Mulher - DDM podendo ser explicado por diversos fatores, entre eles o não encaminhamento da DDM para o Centro de Atendimento por entender que o fato não requeria um acompanhamento. O que pode se constituir em um erro de avaliação, pois, em geral, a violência, muitas vezes, é um fato recorrente na vida de algumas mulheres.

Verificamos conforme os dados obtidos que a faixa etária da maioria das mulheres atendidas está entre 31 a 36 anos, período de maior produtividade e maturidade intelectual. Trata-se de mulheres que tem por profissão atividades relacionada aos afazeres domésticos, bem como trabalhos manuais como costureiras, cabelereiras etc.

---

<sup>32</sup> A Lei Maria da Penha incentiva a criação dos serviços especializados de atendimento.

Os resultados empíricos nos levam afirmar que as mulheres atendidas possuem um grau de instrução que fica entre o Ensino Fundamental completo e o Ensino Médio Completo, em 2007, 2008 e 2012, índice que alcança mais de 40% do total de mulheres atendidas.

Destacamos que das mulheres atendidas algumas possuíam nível superior o que denota que a violência contra a mulher não é uma questão de grau de escolaridade e sim a forma como a sociedade constrói as relações entre homens e mulheres, que são relações desiguais de poder.

Outro fato significativo a considerar são os rendimentos destas mulheres. A pesquisa demonstrou que as mulheres que procuram atendimento são dependentes financeiramente de seus maridos, companheiros. O que é um agravante em relação ao índice de violência, pois se estas mulheres são financeiramente dependentes de seus companheiros ou maridos dificilmente farão a denúncia e separarão do autor da violência.

Destacamos que há um grande número de mulheres que procuram o atendimento para receber orientações, bem como por terem sofrido violência física, psicológica. E às vezes ambos os tipos de violência. Podemos afirmar através dos relatos das queixas, que a mulher sofre violência física, psicológica mas não declara muita das vezes que sofreu a violência sexual. Talvez, por imaginar que ser violentada sexualmente pelo marido e/ou companheiro não se trata de uma violência.

Enfim, gostaríamos de destacar a necessidade de se continuar utilizando a Base de Dados construída ao longo da pesquisa, reforçamos o uso e preenchimento adequado dos instrumentais, que sejam alimentados os prontuários para que se possa cada vez mais , ampliar e melhorar a Rede de Enfrentamento do município.

Este trabalho se encerra aqui, mas minhas inquietações continuam. Muitas foram às conquistas e ainda hoje muito ainda precisa ser conquistado, as demandas permanecem, e a

luta por transformar as estruturas econômicas, sociais, políticas, culturais e sexuais demonstra a vitalidade deste campo de pesquisa e atuação. Esta foi uma pequena contribuição sobre a pesquisa, outras e outros poderão continuar a reflexão e o debate.

## Referenciais Bibliográficos

AGÊNCIA PATRÍCIA GALVÃO (2009). *Notícias e conteúdos sobre os direitos das mulheres brasileiras*, São Paulo. Disponível em [www.agenciapatriciagalvao.org.br](http://www.agenciapatriciagalvao.org.br). Acesso em 12 de janeiro de 2013.

ALBARELLO, Luc et al (1995) – *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.

AMORIM, Douglas Daniel de (2007). *Violência Doméstica contra a mulher: estudo sobre os agressores a partir de uma delegacia especializada de atendimento à mulher*. Dissertação (Mestrado da Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG). Universidade do Estado de Minas Gerais, Fundação Educacional de Divinópolis.

ARTEGA, Sonia Luna. (2007) - *Actuaciones frente al maltrato familiar*. Cádiz: España, Centro de Formación Universitario y Profesional Carpe Diem.

BARRUETA, Norma Vasallo. (2011) - *Desde outra perspectiva*. Habana: Editorial de la Mujer.

BARSTED, Leila Linhares (2006) - *A violência contra as mulheres no Brasil e a Convenção de Belém do Pará dez anos depois*. In: BARSTED, Leila Linhares; PITANGUY, Jacqueline; MIRANDA, Dayse (Orgs.). *O Progresso das Mulheres no Brasil*. São Paulo: UNIFEM.

BEAUVOIR, Simone (2009) - *O Segundo Sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

BOURDIEU, Pierre (1989) - *O poder simbólico*. Lisboa e Rio de Janeiro: Difel e Bertrand Brasil.

\_\_\_\_\_ (2005) – *A dominação Masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

BRASIL. Presidência da República (2010 a 2013) *Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – SPM*. Disponível <http://www.presidencia.gov.br/spmulheres/>>Acesso 20 de janeiro de 2012.

\_\_\_\_\_. Presidência da República (2005) *Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – SPM – Plano Nacional de Política para Mulheres*. – Brasília: Secretaria Especial de Política para as Mulheres.

\_\_\_\_\_. Presidência da República (2008) *Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – SPM – II Plano Nacional de Política para Mulheres*. – Brasília: Secretaria Especial de Política para as Mulheres.

\_\_\_\_\_. Presidência da República (2004). *Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Capítulo 4 – Enfrentamento à violência contra as mulheres: Objetivos, metas, prioridades e plano de ação. In Plano Nacional de Políticas para as*

Mulheres. Disponível em <http://www.presidencia.gov.br/estrutura.presidencia/sepm/sobre/> Acesso em: 03 de outubro de 2012.

\_\_\_\_\_. *Lei Maria da Penha: Lei nº 11.340*. Brasília: Secretaria Especial de Política para Mulheres, 2006.

\_\_\_\_\_. Presidência da República (2007) Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. *Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para Mulher.

BURRIEZA, Ángela, et al (2008) – *Estudios interdisciplinarios sobre igualdad y violencia de género*. Granada: Editorial Comares.

CARMO, Onilda Alves (2008) – *Os Homens das famílias do Peti: Identidade de Gênero e relação com o espaço doméstico*. Tese de Doutorado. São Paulo: Unesp – Campus de Franca/SP

CEFEMEA. Centro Feminista de Estudos e Assessoria. Disponível em [www.cfemea.org.br/violencia](http://www.cfemea.org.br/violencia) Acesso 07 de janeiro de 2013.

CISNE, Mirla (2012) *Gênero, Divisão Sexual do Trabalho e Serviço Social*. São Paulo: Outras Expressões.

CONJUNTURA ECONÔMICA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO (2010) - Disponível em: [http://www.riopreto.sp.gov.br/PortalGOV/do/subportais\\_Show?c=146](http://www.riopreto.sp.gov.br/PortalGOV/do/subportais_Show?c=146) Riopreto.sp.gov.br. Acesso em 02 de fevereiro de 2013.

CORSI, Jorde & PEYRÚ, Graciela. (2003) - *Las Violencias Sociales in* CORSI, Jorge, PEYRÚ, Graciela (Orgs) *Violencias Sociales: estudios sobre violencia*. 1ed. Barcelona-España:Ariel,p.15-79.

DANTAS, Benedito e MELLO, Ricardo (2008) – *Posicionamentos críticos e éticos sobre a violência contra as mulheres*. Psicol. Soc. (online). v.20, n. spe, p. 78-86.

DIAS, Maria Berenice (2004) - *Conversando sobre a mulher e seus direitos*. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora.

\_\_\_\_\_. (2007) - *A Lei Maria da Penha na justiça: a efetividade da Lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.

\_\_\_\_\_. (2008) - *Lei Maria da Penha, afirmação da igualdade*. Clubjus, Brasília-DF. Disponível em: <<http://www.clubjus.com.br/?content=2.16100>>. Acesso em: 13 de janeiro de 2013.

DIAS, Isabel (2010) – *Violência na Família. Uma abordagem Sociológica*. Porto: Edições Afrontamento.

DURKHEIM, Emile (1989) *A divisão do trabalho social*. 3.ed. Volume I. Lisboa: Editorial Presença.

EDLESON, Jeffrey et al (1998) *Violencia Doméstica. La mujer golpeada y la familia*. Espanha: Granica.

ENTEL, Rosa (2004) – *Mujeres en situación de violencia familiar*. Buenos Aires: Espacio Editorial.

FALCÓN, Marta Torres (2001) – *La violencia en casa*. México: Paidós.

FERNÁNDEZ, Miguel Pérez, et al (2010) – *Sociedad, Violencia y Mujer – Retos para afrontar la desigualdad*. Salamanca: Amarú Ediciones.

FLICK, Uwe (2002) – *Métodos Qualitativos na Investigação Científica*. Lisboa: Monitor.

FOUCAULT, Michel (1979) - *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal.

FROSSARD, Heloísa (org.) (2006) – *Instrumentos Internacionais de Direitos das Mulheres*. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres.

GALTUNG, Johan (2003) – *Violencia cultural*. Gernika-Lumo: Gernika Gogoratuz.

GAUER, Ruth Chittó (2003) - *Fenomenologia da violência*. Curitiba: Juruá.

GIL, Antonio Carlos (1989) - *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. São Paulo: Atlas.

\_\_\_\_\_ (1991) – *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas.

GORÄN, Therborn (2006) – *Sexo e Poder – a família no mundo (1900-2000)*. São Paulo: Contexto.

GROSSI, Miriam Pillar (1998) – *Identidades de Gênero e Sexualidade*. Antropologia em Primeira Mão, n. 24. Florianópolis, PPGAS/UFSC, 1998.

GROSSI, Patrícia (2012) – *Violências e Gênero*. Porto Alegre: EdUPUCRS.

GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo (1998) – *Violência de Pais contra Filhos: a tragédia revisitada*. São Paulo: Editora Cortez.

KARLI, Pierre (2008) – *As Raízes da Violência*. Lisboa: Instituto Piaget.

HERMAM, Leda Maria (2008) - *Maria Da Penha Lei Com Nome De Mulher*. Campinas, São Paulo: Servanda.

HIRATA, Helena (2002) – *Nova Divisão Sexual do Trabalho?* São Paulo: Editorial Boitempo.

IBGE, (2010) - Pesquisa de Informações Básicas Municipais. Perfil dos Municípios Brasileiros – MUNIC. Rio de Janeiro: IBGE.

INSTITUTO PAPAI (2010) - *Homens e masculinidades: Práticas de intimidade e políticas públicas*: Livro de resumos, GEMA/UFPE, Promundo e Margens/UFSC. Recife: Instituto PAPAI, p. 76.

INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. (2004) – *Violência contra as mulheres: campanha “onde tem violência, todo mundo perde”*. São Paulo, p. 72. Disponível em [www.patriciagalvao.org.br/apc-aapatriciagalvao/home/violencia.pdf](http://www.patriciagalvao.org.br/apc-aapatriciagalvao/home/violencia.pdf). Acesso em 23 de janeiro de 2013.

IZUMINO, Wania (2005) - *Violência contra as Mulheres e Violência de Gênero: Notas sobre Estudos Feministas no Brasil*. In: revista E.I.A.L. Estudios Interdisciplinarios de América Latina y el Caribe, Vol. 16, n. 1, p. 147-164.

LAMOGLIA, Cláudia Valéria Abdala; MINAYO, Maria Cecília de Souza (2009) – *Violência conjugal, um problema social e de saúde pública: estudo em uma delegacia do interior do Estado do Rio de Janeiro*. *Ciência Saúde coletiva* (online), v. 14, n 2, p. 595-604.

LESSARD-HÉBERT, Michelle, *et al* (2008) - *Investigação qualitativa, fundamentos e práticas*. Lisboa: Instituto Piaget.

LIMA, Daniel Costa (2008) – *Homens autores de violência doméstica e familiar contra a mulher: desafios e possibilidades*. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-graduação em Saúde Pública, Florianópolis.

LOUREIRO, Sílvia Maria da Silveira (2004) - *Os tratados internacionais sobre direitos humanos na constituição*. Belo Horizonte: Del Rey.

MACHADO, Lia Zanotta (2000) “Perspectivas em Confronto: Relações de Gênero ou Patriarcado Contemporâneo?”. In: *Série Antropológica*, n 284. Brasília: UnB, Depto. De Antropologia.

MALDONADO, Maria Tereza (2009) – *Casamento Término e Reconstrução*. São Paulo: Editora Integrare.

MARQUES, Cristiane (2007) - *Homens autores de violência conjugal: modernidade e tradição na experiência de um grupo de reflexão*. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa da Pós-graduação em Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Rio de Janeiro.

MEDRADO, Benedito; LYRA, Jorge (2003) – *Nós homens, a violência de gênero*. In BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Programa de prevenção, assistência e combate à violência contra a mulher – Plano Nacional. Brasília: DF, Capítulo 4, p. 21-26.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (1996) – *Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes.



\_\_\_\_\_ (1999) – *É possível prevenir a violência? Reflexões a partir do campo da saúde pública*. Ciência e Saúde Coletiva, v. 4, n.1, p. 7-32.

MORAES, Aparecida e SORJ, Bila (2009) - *Gênero, violência e direitos – na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: 7 Letras.

MOREIRA, Maria Cecília Gonçalves (2005) – *A Violência entre parceiros íntimos: o difícil processo de ruptura*. Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

MULLENDER, Audrey (2000) - *La violencia domestica: una nueva visión de un viejo problema*. México: Paidós.

NETTO, João Paulo (2001) - *Cinco notas a propósito da “questão social”*. In: Revista Temporalis nº 3. Rio de Janeiro: Grafinile; junho/ – ABEPSS.

OBSERVE (2010) – *Observatório da Lei Maria da Penha, Monitoramento da Lei Maria da Penha. Relatório Final*. Salvador: Observe.

OLIVEIRA, Rosiska Darcy (1993) - *Elogio da diferença: o feminino emergente*. São Paulo: Brasiliense.

OLIVEIRA, Suely; PASINATO, Wânia (2009), *Metodologia para Implementação, Monitoramento e Avaliação do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres*. Brasília: SEPM. Disponível em [www.sepm.gov.br](http://www.sepm.gov.br) Acesso em 09 de janeiro de 2013.

OMS (2005) – Organização Mundial de Saúde. *Who multi-country study on women's health and domestic violence against women: summary report of initial results on prevalence, health outcomes and women's responses*. Geneva.

PINHEIRO, Luana. et al (2008) - *Retrato das Desigualdades de gênero e raça*. Brasília: IPEA: SPM: UNIFEM.

PINTO, Céli Regina Jardim (2003) - *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.

\_\_\_\_\_ (1992) - “Movimentos Sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político”. In: COSTA, Albertina de Oliveira & BRUSCHINI, Cristina (Orgs). *Uma Questão de Gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.

PIOVESAN, Flávia (1998) - *Temas de Direitos Humanos*. São Paulo: Max Limonad.

\_\_\_\_\_ (2000) - *Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional*. São Paulo: Max Limonad.

\_\_\_\_\_ (2006) - *Direitos civis e políticos: a conquista da cidadania feminina*. In: BARSTED, Leila Linhares; PITANGUY, Jacqueline; MIRANDA, Dayse (Orgs.). *O Progresso das Mulheres no Brasil*. São Paulo: UNIFEM.

\_\_\_\_\_. (s/ano) *Lei Maria da Penha: inconstitucional não é a lei, mas a ausência dela*. Disponível em <http://cfemea.org.br/violencia/artigoetextos/detalhes.asp> Acesso em 22 de jan. de 2013.

PISCITELLI, Adriana (2002) – Recriando a (categoria) mulher? In *Algranti, Leila*. A prática feminista e o conceito de gênero. Campinas: IFCH-Unicamp.

PRADO, Maria (2006) - *Violencia Doméstica. Se puede erradicar* España: Betta III Milenio.

PRIORE, Mary del e AMANTINO, Marcia (orgs.) (2011) – *História do Corpo no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp.

QUEMADA, Consue Ruiz-Jarabo e PRIETO, Pilar Blanco (2007) – *La Violencia contra las mujeres*. España: Ediciones Diaz de Santos.

RIBAS, Eduardo Ramon (2008) – *Violencia de Género y violencia doméstica*. Valencia: Tirant lo Blanch.

RODRIGUES, Marlene Braz (2007) – *Corpo, Sexualidade e Violência Sexual. Análise e intervenção social*. Lisboa: Gráfica Trevo.

RUBIN, Gayle (1975) *The Traffic in Women: Notes on the "Political Economy" of Sex*. In: REITER, Rayna R. (org.) *Toward an Anthropology of Women*. Nova Iorque: Monthly Review Press, p. 157-210.

SAFFIOTI, Heleith I. B. (1969a) - *A Mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade*. São Paulo: Livraria Quatro Artes Editora. Posteriormente, o livro passou a ser editado pela Ed. Vozes Ltda: 1976, 1979.

\_\_\_\_\_. (1977) - *Mulher, modo de produção e formação social*, Contexto, nº 4, Novembro, São Paulo, pp. 45-57.

\_\_\_\_\_. (1987) – *O Poder do Macho*. São Paulo. Ed. Moderna.

\_\_\_\_\_. (1988) - *Movimentos sociais: face feminina*. In: CARVALHO, Nanci Valadares de (org.) *A Condição feminina*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais Ltda./Edições Vértice, pp. 143-178.

\_\_\_\_\_. (1989) - *A síndrome do pequeno poder*. In: AZEVEDO, M. A., GUERRA, V.N. de A. (orgs.) *Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder*. São Paulo, Iglu Editora, pp. 13-21.

\_\_\_\_\_. (1992) - *Rearticulando gênero e classe social*. In: COSTA, A. de O., BRUSCHINI, C. (orgs.) *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro, Editora Rosa dos Tempos, pp. 183-215.

\_\_\_\_\_. (1991) - *Novas perspectivas metodológicas de investigação das relações de gênero*. In: Moraes Silva, Maria Aparecida de (org.) *Mulher em Seis Tempos*,

Publicação do Departamento de Sociologia, Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, Araraquara, SP, pp. 141-176.

\_\_\_\_\_. (1995) – *Gênero e Patriarcado: a necessidade da violência* in CASTILHO – MARTIN, Márcia; OLIVEIRA, Suely de (orgs) – *Marcadas a ferro: Violência contra a mulher – uma visão multidisciplinar*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, p. 35-76.

\_\_\_\_\_. (1997a) - *Eqüidade e paridade para obter igualdade*, *O Social em Questão*, Nº 1, Revista do Programa de Mestrado em Serviço Social da PUC-Rio, Jan./Jun., 1997, pp. 63-70.

\_\_\_\_\_. (1997b) - *No caminho de um novo paradigma*. Paper apresentado na Mesa Redonda ANÁLISES DE GÊNERO CONSTRUÍRAM PARADIGMAS METODOLÓGICOS?, no XXI Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, outubro/97.

\_\_\_\_\_. (1997c) - *Violência doméstica ou a lógica do galinheiro*. In: KUPSTAS, Marcia (org.) *Violência em debate*. São Paulo, Editora Moderna, pp. 39-57.

\_\_\_\_\_. (1997d) - *No fio da navalha: violência contra crianças e adolescentes no Brasil atual*. In: MADEIRA, Felícia R. (org.) *Quem mandou nascer mulher?* Rio de Janeiro, Editora Rosa dos Tempos, pp. 135-211.

\_\_\_\_\_. (1997e) - *Violência de gênero - lugar da práxis na construção da subjetividade*. Lutas Sociais, São Paulo, PUC, pp. 59-79.

\_\_\_\_\_. (1999a) - *Já se mete a colher em briga de marido e mulher*. In: São Paulo em Perspectiva – Revista da Fundação Seade, v.13, nº 4, out-dez/1999, pp. 82-91. Número especial: A VIOLÊNCIA DISSEMINADA.

\_\_\_\_\_. (1999b) - *Primórdios do conceito de gênero*. In: Campinas: Cadernos Pagu – Simone de Beauvoir & os feminismos do século XX, Nº 12, especial, organizado por Mariza Corrêa, Pagu – Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP, Campinas, SP.

\_\_\_\_\_. (2001) - *Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero*. Cadernos Pagu – desdobramentos do feminismo. Número 16, especial, organizado por Maria Lygia Quartim de Moraes, IFCH/UNICAMP, Campinas, pp.115-136.

\_\_\_\_\_. (2003) - *Violência doméstica sob a lei 9.099/95*, Relatório apresentado ao CNPq, 140 p.

\_\_\_\_\_. e ALMEIDA (1995) - *Violência de Gênero – Poder e Impotência*. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Revinter Ltda.

SAFFIOTI, Heileith (s/ano) - *Ontogênese e filogênese do Gênero*. Disponível em <<http://marchamargaridas.contag.org.br/imagens/f759ontogenesedogeneroHELEIETHSAFFIOTI.pdf>> Acessado em 20 de dez. de 2012.

SANTOS, Hélio de Oliveira (1987) - *Crianças Espancadas*. Campinas, São Paulo. Papirus.

SANTOS, José Vicente Tavares dos (1987) - *A Violência como dispositivo de excesso de poder* In: Estado e Sociedade. Brasília. UNB.

SCHRAIBER, Lilia Blima, et al (2005) – *Violência dói e não é direito. A violência contra a mulher, a saúde e os direitos humanos*. São Paulo: Editora Unesp.

SCHILLING, Flavia (2000) - Um Olhar sobre a Violência na Perspectiva dos Direitos Humanos. In: *Revista IMESC*, nº 2. São Paulo. Instituto de Medicina Social e Criminologia de São Paulo (IMESC).

SANMARTÍN, J. (2000) - *La violencia y sus claves. Colección estudios sobre la violencia*. México: Ariel.

SANTIAGO, Pedro Fernández (2007) – *Violencia familiar. La visión de la mujer en casas de acogida*. Valencia: Tirant lo blanch.

SANTOS, Raquel Auxiliadora dos (2012) - *Tecer a Rede – Relato e análise sobre políticas públicas para as mulheres no município de São Carlos – SP*. São Carlos: Instituto Cultural Janela Aberta.

SCOTT, Joan. (1990) - *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Educação e realidade. Porto Alegre: UFRGS.

SILVA, José Fernando Siqueira da (2005). *O Método em Marx e o Estudo da Violência Estrutural*. Disponível no site: <http://www.franca.unesp.br/revista/index.htm>, 08 out. 2005. Consultado em 20 de dez. de 2012.

SILVA, José Fernando Siqueira da (2004) - *“Justiceiros” e Violência Urbana*. São Paulo: Editora Cortez.

STECANELA, Nilda e FERREIRA, Pedro Moura (2011). *Mulheres e Narrativas identitárias*. Porto Alegre: EDUCS.

TELES, Amelinha (1999) - *Breve história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense.

TELES, Maria Amélia de Almeida, MELO, Mônica (2003) - *O que é violência contra a mulher*. São Paulo: Brasiliense.

THERBORN, Göran (2006) - *Sexo e poder: a família no mundo, 1900-2000*. São Paulo: Contexto.

WEBER, Max (1964) - *Economia y Sociedad*. México: Fondo de Cultura Económica.

WELZER-LANG, Daniel (2001) - *A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia*. Estudos Feministas, ano 9: 460-482.

## **Percurso da Legislação Sobre a Violência Contra Mulher**

Lei, decreto, parecer, portaria e resolução BRASIL. Decreto Legislativo n. 107, de 31 de agosto de 1995. Aprova o texto da convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher, assinada em Belém do Pará, em 9 de junho de 1994. Diário Oficial da União, Brasília, DF: Imprensa Nacional, 1 set. 1995. Seção 2, p. 13.470.

BRASIL. Decreto Legislativo n. 230, de 29 de maio de 2003. Aprova os textos dos protocolos facultativos a convenção sobre os direitos da criança, relativos ao envolvimento de crianças em conflitos armados e venda de crianças, prostituição infantil e a pornografia infantil, assinados em Nova York, em 6 setembro de 2000. Diário Oficial Congresso Nacional, Brasília, DF: Imprensa Nacional, 30 maio 2003. Seção 1, p. 6.

BRASIL. Decreto n. 1.973, de 01 de agosto de 1996. Promulga a convenção interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher, concluída em Belém do Pará, em 09/06/1994. Convenção aprovada pelo DLG 107, de 31/08/1995. Diário Oficial da União, Brasília, DF: Imprensa Nacional, 2 ago. 1996. Seção 1, p. 14.471.

BRASIL. Decreto n. 113, de 28 de dezembro de 1937. Aprova a convenção internacional relativa à repressão do tráfico de mulheres maiores, firmada em Genebra, a 11 de outubro de 1933. Diário Oficial da União, Brasília, DF: Imprensa Nacional, 31 dez. 1937. Seção 1, p. 455.

BRASIL. Decreto n. 4.316, de 30 de julho de 2002. Promulga o protocolo facultativo a convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher. Diário Oficial da União, Brasília, DF: Imprensa Nacional, 31 jul. 2002. Seção 1, p. 2.

BRASIL. Decreto n. 4.377, de 13 de setembro de 2002. Promulga a convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher, de 1979, e revoga o decreto 89.460, de 20 de março de 1984. Diário Oficial da União, Brasília, DF: Imprensa Nacional, 16 set. 2002. Seção 1, p. 4.

BRASIL. Decreto n. 5.017, de 12 de março de 2004. Promulga o protocolo adicional a convenção das Nações Unidas contra o crime organizado transnacional relativo a apreensão, repressão e punição do tráfico de pessoas, em especial mulheres e crianças. Diário Oficial da União, Brasília, DF: Imprensa Nacional, 15 mar. 2004. Seção 1, p. 10.

BRASIL. Decreto n. 5.030, de 31 de março de 2004. Institui o grupo de trabalho interministerial para elaborar proposta de medida legislativa e outros instrumentos para coibir a violência doméstica contra a mulher, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF: Imprensa Nacional, 2 abr. 2004. Seção 1, p. 4.

BRASIL. Lei n. 10.778, de 24 de novembro de 2003. Estabelece a notificação compulsória, no território nacional, do caso de violência contra a mulher que for atendida em serviços de saúde público ou privado. Diário Oficial da União, Brasília, DF: Imprensa Nacional, 25 nov. 2003. Seção I, p. 11.

BRASIL. Lei n. 10.778, de 24 de novembro de 2003. Estabelece a notificação compulsória, no território nacional, do caso de violência contra a mulher que for atendida

em serviços de saúde públicos ou privados. Diário Oficial da União, Brasília, DF: Imprensa Nacional, 25 nov. 2003. Seção 1, p. 11.

BRASIL. Lei n. 10.886, de 17 de junho de 2004. Acrescenta parágrafos ao artigo 129 do Decreto-Lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, criando o tipo especial denominado "violência doméstica". Diário Oficial da União, Brasília, DF: Imprensa Nacional, 18 jun. 2004. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Lei n. 11.340, de 07 de agosto 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do parágrafo 8 do artigo 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre Eliminação de todas as formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, dispõe sobre a criação dos juizados de violência doméstica e familiar contra a mulher, altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF: Imprensa Nacional, 8 ago.2006. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Lei n. 7.353, de 29 de agosto de 1985. Cria o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF: Imprensa Nacional, 30 ago. 1985. Seção 1, p. 12.713.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria n. 737, de 16 de maio de 2001. Aprova, na forma do anexo desta portaria, a política nacional de redução da morbimortalidade por acidentes e violências. (Ementa elaborada pela CDI/MS). Diário Oficial da União, Brasília, DF: Imprensa Nacional, 18 maio 2001. Seção 2, p. 3.

## **ANEXOS**

## ANEXO 1 – Lei Maria da Penha



**Senado Federal**  
Subsecretaria de Informações

### LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006.

*Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.*

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

#### **TÍTULO I**

##### *DISPOSIÇÕES PRELIMINARES*

**Art. 1º** Esta Lei cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e de outros tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

**Art. 2º** Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social.

**Art. 3º** Serão asseguradas às mulheres as condições para o exercício efetivo dos direitos à vida, à segurança, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, à moradia, ao acesso à justiça, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

§ 1º O poder público desenvolverá políticas que visem garantir os direitos humanos das mulheres no âmbito das relações domésticas e familiares no sentido de resguardá-las de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

§ 2º Cabe à família, à sociedade e ao poder público criar as condições necessárias para o efetivo exercício dos direitos enunciados no caput.

**Art. 4º** Na interpretação desta Lei, serão considerados os fins sociais a que ela se destina e, especialmente, as condições peculiares das mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

#### **TÍTULO II**



## *DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER*

### **CAPÍTULO I**

#### *DISPOSIÇÕES GERAIS*

**Art. 5o** Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial:

I - no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;

II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;

III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.

Parágrafo único. As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual.

**Art. 6o** A violência doméstica e familiar contra a mulher constitui uma das formas de violação dos direitos humanos.

### **CAPÍTULO II**

#### *DAS FORMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER*

**Art. 7o** São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras:

I - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da auto-estima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;

III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

### **TÍTULO III**

#### *DA ASSISTÊNCIA À MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR*

### **CAPÍTULO I**

#### *DAS MEDIDAS INTEGRADAS DE PREVENÇÃO*

**Art. 8o** A política pública que visa coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher far-se-á por meio de um conjunto articulado de ações da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e de ações não-governamentais, tendo por diretrizes:

I - a integração operacional do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública com as áreas de segurança pública, assistência social, saúde, educação, trabalho e habitação;

II - a promoção de estudos e pesquisas, estatísticas e outras informações relevantes, com a perspectiva de gênero e de raça ou etnia, concernentes às causas, às conseqüências e à frequência da violência doméstica e familiar contra a mulher, para a sistematização de dados, a serem unificados nacionalmente, e a avaliação periódica dos resultados das medidas adotadas;

III - o respeito, nos meios de comunicação social, dos valores éticos e sociais da pessoa e da família, de forma a coibir os papéis estereotipados que legitimem ou exacerbem a violência doméstica e familiar, de acordo com o estabelecido no inciso III do art. 1o, no inciso IV do art. 3o e no inciso IV do art. 221 da Constituição Federal;

IV - a implementação de atendimento policial especializado para as mulheres, em particular nas Delegacias de Atendimento à Mulher;

V - a promoção e a realização de campanhas educativas de prevenção da violência doméstica e familiar contra a mulher, voltadas ao público escolar e à sociedade em geral, e a difusão desta Lei e dos instrumentos de proteção aos direitos humanos das mulheres;

VI - a celebração de convênios, protocolos, ajustes, termos ou outros instrumentos de promoção de parceria entre órgãos governamentais ou entre estes e entidades não-governamentais, tendo por objetivo a implementação de programas de erradicação da violência doméstica e familiar contra a mulher;

VII - a capacitação permanente das Polícias Civil e Militar, da Guarda Municipal, do Corpo de Bombeiros e dos profissionais pertencentes aos órgãos e às áreas enunciados no inciso I quanto às questões de gênero e de raça ou etnia;

VIII - a promoção de programas educacionais que disseminem valores éticos de irrestrito respeito à dignidade da pessoa humana com a perspectiva de gênero e de raça ou etnia;

IX - o destaque, nos currículos escolares de todos os níveis de ensino, para os conteúdos relativos aos direitos humanos, à equidade de gênero e de raça ou etnia e ao problema da violência doméstica e familiar contra a mulher.

## **CAPÍTULO II**

### ***DA ASSISTÊNCIA À MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR***

**Art. 9o** A assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar será prestada de forma articulada e conforme os princípios e as diretrizes previstos na Lei Orgânica da Assistência Social, no Sistema Único de Saúde, no Sistema Único de Segurança Pública, entre outras normas e políticas públicas de proteção, e emergencialmente quando for o caso.

§ 1o O juiz determinará, por prazo certo, a inclusão da mulher em situação de violência doméstica e familiar no cadastro de programas assistenciais do governo federal, estadual e municipal.

§ 2o O juiz assegurará à mulher em situação de violência doméstica e familiar, para preservar sua integridade física e psicológica:

I - acesso prioritário à remoção quando servidora pública, integrante da administração direta ou indireta;

II - manutenção do vínculo trabalhista, quando necessário o afastamento do local de trabalho, por até seis meses.

§ 3o A assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar compreenderá o acesso aos benefícios decorrentes do desenvolvimento científico e tecnológico, incluindo os serviços de contracepção de emergência, a profilaxia das Doenças Sexualmente Transmissíveis

(DST) e da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) e outros procedimentos médicos necessários e cabíveis nos casos de violência sexual.

## **CAPÍTULO III**

### **DO ATENDIMENTO PELA AUTORIDADE POLICIAL**

**Art. 10.** Na hipótese da iminência ou da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, a autoridade policial que tomar conhecimento da ocorrência adotará, de imediato, as providências legais cabíveis.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto no caput deste artigo ao descumprimento de medida protetiva de urgência deferida.

**Art. 11.** No atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar, a autoridade policial deverá, entre outras providências:

I - garantir proteção policial, quando necessário, comunicando de imediato ao Ministério Público e ao Poder Judiciário;

II - encaminhar a ofendida ao hospital ou posto de saúde e ao Instituto Médico Legal;

III - fornecer transporte para a ofendida e seus dependentes para abrigo ou local seguro, quando houver risco de vida;

IV - se necessário, acompanhar a ofendida para assegurar a retirada de seus pertences do local da ocorrência ou do domicílio familiar;

V - informar à ofendida os direitos a ela conferidos nesta Lei e os serviços disponíveis.

**Art. 12.** Em todos os casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, feito o registro da ocorrência, deverá a autoridade policial adotar, de imediato, os seguintes procedimentos, sem prejuízo daqueles previstos no Código de Processo Penal:

I - ouvir a ofendida, lavrar o boletim de ocorrência e tomar a representação a termo, se apresentada;

II - colher todas as provas que servirem para o esclarecimento do fato e de suas circunstâncias;

III - remeter, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, expediente apartado ao juiz com o pedido da ofendida, para a concessão de medidas protetivas de urgência;

IV - determinar que se proceda ao exame de corpo de delito da ofendida e requisitar outros exames periciais necessários;

V - ouvir o agressor e as testemunhas;

VI - ordenar a identificação do agressor e fazer juntar aos autos sua folha de antecedentes criminais, indicando a existência de mandado de prisão ou registro de outras ocorrências policiais contra ele;

VII - remeter, no prazo legal, os autos do inquérito policial ao juiz e ao Ministério Público.

§ 1º O pedido da ofendida será tomado a termo pela autoridade policial e deverá conter:

I - qualificação da ofendida e do agressor;

II - nome e idade dos dependentes;

III - descrição sucinta do fato e das medidas protetivas solicitadas pela ofendida.

§ 2º A autoridade policial deverá anexar ao documento referido no § 1º o boletim de ocorrência e cópia de todos os documentos disponíveis em posse da ofendida.

§ 3º Serão admitidos como meios de prova os laudos ou prontuários médicos fornecidos por hospitais e postos de saúde.

## **TÍTULO IV**

### **DOS PROCEDIMENTOS**

## **CAPÍTULO I**

## **DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 13.** Ao processo, ao julgamento e à execução das causas cíveis e criminais decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher aplicar-se-ão as normas dos Códigos de Processo Penal e Processo Civil e da legislação específica relativa à criança, ao adolescente e ao idoso que não conflitem com o estabelecido nesta Lei.

**Art. 14.** Os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, órgãos da Justiça Ordinária com competência cível e criminal, poderão ser criados pela União, no Distrito Federal e nos Territórios, e pelos Estados, para o processo, o julgamento e a execução das causas decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher.

Parágrafo único. Os atos processuais poderão realizar-se em horário noturno, conforme dispuserem as normas de organização judiciária.

**Art. 15.** É competente, por opção da ofendida, para os processos cíveis regidos por esta Lei, o Juizado:

- I - do seu domicílio ou de sua residência;
- II - do lugar do fato em que se baseou a demanda;
- III - do domicílio do agressor.

**Art. 16.** Nas ações penais públicas condicionadas à representação da ofendida de que trata esta Lei, só será admitida a renúncia à representação perante o juiz, em audiência especialmente designada com tal finalidade, antes do recebimento da denúncia e ouvido o Ministério Público.

**Art. 17.** É vedada a aplicação, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, de penas de cesta básica ou outras de prestação pecuniária, bem como a substituição de pena que implique o pagamento isolado de multa.

## **CAPÍTULO II**

### **DAS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA**

#### **Seção I**

##### **Disposições Gerais**

**Art. 18.** Recebido o expediente com o pedido da ofendida, caberá ao juiz, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas:

- I - conhecer do expediente e do pedido e decidir sobre as medidas protetivas de urgência;
- II - determinar o encaminhamento da ofendida ao órgão de assistência judiciária, quando for o caso;
- III - comunicar ao Ministério Público para que adote as providências cabíveis.

**Art. 19.** As medidas protetivas de urgência poderão ser concedidas pelo juiz, a requerimento do Ministério Público ou a pedido da ofendida.

§ 1º As medidas protetivas de urgência poderão ser concedidas de imediato, independentemente de audiência das partes e de manifestação do Ministério Público, devendo este ser prontamente comunicado.

§ 2º As medidas protetivas de urgência serão aplicadas isolada ou cumulativamente, e poderão ser substituídas a qualquer tempo por outras de maior eficácia, sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados.

§ 3º Poderá o juiz, a requerimento do Ministério Público ou a pedido da ofendida, conceder novas medidas protetivas de urgência ou rever aquelas já concedidas, se entender necessário à proteção da ofendida, de seus familiares e de seu patrimônio, ouvido o Ministério Público.

**Art. 20.** Em qualquer fase do inquérito policial ou da instrução criminal, caberá a prisão preventiva do agressor, decretada pelo juiz, de ofício, a requerimento do Ministério Público ou mediante representação da autoridade policial.

Parágrafo único. O juiz poderá revogar a prisão preventiva se, no curso do processo, verificar a falta de motivo para que subsista, bem como de novo decretá-la, se sobrevierem razões que a justifiquem.

**Art. 21.** A ofendida deverá ser notificada dos atos processuais relativos ao agressor, especialmente dos pertinentes ao ingresso e à saída da prisão, sem prejuízo da intimação do advogado constituído ou do defensor público.

Parágrafo único. A ofendida não poderá entregar intimação ou notificação ao agressor.

## **Seção II**

### *Das Medidas Protetivas de Urgência que Obrigam o Agressor*

**Art. 22.** Constatada a prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos desta Lei, o juiz poderá aplicar, de imediato, ao agressor, em conjunto ou separadamente, as seguintes medidas protetivas de urgência, entre outras:

I - suspensão da posse ou restrição do porte de armas, com comunicação ao órgão competente, nos termos da Lei no 10.826, de 22 de dezembro de 2003;

II - afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida;

III - proibição de determinadas condutas, entre as quais:

a) aproximação da ofendida, de seus familiares e das testemunhas, fixando o limite mínimo de distância entre estes e o agressor;

b) contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas por qualquer meio de comunicação;

c) freqüentação de determinados lugares a fim de preservar a integridade física e psicológica da ofendida;

IV - restrição ou suspensão de visitas aos dependentes menores, ouvida a equipe de atendimento multidisciplinar ou serviço similar;

V - prestação de alimentos provisionais ou provisórios.

§ 1º As medidas referidas neste artigo não impedem a aplicação de outras previstas na legislação em vigor, sempre que a segurança da ofendida ou as circunstâncias o exigirem, devendo a providência ser comunicada ao Ministério Público.

§ 2º Na hipótese de aplicação do inciso I, encontrando-se o agressor nas condições mencionadas no caput e incisos do art. 6º da Lei no 10.826, de 22 de dezembro de 2003, o juiz comunicará ao respectivo órgão, corporação ou instituição as medidas protetivas de urgência concedidas e determinará a restrição do porte de armas, ficando o superior imediato do agressor responsável pelo cumprimento da determinação judicial, sob pena de incorrer nos crimes de prevaricação ou de desobediência, conforme o caso.

§ 3º Para garantir a efetividade das medidas protetivas de urgência, poderá o juiz requisitar, a qualquer momento, auxílio da força policial.

§ 4º Aplica-se às hipóteses previstas neste artigo, no que couber, o disposto no caput e nos §§ 5º e 6º do art. 461 da Lei no 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil).

## **Seção III**

### *Das Medidas Protetivas de Urgência à Ofendida*

**Art. 23.** Poderá o juiz, quando necessário, sem prejuízo de outras medidas:

I - encaminhar a ofendida e seus dependentes a programa oficial ou comunitário de proteção ou de atendimento;

II - determinar a recondução da ofendida e a de seus dependentes ao respectivo domicílio, após afastamento do agressor;

III - determinar o afastamento da ofendida do lar, sem prejuízo dos direitos relativos a bens, guarda dos filhos e alimentos;

IV - determinar a separação de corpos.

**Art. 24.** Para a proteção patrimonial dos bens da sociedade conjugal ou daqueles de propriedade particular da mulher, o juiz poderá determinar, liminarmente, as seguintes medidas, entre outras:

I - restituição de bens indevidamente subtraídos pelo agressor à ofendida;

II - proibição temporária para a celebração de atos e contratos de compra, venda e locação de propriedade em comum, salvo expressa autorização judicial;

III - suspensão das procurações conferidas pela ofendida ao agressor;

IV - prestação de caução provisória, mediante depósito judicial, por perdas e danos materiais decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a ofendida.

Parágrafo único. Deverá o juiz oficiar ao cartório competente para os fins previstos nos incisos II e III deste artigo.

## **CAPÍTULO III**

### **DA ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

**Art. 25.** O Ministério Público intervirá, quando não for parte, nas causas cíveis e criminais decorrentes da violência doméstica e familiar contra a mulher.

**Art. 26.** Caberá ao Ministério Público, sem prejuízo de outras atribuições, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, quando necessário:

I - requisitar força policial e serviços públicos de saúde, de educação, de assistência social e de segurança, entre outros;

II - fiscalizar os estabelecimentos públicos e particulares de atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar, e adotar, de imediato, as medidas administrativas ou judiciais cabíveis no tocante a quaisquer irregularidades constatadas;

III - cadastrar os casos de violência doméstica e familiar contra a mulher.

## **CAPÍTULO IV**

### **DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA**

**Art. 27.** Em todos os atos processuais, cíveis e criminais, a mulher em situação de violência doméstica e familiar deverá estar acompanhada de advogado, ressalvado o previsto no art. 19 desta Lei.

**Art. 28.** É garantido a toda mulher em situação de violência doméstica e familiar o acesso aos serviços de Defensoria Pública ou de Assistência Judiciária Gratuita, nos termos da lei, em sede policial e judicial, mediante atendimento específico e humanizado.

## **TÍTULO V**

### **DA EQUIPE DE ATENDIMENTO MULTIDISCIPLINAR**

**Art. 29.** Os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher que vierem a ser criados poderão contar com uma equipe de atendimento multidisciplinar, a ser integrada por profissionais especializados nas áreas psicossocial, jurídica e de saúde.

**Art. 30.** Compete à equipe de atendimento multidisciplinar, entre outras atribuições que lhe forem reservadas pela legislação local, fornecer subsídios por escrito ao juiz, ao Ministério Público e à Defensoria Pública, mediante laudos ou verbalmente em audiência, e desenvolver trabalhos de orientação, encaminhamento, prevenção e outras medidas, voltados para a ofendida, o agressor e os familiares, com especial atenção às crianças e aos adolescentes.

**Art. 31.** Quando a complexidade do caso exigir avaliação mais aprofundada, o juiz poderá determinar a manifestação de profissional especializado, mediante a indicação da equipe de atendimento multidisciplinar.

**Art. 32.** O Poder Judiciário, na elaboração de sua proposta orçamentária, poderá prever recursos para a criação e manutenção da equipe de atendimento multidisciplinar, nos termos da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

## **TÍTULO VI**

### **DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS**

**Art. 33.** Enquanto não estruturados os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, as varas criminais acumularão as competências cível e criminal para conhecer e julgar as causas decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, observadas as previsões do Título IV desta Lei, subsidiada pela legislação processual pertinente.

Parágrafo único. Será garantido o direito de preferência, nas varas criminais, para o processo e o julgamento das causas referidas no caput.

## **TÍTULO VII**

### **DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 34.** A instituição dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher poderá ser acompanhada pela implantação das curadorias necessárias e do serviço de assistência judiciária.

**Art. 35.** A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios poderão criar e promover, no limite das respectivas competências:

I - centros de atendimento integral e multidisciplinar para mulheres e respectivos dependentes em situação de violência doméstica e familiar;

II - casas-abrigos para mulheres e respectivos dependentes menores em situação de violência doméstica e familiar;

III - delegacias, núcleos de defensoria pública, serviços de saúde e centros de perícia médico-legal especializados no atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar;

IV - programas e campanhas de enfrentamento da violência doméstica e familiar;

V - centros de educação e de reabilitação para os agressores.

**Art. 36.** A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios promoverão a adaptação de seus órgãos e de seus programas às diretrizes e aos princípios desta Lei.

**Art. 37.** A defesa dos interesses e direitos transindividuais previstos nesta Lei poderá ser exercida, concorrentemente, pelo Ministério Público e por associação de atuação na área, regularmente constituída há pelo menos um ano, nos termos da legislação civil.

Parágrafo único. O requisito da pré-constituição poderá ser dispensado pelo juiz quando entender que não há outra entidade com representatividade adequada para o ajuizamento da demanda coletiva.

**Art. 38.** As estatísticas sobre a violência doméstica e familiar contra a mulher serão incluídas nas bases de dados dos órgãos oficiais do Sistema de Justiça e Segurança a fim de subsidiar o sistema nacional de dados e informações relativo às mulheres.

Parágrafo único. As Secretarias de Segurança Pública dos Estados e do Distrito Federal poderão remeter suas informações criminais para a base de dados do Ministério da Justiça.

**Art. 39.** A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no limite de suas competências e nos termos das respectivas leis de diretrizes orçamentárias, poderão estabelecer dotações orçamentárias específicas, em cada exercício financeiro, para a implementação das medidas estabelecidas nesta Lei.

**Art. 40.** As obrigações previstas nesta Lei não excluem outras decorrentes dos princípios por ela adotados.

**Art. 41.** Aos crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher, independentemente da pena prevista, não se aplica a Lei no 9.099, de 26 de setembro de 1995.

**Art. 42.** O art. 313 do Decreto-Lei no 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), passa a vigorar acrescido do seguinte inciso IV:

“Art. 313. ....

.....

IV - se o crime envolver violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos da lei específica, para garantir a execução das medidas protetivas de urgência.” (NR)

**Art. 43.** A alínea f do inciso II do art. 61 do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 61. ....

.....

II - .....

.....

f) com abuso de autoridade ou prevalecendo-se de relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade, ou com violência contra a mulher na forma da lei específica;

..... ” (NR)

**Art. 44.** O art. 129 do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 129. ....

.....

§ 9º Se a lesão for praticada contra ascendente, descendente, irmão, cônjuge ou companheiro, ou com quem conviva ou tenha convivido, ou, ainda, prevalecendo-se o agente das relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade:

Pena - detenção, de 3 (três) meses a 3 (três) anos.

.....

§ 11. Na hipótese do § 9º deste artigo, a pena será aumentada de um terço se o crime for cometido contra pessoa portadora de deficiência.” (NR)

**Art. 45.** O art. 152 da Lei no 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 152. ....

Parágrafo único. Nos casos de violência doméstica contra a mulher, o juiz poderá determinar o comparecimento obrigatório do agressor a programas de recuperação e reeducação.” (NR)

**Art. 46.** Esta Lei entra em vigor 45 (quarenta e cinco) dias após sua publicação.

Brasília, 7 de agosto de 2006; 185º da Independência e 118º da República.

**LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA**

Dilma Rousseff



## ANEXO 2 - Tabelas

**Tabela - Ano de 2006 – Distribuição Etária das Mulheres Atendidas**

<b>Distribuição Etária das Mulheres Atendidas no CRAM (2006)</b>		
15 a 20	9	4%
21 a 25	22	9%
26 a 30	38	16%
31 a 36	46	19%
37 a 42	33	13%
43 a 48	30	12%
49 a 54	20	8%
55 a 60	13	5%
61 a 66	8	3%
67 a 72	3	1%
73 a 78	1	0%
79 a 84	2	1%
85 e mais anos	1	0%
Nada Consta	19	8%
<b>Total</b>	<b>245</b>	<b>100%</b>

**Tabela - Ano de 2006 – Grau de instrução**

<b>Grau de Instrução das Mulheres Atendidas no CRAM– 2006</b>		
Sem Alfabetização /Não Alfabetizada	2	1%
Semi analfabeta	3	1%
Ensino Fundamental Incompleto	62	25%
Ensino Fundamental Completo	18	7%
Ensino Médio Incompleto	40	16%
Ensino Médio Completo	36	15%
Magistério	1	0%
Técnico	1	0%
Superior Incompleto	2	1%
Superior Completo	12	5%
Mestrado	0	0%
Doutorado	1	0%
Nada Consta/Vazio	67	27%
<b>Total</b>	<b>245</b>	<b>100%</b>

**Tabela - Ano de 2006 – Renda das Mulheres**

<b>Renda das Mulheres Atendidas no CRAM - 2006</b>		
Não tem remuneração	2	0%
Sem Renda	29	0%
1 a 300	29	2,83%
301 a 600	91	6,62%
601 a 900	10	4,41%
901 a 1200	3	1,57%
1201 a 1500	5	0,63%
1501 a 1800	0	0,31%
1801 a 2100	0	0,63%
2101 a 2400	0	0,31%
2401 a 2700	1	0%
2701 a 3000	0	0%
3001 a 3300	0	0%
3301 a 3600	0	0%
3601 a 3900	0	0%
3901 a 4201 ou mais	2	0%
Nada Consta	73	82,64%
<b>Total</b>	<b>245</b>	<b>100%</b>

**Tabela - Ano de 2006 – Tipificação da Violência**

<b>Tipificação da violência contra a Mulher - Casos de 2006</b>		
Falta de Respeito do Filho	1	0,41%
Agressão Psicológica	1	0,41%
Agressões	2	0,82%
Agressões Verbais e Físicas	1	0,41%
Ameaça	2	0,82%
Ameaça de Morte e Agressão Física	1	0,41%
Agressão de Morte e Física	1	0,41%
Baixa Auto Estima	1	0,41%
Gasta Muito	1	0,41%
Violência Física	40	16,33%
Violência Física/Psicológica	24	9,80%
Violência Física/Psicológica/Sexual	1	0,41%
Violência Física/Psicológica/Ameaça	1	0,41%
Violência Física e Verbal	3	1,22%
Violência Física/Exploração Sexual	1	0,41%
Maus Tratos	1	0,41%
Nada Consta	15	6,12%
Não se enquadra	1	0,41%
Negligência	1	0,41%
Orientações	84	34,29%
Pensão Alimentícia	10	4,08%
Psicológica	20	8,16%
Psicológica/Patrimonial	1	0,41%
Verbal	12	4,90%
Verbal/Psicológica	2	0,82%
Violência Física/Psicológica	12	4,90%
Física e Sexual	1	0,41%
Física e Verbal	1	0,41%
Sexual	1	0,41%
Verbal e Física	2	0,82%
<b>Total</b>	<b>245</b>	<b>100%</b>

**Tabela - Ano de 2006 – Vínculo com a mulher atendida no CRAM**

<b>Vínculo com a mulher atendida no CRAM – 2006</b>		
Companheiro	70	28,57%
Conhecido da Família	1	0,41%
Cunhado	1	0,41%
Esposo	75	30,61%
Ex Companheiro	10	4,08%
Ex Marido	19	7,76%
Ex Noivo e Atual Mulher	1	0,41%
Ex Namorado do seu Amigo	1	0,41%
Filhos	10	4,08%
Fiscal da Prefeitura	1	0,41%
Genro	2	0,82%
Genro e Filha	1	0,41%
Irmão	3	1,22%
Mulher do Ex Companheiro	1	0,41%
Nada Consta	22	8,98%
Não se enquadra	18	7,35%
Nora	1	0,41%
Pai e Filha	1	0,41%
Vizinho	7	2,86%
<b>Total</b>	<b>245</b>	<b>100%</b>

**Tabela - Ano de 2006 – Quantidade de Filhos das Mulheres Atendidas**

<b>Quantidade de Filhos das Mulheres Atendidas</b>		
0 a 1	72	29%
2 a 3	127	52%
4 a 5	18	7%
6 ou mais	3	1%
Nada Consta/Vazias	25	10%
<b>Total</b>	<b>245</b>	<b>100%</b>

**Tabela - Ano de 2007 – Distribuição Etária das Mulheres Atendidas**

<b>Distribuição Etária das Mulheres Atendidas no CRAM (2007)</b>		
15 a 20	19	5,72%
21 a 25	36	10,84%
26 a 30	45	13,55%
31 a 36	50	15,06%
37 a 42	51	15,36%
43 a 48	36	10,84%
49 a 54	21	6,33%
55 a 60	12	3,61%
61 a 66	4	1,20%
67 a 72	2	0,60%
73 a 78	2	0,60%
79 a 84	1	0,30%
85 a mais anos	0	0,00%
Nada Consta	53	15,96%
<b>Total</b>	<b>332</b>	<b>100%</b>

**Tabela - Ano de 2007 – Renda das Mulheres Atendidas**

<b>Renda das Mulheres de 2007</b>		
Sem Renda	25	8%
R\$ 1 a 300	32	10%
R\$ 301 a 600	80	24%
R\$ 601 a 900	23	7%
R\$ 901 a 1200	8	2%
R\$ 1201 a 1500	4	1%
R\$ 1501 a 1800	4	1%
R\$ 1801 a 2100	2	1%
R\$ 2101 a 2400	0	0,0%
R\$ 2401 a 2700	1	0,30%
R\$ 2701 a 3000	2	0,60%
R\$ 3001 a 3300	0	0,00%
R\$ 3301 a 3600	0	0,00%
R\$ 3601 a 3900	0	0,00%
R\$ 3901 a 4201 ou mais	2	0,60%
Nada Consta	149	44,88%
<b>Total</b>	<b>332</b>	<b>100,00%</b>

**Tabela - Ano de 2007 – Quantidade de Filhos das Mulheres Atendidas**

<b>Filhos (2007)</b>		
0 a 1	70	21,08%
2 a 3	171	52%
4 a 5	20	6%
6 ou mais	3	1%
Nada Consta	68	20,48%
<b>Total</b>	<b>332</b>	<b>100,00%</b>

**Tabela - Ano de 2007 – Vínculo com a mulher em situação de violência**

<b>Vínculo com a Vítima</b>		
Avodraastro	1	0,30%
Companheiro	105	31,63%
Esposo	26	7,83%
Cunhado	1	0,30%
Ex Marido	33	9,94%
Ex Companheiro	21	6,33%
Ex Genro	1	0,30%
Ex Namorado	4	1,20%
Filho (a)	12	3,61%
Fornecedora	1	0,30%
Genro	1	0,30%
Locatários	1	0,30%
Marido	68	20,48%
Marido/Filho	1	0,30%
Marido/Sogra	1	0,30%
Marido/Filha	1	0,30%
Namorado	4	1,20%
Não se enquadra	2	0,60%
Neta	3	0,90%
Pai	3	0,90%
Patrão	1	0,30%
Sindica	1	0,30%
Viuva	1	0,30%
Vizinho(a)	3	0,90%
Vazios	36	10,84%
<b>Total</b>	<b>332</b>	<b>100%</b>

**Tabela - Ano de 2007 – Tipificação da Violência**

<b>Tipificação da Violência (2007)</b>		
Violência Psicológica	111	33,43%
Violência Sexual	4	1,20%
Violência Física	39	11,75%
Violência Física e Violência Psicológica	82	24,70%
Violência Física, Psicológica e Violência Sexual	2	0,60%
Violência Física e Violência Psicológica	3	0,90%
Violência Física e Violência Psicológica	4	1,20%
Violência Moral e Violência Psicológica	1	0,30%
Não se Enquadra	5	1,51%
Orientação	70	21,08%
Violência Psicológica e Violência Patrimonial	10	3,01%
Violência Moral	1	0,30%
<b>Total</b>	<b>332</b>	<b>100%</b>

**Tabela - Ano de 2007 – Quantidade de Filhos**

<b>Quantidade de Filhos (2007)</b>		
0 a 1	70	21,08%
2 a 3	171	51,51%
4 a 5	20	6,02%
6 ou mais	3	0,90%
Nada Consta	68	20,48%
<b>Total</b>	<b>332</b>	<b>100,00%</b>



**Tabela - Ano de 2008 – Distribuição Etária das Mulheres Atendidas**

<b>Distribuição Etária das Mulheres Atendidas no CRAM (2008)</b>		
15 a 20	10	3,50%
21 a 25	24	8,39%
26 a 30	44	15,38%
31 a 36	54	18,88%
37 a 42	49	17,13%
43 a 48	41	14,34%
49 a 54	29	10,14%
55 a 60	11	3,85%
61 a 66	9	3,15%
67 a 72	1	0,35%
73 a 78	1	0,35%
79 a 84	0	0,00%
85 e mais anos	0	0,00%
Nada Consta/Vazia	13	4,55%
<b>Total</b>	<b>286</b>	<b>100%</b>

**Tabela - Ano de 2008 – Renda das Mulheres**

<b>Rendas das Mulheres (2008)</b>		
Sem Renda	21	7,34%
R\$ 1 a 300	40	13,99%
R\$ 301 a 600	83	29,02%
R\$ 601 a 900	23	8,04%
R\$ 901 a 1200	12	4,20%
R\$ 1201 a 1500	2	0,70%
R\$ 1501 a 1800	2	0,70%
R\$ 1801 a 2100	1	0,35%
R\$ 2101 a 3300	0	0,00%
R\$ 3301 a 3600	1	0,35%
R\$ 3601 a 3900	0	0,00%
R\$ 3901 a 4201 ou mais	1	0,35%
Nada Consta	100	34,97%
<b>Total</b>	<b>286</b>	<b>100%</b>

**Tabela - Ano de 2008 – Tipificação da Violência**

<b>Tipificação da Violência (2008)</b>		
Física/Sexual/Ameaça de Morte	1	0%
Física/Verbal	12	4%
Física/Verbal/Psicológica	2	1%
Física/Sexual	1	0%
Física/Psicológica	3	1%
Moral/Psicologica	1	0%
Não se enquadra	1	0%
Orientação	62	22%
Pensão Alimentícia	4	1%
Psicológica	41	14%
Psicológica/Patrimonial/Orientação	2	1%
Psicológica/Ameaça de Morte	2	1%
Psicológica/Ameaça de Morte/Agressão	3	1%
Sexual (Estrupo)	1	0%
Sexual/Psicológica/Ameça	1	0%
Verbal	11	4%
Verbal/Física	7	2%
Verbal/Psicológica	2	1%
Violência Física	19	7%
Violência Física/Psicológica	37	13%
Violência Física/Psicológica/Ameaça	1	0%
Violência Física/Psicológica/Sexual	5	2%
Violência Física/Ameaça	1	0%
Violência Moral/Orientação	1	0%
Violência Psicológica	37	13%
Violência Psicológica/Orientação	1	0%
Violência Psicológica/Verbal	1	0%
Violência Psicológica/Ameaça	1	0%
Violência Sexual/Psicológica	1	0%
Violência Verbal	3	1%
Violência Verbal/Física	6	2%
Nada Consta	15	5%
<b>Total</b>	<b>286</b>	<b>100%</b>

**Tabela - Ano de 2008 – Vínculo com a Mulher em situação de Violência**

<b>Vínculo com a Mulher em situação de Violência (2008)</b>		
Cônjuge	78	27,27%
Companheiro	84	29,37%
Cunhada e Ex Marido	1	0,35%
Desconhecido	1	0,35%
Enteado	1	0,35%
Ex Companheiro	30	10,49%
Ex Cônjuge	18	6,29%
Ex Esposa do Marido	1	0,35%
Ex Marido	6	2,10%
Ex Namorado	7	2,45%
Família	1	0,35%
Filho	19	6,64%
Genro	3	1,05%
Grávida	1	0,35%
Irmãos	2	0,70%
Locatário	1	0,35%
Nada Consta	12	4,20%
Namorado	4	1,40%
Neto	2	0,70%
Pai	2	0,70%
Polícia Militar	1	0,35%
Sogra	2	0,70%
Tio	2	0,70%
Traficante	2	0,70%
Vizinha	1	0,35%
Vazias	4	1,40%
<b>Total</b>	<b>286</b>	<b>100%</b>

**Tabela - Ano de 2008 – Quantidade de Filhos da Mulher atendida**

<b>Quantidade de Filhos (2008)</b>		
0 a 1	80	27,97%
2 a 3	87	30,42%
4 a 5	8	2,80%
6 ou mais	3	1,05%
Nada Consta	108	37,76%
<b>Total</b>	<b>286</b>	<b>100,00%</b>

**Tabela - Ano de 2009 – Distribuição Etária das Mulheres Atendidas**

<b>Faixa Etária Das Mulheres Atendidas no CRAM (2009)</b>		
13 a 20	17	8,63%
21 a 25	26	13,20%
26 a 30	20	10,15%
31 a 36	35	17,77%
37 a 42	20	10,15%
43 a 48	13	6,60%
49 a 54	13	6,60%
55 a 60	7	3,55%
61 a 66	0	0,00%
67 a 72	1	0,51%
73 a 78	0	0,00%
79 a 84	0	0,00%
85 e mais anos	0	0,00%
Nada Consta	45	22,84%
<b>Total</b>	<b>197</b>	<b>100%</b>

**Tabela - Ano de 2009 –Grau de Instrução das Mulheres Atendidas**

<b>Grau de Instrução (2009)</b>		
Sem Alfabetização /Não Alfabetizada	1	0,54%
Semi analfabeta	0	0,00%
Ensino Fundamental Incompleto	2	17,20%
Ensino Fundamental Completo	3	6,99%
Ensino Médio Incompleto	0	10,75%
Ensino Médio Completo	4	12,90%
Magistério	0	0,00%
Técnico	0	0,00%
Superior Incompleto	6	3,23%
Superior Completo	1	0,54%
Mestrado	0	0,00%
Doutorado	0	0,00%
Nada Consta/Vazio	89	47,85%
<b>Total</b>	<b>186</b>	<b>100%</b>

**Tabela - Ano de 2009 –Renda das Mulheres Atendidas**

<b>Renda das Mulheres Atendidas no CRAM – 2009</b>		
<b>Não tem remuneração</b>	10	<b>5,20%</b>
<b>Sem Renda</b>	4	<b>2,10%</b>
<b>1 a 300</b>	14	<b>7,36%</b>
<b>301 a 600</b>	46	<b>24,21%</b>
<b>601 a 900</b>	14	<b>7,36%</b>
<b>901 a 1200</b>	7	<b>3,68%</b>
<b>1201 a 1500</b>	1	<b>0,52%</b>
<b>1501 a 1800</b>	1	<b>0,52%</b>
<b>1801 a 2100</b>	3	<b>1,57%</b>
<b>2101 a 2400</b>	1	<b>0,52%</b>
<b>2401 a 2700</b>	1	<b>0,52%</b>
<b>2701 a 3000</b>	1	<b>0,52%</b>
<b>3001 a 3300</b>	0	<b>0%</b>
<b>3301 a 3600</b>	0	<b>0%</b>
<b>3601 a 3900</b>	0	<b>0%</b>
<b>3901 a 4201 ou mais</b>	0	<b>0%</b>
<b>Nada Consta</b>	83	<b>45,78%</b>
<b>Total</b>	<b>186</b>	<b>100%</b>

**Tabela - Ano de 2009 –Tipificação da Violência**

<b>Tipificação da Violência (2009)</b>		
VIOÊNCIA SEXUAL	1	0,53%
VIOÊNCIA PSICOLÓGICA	1	0,53%
VIOÊNCIA FÍSICA	12	6,42%
VIOÊNCIA FÍSICA E VIOÊNCIA PSICOLÓGICA	69	36,90%
VIOÊNCIA FÍSICA E VIOÊNCIA PSICOLÓGICA	3	1,60%
VIOÊNCIA FÍSICA , VIOÊNCIA PSICOLÓGICA E VIOÊNCIA SEXUAL	11	5,88%
VIOÊNCIA FÍSICA E VIOÊNCIA SEXUAL	1	0,53%
VIOÊNCIA FÍSICA, VIOÊNCIA PSICOLÓGICA E VIOÊNCIA PATRIMONIAL	9	4,81%
VIOÊNCIA FÍSICA, VIOÊNCIA PSICOLÓGICA, VIOÊNCIA PATRIMONIAL E MORAL	2	1,07%
VIOÊNCIA FÍSICA, VIOÊNCIA PSICOLÓGICA E VIOÊNCIA SEXUAL	11	5,88%
VIOÊNCIA FÍSICA, PSICOLÓGICA, PATRIMONIAL, MORAL	2	1,07%
VIOÊNCIA FÍSICA E VIOÊNCIA PSICOLÓGICA	2	1,07%
VIOÊNCIA FÍSICA E VIOÊNCIA SEXUAL	3	1,60%
VIOÊNCIA FÍSICA, VIOÊNCIA SEXUAL E VIOÊNCIA PATRIMONIAL	7	3,74%
VIOÊNCIA FÍSICA, VIOÊNCIA SEXUAL, VIOÊNCIA PATRIMONIAL E VIOÊNCIA MORAL	2	1,07%
VIOÊNCIA FÍSICA, VIOÊNCIA SEXUAL E VIOÊNCIA MORAL	1	0,53%
VIOÊNCIA FÍSICA, VIOÊNCIA PSICOLÓGICA, VIOÊNCIA PATRIMONIAL E VIOÊNCIA MORAL	1	0,53%
ORIENTAÇÃO	11	5,88%
VIOÊNCIA PSICOLÓGICA	18	9,63%
VIOÊNCIA PSICOLÓGICA E VIOÊNCIA PATRIMONIAL	1	0,53%
VIOÊNCIA PSICOLÓGICA E VIOÊNCIA MORAL	1	0,53%
PSICOLÓGICA, MATRIMONIAL E VIOÊNCIA MORAL	1	0,53%
VIOÊNCIA SEXUAL	5	2,67%
VIOÊNCIA SEXUAL E VIOÊNCIA MORAL	1	0,53%
VIOÊNCIA FÍSICA E VIOÊNCIA PSICOLÓGICA	1	0,53%
VIOÊNCIA PSICOLÓGICA	1	0,53%
NADA CONSTA	4	2,14%
NÃO IDENTIFICADA	3	1,60%
NÃO SE ENQUADRA	1	0,53%
<b>TOTAL</b>	<b>186</b>	<b>100%</b>



**Tabela - Ano de 2009 –Filhos das Mulheres Atendidas**

<b>Filho das Mulheres em Situação de Violência (2009)</b>		
0 a 1	49	26,00%
2 a 3	71	38,00%
4 a 5	16	9,00%
6 ou mais	1	1,00%
Nada Consta/Vazias	49	26,00%
<b>Total</b>	<b>186</b>	<b>100%</b>

**Tabela - Ano de 2009 –Vínculo com as Mulheres em situação de violência**

<b>Vínculo com as mulheres (2009)</b>		
Amásio da Mãe	1	1%
Companheira do Ex Marido	1	1%
Companheiro	75	39%
Companheiro/Sogra	1	1%
Cônjuge/Marido	27	14%
Desconhecido	1	1%
Ex Namorado	3	2%
Ex Companheiro	2	1%
Ex Companheiro/Ex Cunhado	2	1%
Ex Cônjuge	1	1%
Ex Marido	7	4%
Filho	2	1%
Genro	1	1%
Ignorado	1	1%
Irmão	2	1%
Mãe	1	1%
Namorado	3	2%
Não há nada/Não se Identifica/Nada Consta	6	3%
Padrasto	3	2%
Padrasto e Mãe	1	1%
Sobrinho	1	1%
Tio	1	1%
Vazias	43	22%
<b>Total</b>	<b>186</b>	<b>100%</b>

**Tabela - Ano de 2010 – Distribuição Etária das Mulheres Atendidas**

<b>Faixa Etária das Mulheres Atendidas no CRAM (2010)</b>		
15 a 20	8	2,81%
21 a 25	13	4,56%
26 a 30	15	5,26%
31 a 36	23	8,07%
37 a 42	18	6,32%
43 a 48	11	3,86%
49 a 54	12	4,21%
55 a 60	5	1,75%
61 a 66	3	1,05%
67 a 72	1	0,35%
73 a 78	0	0,00%
79 a 84	0	0,00%
85 e mais anos	0	0,00%
Nada Consta	176	61,75%
<b>Total</b>	<b>285</b>	<b>100%</b>

**Tabela - Ano de 2010 – Grau de Instrução das Mulheres Atendidas**

<b>Grau de Instrução das Atendidas – 2010</b>		
Sem Alfabetização /Não Alfabetizada	1	0%
Semi analfabeta	0	0%
Ensino Fundamental Incompleto	27	6%
Ensino Fundamental Completo	17	5%
Ensino Médio Incompleto	22	3%
Ensino Médio Completo	27	3%
Magistério	0	0%
Técnico	0	0%
Superior Incompleto	4	0%
Superior Completo	2	0%
Mestrado	0	0%
Doutorado	0	0%
Nada Consta/Vazio	185	81%
<b>Total</b>	<b>285</b>	<b>100%</b>

**Tabela - Ano de 2010 –Renda das Mulheres Atendidas**

<b>Renda das Mulheres Atendidas no CRAM - 2010</b>		
Não tem remuneração	0	0%
Sem Renda	5	0%
1 a 300	9	2,83%
301 a 600	35	6,62%
601 a 900	18	4,41%
901 a 1200	9	1,57%
1201 a 1500	5	0,63%
1501 a 1800	0	0,31%
1801 a 2100	1	0,63%
2101 a 2400	0	0,31%
2401 a 2700	1	0%
2701 a 3000	0	0%
3001 a 3300	0	0%
3301 a 3600	0	0%
3601 a 3900	0	0%
3901 a 4201 ou mais	0	0%
Nada Consta	196	82,64%
Desempregada	6	0%
<b>Total</b>	<b>285</b>	<b>100%</b>

**Tabela - Ano de 2010 – Tipificação da Violência**

<b>Tipificação da Violência -2010</b>		
Violência Física	55	19,37%
Violência Física, Violência Sexual e Violência Psicológica	11	3,87%
Violência Física e Violência Psicológica	119	41,90%
VIOÊNCIA FÍSICA, VIOÊNCIA PSICOLÓGICA E VIOÊNCIA MORAL	10	3,52%
VIOÊNCIA FÍSICA, VIOÊNCIA PSICOLÓGICA , VIOÊNCIA PATRIMONIAL E VIOÊNCIA MORAL	11	3,87%
VIOÊNCIA FÍSICA, VIOÊNCIA PSICOLÓGICA E VIOÊNCIA PATRIMONIAL	9	3,17%
VIOÊNCIA FÍSICA E VIOÊNCIA SEXUAL	5	1,76%
VIOÊNCIA FÍSICA, VIOÊNCIA PSICOLÓGICA, VIOÊNCIA PATRIMONIAL E VIOÊNCIA MORAL	2	0,70%
VIOÊNCIA FÍSICA E VIOÊNCIA MORAL	1	0,35%
VIOÊNCIA FÍSICA E VIOÊNCIA PSICOLÓGICA	1	0,35%
VIOÊNCIA FÍSICA, PSICOLÓGICA, SEXUAL E MORAL	2	0,70%
VIOÊNCIA FÍSICA E PSICOLÓGICA	5	1,76%
MEDIDA PROTETIVA	1	0,35%
NÃO IDENTIFICADA	9	3,17%
VIOÊNCIA PSICOLÓGICA E ECONÔMICA	2	0,70%
NADA CONSTA	1	0,35%
VIOÊNCIA PATRIMONIAL E VIOÊNCIA MORAL	2	0,70%
VIOÊNCIA PSICOLÓGICA E VIOÊNCIA MORAL	6	2,11%
VIOÊNCIA PSICOLÓGICA	22	7,75%
VIOÊNCIA PSICOLÓGICA , VIOÊNCIA PATRIMONIAL E VIOÊNCIA MORAL	1	0,35%
VIOÊNCIA PSICOLÓGICA E VIOÊNCIA PATRIMONIAL	2	0,70%
VIOÊNCIA PSICOLÓGICA E MORAL	1	0,35%
VIOÊNCIA SEXUAL	3	1,06%
VIOÊNCIA SEXUAL, PSICOLÓGICA E SEXUAL	1	0,35%
TENTATIVA DE SUICÍDIO	1	0,35%
VAZIAS	2	0,70%
<b>TOTAL</b>	<b>285</b>	<b>100%</b>

**Tabela - Ano de 2010 –Vínculo com a mulher em situação de violência**

<b>Vínculo com a Vítima – 2010</b>		
Amante do Ex Marido	1	0,35%
Amigos/Conhecidos	10	3,51%
Companheiro	45	15,79%
Cônjuge	101	35,44%
Cunhado	2	0,70%
Desconhecido	10	3,51%
Enteado	2	0,70%
Ex Companheiro	36	12,63%
Ex Namorado	6	2,11%
Ex Cônjuge	11	3,86%
Ex Cunhada	12	4,21%
Filhos	9	3,16%
Irmão	2	0,70%
Mãe/Pai	14	4,91%
Marido da Nora	3	1,05%
Namorado	1	0,35%
Namorada do Ex Namorado	1	0,35%
Não Identificado	1	0,35%
Padrasto	3	1,05%
Sogro do Irmão	2	0,70%
Tio	2	0,70%
Vizinha	8	2,81%
Nada Consta	3	1,05%
<b>Total</b>	<b>285</b>	<b>100%</b>

**Tabela - Ano de 2010 –Filhos das mulheres em situação de violência**

<b>Filho das Mulheres em Situação de Violência (2010)</b>		
0	45	15,79%
1	46	16,14%
2	53	18,60%
3	25	8,77%
4	9	3,16%
5 ou mais	5	1,75%
Nada Consta/Vazias	102	35,79%
Grávida	0	0,00%
<b>Total</b>	<b>285</b>	<b>100%</b>

**Tabela - Ano de 2011 –Distribuição Etária da mulher atendida**

<b>Faixa Etária das Mulheres Atendidas no CRAM (2011)</b>		
15 a 20	25	7,86%
21 a 25	36	11,35%
26 a 30	43	13,56%
31 a 36	48	15,14%
37 a 42	26	8,20%
43 a 48	22	6,94%
49 a 54	20	6,30%
55 a 60	16	5,04%
61 a 66	3	0,94%
67 a 72	1	0,31%
73 a 78	2	0,63%
79 a 84	0	0%
85 e mais anos	1	0,31%
Nada Consta	74	23,34%
<b>Total</b>	<b>317</b>	<b>100%</b>

**Tabela - Ano de 2011 – Grau de Instrução da mulher atendida**

<b>Grau de Instrução das Atendidas – 2011</b>		
Sem Alfabetização /Não Alfabetizada	1	0%
Semi analfabeta	0	0%
Ensino Fundamental Incompleto	20	6%
Ensino Fundamental Completo	15	5%
Ensino Médio Incompleto	11	3%
Ensino Médio Completo	11	3%
Magistério	0	0%
Técnico	0	0%
Superior Incompleto	1	0%
Superior Completo	0	0%
Mestrado	0	0%
Doutorado	0	0%
Nada Consta/Vazio	258	81%
<b>Total</b>	<b>317</b>	<b>100%</b>

**Tabela - Ano de 2011 – Renda da mulher atendida**

<b>Renda das Mulheres Atendidas no CRAM - 2011</b>		
Não tem remuneração	0	0%
Sem Renda	0	0%
1 a 300	9	2,83%
301 a 600	21	6,62%
601 a 900	14	4,41%
901 a 1200	5	1,57%
1201 a 1500	2	0,63%
1501 a 1800	1	0,31%
1801 a 2100	2	0,63%
2101 a 2400	1	0,31%
2401 a 2700	0	0%
2701 a 3000	0	0%
3001 a 3300	0	0%
3301 a 3600	0	0%
3601 a 3900	0	0%
3901 a 4201 ou mais	0	0%
Nada Consta	262	82,64%
Desempregada	0	0%
<b>Total</b>	<b>317</b>	<b>100%</b>



**Tabela - Ano de 2011 –Tipificação da violência**

<b>Tipificação da Violência</b>		
Ameaça	1	0,31%
Financeira/Econômica/Negligência	1	0,31%
Física	98	30,90%
Física e Psicológica	72	22,70%
Física e Patrimonial	1	0,31%
Física e Psicológica	30	9,46%
Física/Psicológica/Moral	10	1,89%
Física/Psicológica/Patrimonial	6	1,89%
Física/Psicológica/Sexual	1	0,31%
Física/Psicológica/Patrimonial/Moral	13	4,10%
Física/Sexual/Psicológica	15	4,10%
Física/Sexual/Psicológica/Patrimonial/Moral	1	0,31%
Física/Psicológica/Econômica	2	0,63%
Física/Psicológica/Negligência	1	0,31%
Física/Psicológica/Sexual	3	0,94%
Física/Psicológica/Sexual/Moral	1	0,31%
Física/Psicológica/Tortura	6	1,89%
Física/Psicológica/Tortura/Financeira	1	0,31%
Física/Psicológica/Tortura/Sexual	1	0,31%
Física/Sexual	3	0,94%
Física/Sexual/Psicológica/Moral	2	0,63%
Física/Tentativa de suicídio	2	0,63%
Física/Verbal	2	0,63%
Intervenção Legal	1	0,31%
Intoxicação	2	0,63%
Nada Consta	3	0,94%
Não é vítima de violência	2	0,63%
Não Identificada	1	0,31%
Patrimonial e Moral	1	0,31%
Psicológica	11	3,47%
Psicológica e Moral	2	0,63%
Psicológica e Patrimonial	3	0,94%
Psicológica/Patrimonial/Moral	2	0,63%
Sexual	2	0,63%
Sexual/Psicológica	3	0,94%
Tortura	1	0,31%
Vazias	3	0,94%
<b>Total</b>	<b>317</b>	<b>100%</b>

**Tabela - Ano de 2011 – Vínculo com a mulher em situação de violência**

<b>Vínculo com a mulher em situação de violência (2011)</b>		
Agente	1	0,31%
Amigos/Conhecidos	10	3,15%
Companheiro	45	14,19%
Cônjuge	101	31,86%
Cunhada	2	0,6%
Desconhecido	10	3,15%
Ex companheiro	2	0,6%
Ex cônjuge	36	11,35%
Ex namorado	6	1,89%
Filho	11	3,47%
Genro	10	3,15%
Irmã	9	2,83%
Mãe	2	0,6%
Namorado	12	3,78%
Nada Consta	3	0,94%%
Paciente Psiquiátrico	1	0,31%%
Padrasto	1	0,31%
Pai do Filho	1	0,31%
Pai	3	0,94%
Pessoa com relação institucional	2	0,6%
Primo	2	0,6%
Própria pessoa	8	2,52%
Sobrinho	2	0,6,%
Sócio	1	0,31%
Tio	2	0,6%
Vizinhos	2	0,6%
Vazias	29	9,14%
<b>Total</b>	<b>317</b>	<b>100%</b>

**Tabela - Ano de 2011 – Filhos da mulher em situação de violência**

<b>Filho das Mulheres em Situação de Violência (2011)</b>		
0	14	4,41%
1	15	4,73%
2	24	7,57%
3	17	5,36%
4	7	2,20%
5 ou mais	3	0,94%
Nada Consta/Vazias	235	74,13%
Grávida	2	0,63%
<b>Total</b>	<b>317</b>	<b>100%</b>

**Tabela - Ano de 2012 –Distribuição Etária da mulher atendida**

<b>Faixa Etária Das Mulheres Atendidas No CRAM (2012)</b>		
15 a 20	91	11%
21 a 25	114	13%
26 a 30	129	15%
31 a 36	155	18%
37 a 42	90	11%
43 a 48	94	11%
49 a 54	73	9%
55 a 60	32	4%
61 a 66	21	2%
67 a 72	5	1%
73 a 78	4	0%
79 a 84	1	0%
85 e mais anos	2	0%
Nada Consta	46	5%
<b>Total</b>	<b>857</b>	<b>100%</b>

**Tabela - Ano de 2012 –Grau de Instrução da mulher em situação de violência**

<b>Grau de Instrução</b>		
Sem Alfabetização /Não Alfabetizada	15	2%
Semi analfabeta	0	0%
Ensino Fundamental Incompleto	216	25%
Ensino Fundamental Completo	205	24%
Ensino Médio Incompleto	96	11%
Ensino Médio Completo	56	7%
Magistério	0	0%
Técnico	0	0%
Superior Incompleto	28	3%
Superior Completo	40	5%
Mestrado	0	0%
Doutorado	0	0%
Nada Consta/Vazio	201	23%
<b>Total</b>	<b>857</b>	<b>100%</b>

**Tabela - Ano de 2012 –Renda da mulher em situação de violência**

<b>Renda das Mulheres Atendidas no CRAM - 2012</b>		
Não tem remuneração	0	0%
Sem Renda	27	3%
1 a 300	8	1%
301 a 600	69	8%
601 a 900	18	2%
901 a 1200	3	0%
1201 a 1500	7	1%
1501 a 1800	2	0%
1801 a 2100	3	0%
2101 a 2400	1	1%
2401 a 2700	0	0%
2701 a 3000	0	0%
3001 a 3300	0	0%
3301 a 3600	0	0%
3601 a 3900	0	0%
3901 a 4201 ou mais	2	0%
Nada Consta	717	82%
<b>Total</b>	<b>857</b>	<b>100%</b>

**Tabela - Ano de 2012 –Tipificação da Violência**

<b>Tipificação da Violência</b>		
Ameaça	10	1,16%
Carcere Privado/Violência Física	2	0,23%
Física	241	28,06%
Física/Psicológica	8	0,93%
Física/Psicológica/Moral	13	1,51%
Física/Psicológica/Patrimonial	4	0,47%
Física/Ameaça	1	0,12%
Física/Psicológica/Moral/Tortura	16	1,86%
Física/Ameaça/Tentativa de Suicídio	1	0,12%
Física/Econômica/Negligência/Abandono	1	0,12%
Física/Moral	1	0,12%
Física/Patrimonial	1	0,12%
Física/Patrimonial/Moral	1	0,12%
Física/Psicológica/Sexual	2	0,23%
Física/Psicológica	101	11,76%
Física/Psicológica/Moral	5	0,58%
Física/Psicológica/Ameaça	4	0,47%
Física/Psicológica/Ameaça/Tortura Sexual	1	0,12%
Física/Psicológica/Ameaça/Tortura	1	0,12%
Física/Psicológica/Moral/Sexual	2	0,23%
Física/Psicológica/Moral	95	11,06%
Física/Psicológica/Moral/Sexual/Negligência/Abandono	1	0,12%
Física/Psicológica/Moral/Financeira/Econômica	1	0,12%
Física/Psicológica/Patrimonial/Moral	12	1,40%
Física/Psicológica/Moral/Negligência/Abandono/Sexual	1	0,12%
Física/Psicológica/Patrimonial/Sexual	3	0,35%
Física/Psicológica/Moral/Sexual e Patrimonial	1	0,12%
Física/Psicológica/Moral/Tortura/Financeira	1	0,12%
Física/Psicológica/Patrimonial	4	0,47%
Física/Psicológica/Tentativa de Suicídio	1	0,12%
Física/Psicológica/Tortura	7	0,81%
Física/Psicológica/Moral	1	0,12%
Física/Sexual	4	0,47%
Física/Sexual/Psicológica	1	0,12%
Física/Sexual/Patrimonial/Moral	1	0,12%
Física/Sexual/Patrimonial/Moral e Psicológica	1	0,12%
Física/Sexual/Psicológica/Moral	3	0,35%
Física/Sexual/Psicológica/Patrimonial/Moral	2	0,23%
Física/Tortura	2	0,23%
Física/Sexual	1	0,12%
Física/Psicológica/Patrimonial	1	0,12%

Física/Óbito	1	0,12%
Ignorada	2	0,23%
Intoxicação	3	0,35%
Lesão Autoprovocada	118	13,74%
Moral	2	0,23%
Não Identificado/Nada Consta	14	1,63%
Não é Violência Doméstica	11	1,28%
Negligência/Abandono	5	0,58%
Patrimonial/Física	1	0,12%
Psicológica	26	3,03%
Psicológica/Patrimonial	4	0,47%
Psicológica/Ameaças/Física	1	0,12%
Psicológica/Moral	22	2,56%
Psicológica/Moral/Física	2	0,23%
Psicológica/Física/Ameaça de Morte	1	0,12%
Psicológica/Moral	17	2,21%
Psicológica/Moral/Sexual	1	0,12%
Psicológica/Econômica/Moral	1	0,12%
Psicológica/Moral/Ameaça	1	0,12%
Psicológica/Moral/Tortura	1	0,12%
Psicológica/Patrimonial/Moral	5	0,58%
Psicológica/Sexual	2	0,23%
Psicológica/Moral/Patrimonial	1	0,12%
Sexual	8	0,93%
Sexual/Psicológica	1	0,12%
Sexual/Psicológica/Moral	1	0,12%
Tentativa de Suicídio	45	5,24%
<b>Total</b>	<b>857</b>	<b>100%</b>

**Tabela - Ano de 2012 –Quantidade de Filhos das Mulheres atendidas**

<b>Quantidade de Filhos das Mulheres Atendidas (2012)</b>		
0 a 1	116	14%
2 a 3	169	20%
4 a 5	16	2%
6 ou mais	6	1%
Nada Consta	550	64%
<b>Total:</b>	<b>857</b>	<b>100%</b>